

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

ANA JÚLIA PACHECO

APARTHEID NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA (1968-1985)

Porto Alegre, RS

Maio, 2018

ANA JÚLIA PACHECO

***Apartheid* nas páginas da Revista *Veja* (1968-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo

PORTO ALEGRE, RS

Maio, 2018

CIP - Catalogação na Publicação

Pacheco, Ana Júlia
Apartheid nas páginas da Revista Veja (1968-1985)
/ Ana Júlia Pacheco. -- 2018.
140 f.
Orientador: José Rivair Macedo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Apartheid. 2. África do Sul. 3. Representações.
4. Revista Veja. 5. Imprensa. I. Macedo, José Rivair, orient. II. Título.

ANA JÚLIA PACHECO

Apartheid nas páginas da Revista Veja (1968-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

Banca Examinadora

Orientador:

Prof. Dr. José Rivair Macedo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Membros:

Profa. Dra. Analúcia Danilevich Pereira,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Profa. Dra. Carla Brandalise
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Porto Alegre, Maio de 2018

A Maria Anacleto Pacheco, Dona Lula (*in memoriam*), que sempre vislumbrou convicta que sua neta viria a ser professora.

AGRADECIMENTOS

Foram tantas pessoas que contribuíram para a composição deste trabalho em todas as suas dimensões, que não além de outra forma, me cabe cita-los e expor minha absoluta gratidão a esses esforços que confluíram na conclusão da dissertação. Ubuntu, eu sou por que nós somos!

Sempre muito gentil e atencioso, agradeço inicialmente ao orientador prof. Jose Rivair Macedo, pela sua acolhida e boas-vindas a capital rio-grandense e ao novo ambiente que me encontrava, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Igualmente meu obrigada aos desafios teóricos e epistêmicos colocados em suas aulas e orientações, mas em especial, sua dedicação e esforços para que tratemos e narremos com dignidade e respeito, as trajetórias sócias históricas africanas.

As incentivadoras de tudo, mulheres que compõe minha família: Maria Seomar Pacheco, Genésia Pacheco Martins, Jucelia Pacheco, Edilézia Pacheco, Andrea Martins, Sandra Martins, Rosa Martins, Aline Martins, Vanessa Martins e Wilson Martins. A Claudia Ribeiro e Neriberto Ribeiro, meus padrinhos amados que sempre estiveram ao meu lado. A Érika E. Ribeiro e Letícia M. Ribeiro, primas-irmãs, obrigada pelas conversas cotidianas que mantiveram em pé. Ao companheiro Abraão Silva pela parceria que construímos e sonhos que estamos aprendendo a unir.

Com todo carinho do mundo, agradeço ao suporte e a amizade do prof. Paulino Cardoso, por estes quase oito anos de intensa aprendizagem e formação no ambiente do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC). Do mesmo modo, a todos os membros do NEAB/UDESC: Graziela dos Santos Lima, Mariana Schlickmann, Cristiane Mare, Carina Santiago, Júlio da Rosa, Tamelusa Ceccato, Francine Costa, Flavio Facha Gaspar, Franciele Garcês, Maria Eduarda Quirino e tantos outras e outros que me falha a memória, agradeço a cumplicidade e parceria. A Karla Leandro Rascke pela leitura, comentários e auxílio, mas principalmente pelo companheirismo desde a elaboração do projeto em 2015, que tornou essa dissertação concebível.

Aos amigos, colegas de orientação, Fábio Amorim e Gabrielle Debortolli, pelas inquietações, angústias e triunfos cotidianos compartilhados no ambiente da UFRGS.

Obrigada pelo apoio e suporte que aprendemos a exercitar diariamente um sobre o outro!

Agradeço aos professores pelo aceite da banca avaliadora, Analúcia Danilevicz Pereira, Carla Brandalise e Luiz Alberto Grijó, cujas leituras e arguições contribuíram valiosamente ao trabalho.

Ao Movimento de Conscientização Negra Cruz e Sousa de Siderópolis-SC, por nunca me fazer esquecer de onde venho e para onde vou. A Casa de Caridade Ogum Beira Mar, por permitir que eu nunca ande só. A Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN, da gestão presidida pela profa. Anna Canavarro Benite, obrigada pelas incríveis possibilidades de aprendizagem e crescimento profissional e político.

Por fim, ao Programa de Pós-graduação em História da UFRGS por ter oportunizado esta experiência de pesquisa, e seu corpo docente e discente. Outrossim agradeço o financiamento efetuado através de bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, que tornou meu sonho possível.

A todas e todos, meu muito obrigada!

RESUMO

PACHECO, Ana Júlia. *Apartheid nas páginas da Revista Veja (1968-1985)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2018.

Este trabalho objetiva analisar representações e sentidos políticos acerca do *Apartheid* - regime de segregação racial da África do Sul entre os anos de 1948 a 1990 -, através de discursos, interpretações e imagens presentes em notícias impressas nas páginas da Revista *Veja* que circularam durante 1968 a 1985, período marcado por intensas mudanças político-culturais no Brasil sob regime civil-militar, em África recorrente aos processos de descolonização e independências, e em África do Sul pelos eventos decorrentes do emprego do regime do *Apartheid*. Nesse momento no Brasil, os meios de comunicação em massa, em especial a imprensa, foram fundamentais na construção e difusão de um repertório discursivo atuante na fabricação de um projeto de país. *Veja*, publicada a partir de 1968 pela Editora *Abril*, tornou-se um importante veículo de produção de informação no mercado editorial na década de 1970, difundindo em suas páginas temas relacionados aos universos da política, da economia e do social, em âmbito nacional e internacional. Deste modo, por meio da análise de seus materiais, pretende-se compreender de que forma este periódico interpretou os acontecimentos relacionados a política de segregação sul africana e entender qual o papel da veiculação dessas imagens na construção desse novo projeto de Brasil adotado pelos governos militares.

Palavras-chave: *Apartheid*, África do Sul, Representações, Revista *Veja*; Imprensa.

ABSTRACT

PACHECO, Ana Júlia. *Apartheid on the pages of the Veja Magazine (1968-1985)*. Masters Dissertation – Federal University of Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, Brazil, 2018.

This work aims to analyze the representations and his political senses about *Apartheid* - South African racial segregation scheme between the years 1948 to 1990 - , through the speeches, interpretations and images present in printed news in the pages of *Veja* Magazine which circulated during 1968 to 1985 between the years 1948 to 1990, period marked by intense political-cultural changes in Brazil under the civil-military regime, in Africa recurrent to the processes of decolonization and independence, and in South Africa by the events resulting of the *Apartheid* regime. At this moment in Brazil, the mass media, in particular the press, were fundamental in the construction and diffusion of a discursive repertoire active in the manufacture of a country project. *Veja*, published since 1968 by Editora Abril, has become an important vehicle for producing information in the publishing market on 1970s, spreading on your pages themes related to the universes of politics, economy and social, at national and international levels. That way, through the analysis of its materials, it is intended to understand how does this newspaper interpreted the events related to South African segregation policy and understand the role of the placement of these images in construction of this new project in Brazil adopted by the military governments.

Keywords: *Apartheid*, South Africa, Representations, *Veja* Magazine; Press.

LISTA DE IMAGENS

- Figura 1 – Charge do artigo “Racismo: barrados de novo”. Fonte: Veja, n. 343, 02/04/75 p. 54.76
- Figura 2 - Charge do artigo “África do Sul: sem fuzis”. Fonte: VEJA, n.478 02/11/77 p. 39. 90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabulação das notícias do grupo 1.África Geral	38
Tabela 2 - Tabulação das notícias do grupo 2.África Subsaariana.....	40
Tabela 3 - Tabulação das notícias do grupo 3.África do Norte	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNA	Conselho Nacional Africano
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
MEI	Ministério das Relações Exteriores
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OUA	Organização da Unidade Africana
ONU	Organização das Nações Unidas
PEI	Política Externa Independente
PR	Pragmatismo Responsável
SWAPO	Organização do Povo do Sudoeste Africano
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Saúde, Educação e Ciências

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - HISTÓRIA, IMPRENSA E A REVISTA VEJA: UM PANORAMA DA ÁFRICA.....	28
1.1 Na trama da Imprensa: A presença africana nas páginas da revista <i>Veja</i>	29
1.2 “A descoberta de África”: Relações diplomáticas e política externa na mira da <i>Veja</i> ...	42
1.3 Brasil e a África do Sul: aproximações, relações e rupturas.....	55
CAPÍTULO 2 – RACISMO EM CENA: O APARTHEID SUL AFRICANO NA DÉCADA DE 1970	64
2.1 “Raça, Economia e Política”: O tripé Sul Africano (1969-1975).....	66
2.2 “A explosão nas ruas”: A luta <i>antiapartheid</i> na África do Sul (1976-1977).....	77
2.2.1 Soweto e o “pesadelo urbano”	78
2.2.2 Steve Biko e as primeiras alterações.....	86
2.3 “Caixa de Pandora”: reformando o <i>Apartheid</i> (1978-1979).....	91
CAPÍTULO 3 – UM CAMINHO PARA AS NEGOCIAÇÕES: ALTERAÇÕES DO APARTHEID E COMOÇÃO INTERNACIONAL NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS 1980	100
3.1 “Final de festa”: manejo, violência e visibilidade sul africana (1980-1983).....	101
3.2 “Em pé de guerra”: reorganização do <i>Apartheid</i> e a internacionalização do confronto (1984-1985)	111
3.3 “Eles mesmos provocaram”: O que dizem os leitores de VEJA?.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS	134

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se apreender o conjunto de representações sobre o *Apartheid*, discutindo os seus sentidos políticos, por meio de discursos, interpretações e imagens presentes em notícias impressas nas páginas da Revista *Veja*, que circularam entre os anos de 1968 e 1985, período que cobre parte de um contexto singular e doloroso da nação sul-africana, qualificado no regime de segregação racial implantado em 1948 e desmantelado em 1990.

De modo geral, a legislação sul-africana desse período, que entre outras, regula a propriedade e o controle dos meios de produção, o acesso ao trabalho, educação e cultura, assim como o alcance e a prática dos direitos civis e políticos, usa a cor/raça como critério legal de desigualdade entre a população “reservando aos brancos todo um conjunto de direitos e privilégios, extraídos ou baseados na exploração negra” (PEREIRA, 1988, p. 28). Portanto, a política de desenvolvimento separado por raças, que constitui o *Apartheid*, empreendendo-se no plano social, irá arraigar-se igualmente nos universos político e especialmente econômico da África do Sul, “uma estrutura socioeconômica alicerçada no conceito de raça” (PEREIRA, 2012, p. 23), cujos aspectos, posturas, movimentos e articulações do governo sul-africano instalado na capital Pretória para com sua população e relações com outros países, serão tateadas por *Veja*, e esta dissertação pretende apresentar, discutir e avaliar.

Na década de 1970, o governo brasileiro, sob o regime civil-militar instalado em 1964, começou a construir um projeto de organização social para o país, baseado num sistema de ideias e valores sobre uma suposta democracia estritamente vinculada às suas estratégias de ação nas diversas esferas política, econômica e psicossocial (REZENDE, 2013, p. 1-2). Do ponto de vista político, o Brasil procurou se fortalecer economicamente com novos parceiros comerciais, e percebeu nos países africanos, recém-independentes, promissoras possibilidades. A preocupação com a segurança e o desenvolvimento do país transpassou a ação política dos governos militares em uma perspectiva de alcançar condições de autonomia relativa à cena internacional. Nesse sentido, a diplomacia brasileira procurou ampliar seus canais de relacionamento, direcionando em parte sua atenção para os países do terceiro mundo, buscando uma atuação multilateral (PEREIRA, 2007, p. 11). Em sondagem realizada em 1964 e 1965 através de duas missões comerciais pelo Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) a África do Sul foi citada como uma das áreas que ofereciam maiores facilidades

para a colocação de produtos brasileiros no continente africano (PENA FILHO; LESSA, 2007, p. 69).

Dentre os países africanos, segundo Pio Pena Filho (2013), a África do Sul atualmente é um dos mais importantes parceiros do Brasil¹, dada a reaproximação entre os dois países distanciados desde a década de 1970 devido a política do *Apartheid*, cujo fim do regime e a democratização da República da África do Sul, com a eleição de Nelson Mandela a presidência em 1994, construíram o caminho para que essa importante conexão atlântica fosse reativada.

No ano do golpe civil-militar, em 1964, até 1975 não houve alterações profundas entre os dois países segundo o autor, já que não eram afetados por diferenças político-ideológicas, ao contrário, visualizou-se uma sutil sintonia entre os governos militares brasileiro e governo do *Apartheid*, alimentada pelo credo do anticomunismo. De meados de 1970 até o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 é caracterizado pelo quase congelamento das relações entre eles, atingindo seu nível mais baixo desde a troca de missões diplomáticas em 1947², “Assim, houve o esvaziamento da pauta política, que passou a ser de confrontação, com o Brasil assumindo críticas ao regime sul-africano com total desenvoltura” (PENNA FILHO, 2013, p. 126), do qual a argumentação é que a estratégia brasileira estava vinculada com sua política africana.

Por outro lado, é também nesse contexto de regime militar, que vamos presenciar no campo social, a constituição do Movimento Negro contemporâneo na década de 1970, em que a luta contra o *Apartheid* na África do Sul, bem como as lutas anticoloniais por toda a África, aparecerá como elemento mobilizador para os militantes negros brasileiros³. Nesse momento, a opção utilizada da ideia de raça como um instrumento para a construção de uma identidade negra positiva, e com o objetivo de combater as desigualdades estruturais que atingiram a

¹ Além de contar com um histórico de relações bilaterais tratadas na terceira parte do capítulo primeiro desta dissertação, os dois países nas últimas décadas reforçaram sobremaneira suas relações ao se unirem em duas importantes iniciativas multilaterais, que são o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e os BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

² Neste ano 1947, o Brasil instalou oficialmente uma Legação diplomática em Pretória, dando sinal segundo o autor de que havia se consolidado no país um interesse político maior pela aproximação com os sul-africanos.

³ No campo da imprensa negra nos anos 1970 por exemplo, segundo Amílcar Araújo Pereira (2010, p.143), veículos que buscavam transmitir informações e referenciais para a construção identitárias entre os militantes negros e a população mais ampla, o jornal *Sinba (Sociedade de Intercambio Brasil-África)*, publicado entre julho de 1977 e dezembro de 1980, ainda em seu primeiro número, apresentou sete matérias tratando das lutas contemporâneas em diferentes países africanos, desde matéria de capa, intitulada “Depoimento de um líder estudantil em Soweto”, denunciando os horrores do regime do *Apartheid* na África do Sul, até matérias sobre as lutas na Namíbia, Rodésia, Moçambique e Nigéria.

população negra no país, foi uma saída encontrada pelo movimento social negro que se constituía em meio as propagandas oficiais da suposta “democracia racial”⁴ brasileira, levadas a cabo pelos sucessivos governos militares (PEREIRA, 2010, p. 61).

A imprensa brasileira, em especial as revistas semanais, oriundas do amplo processo de modernização da imprensa, sobretudo dos jornais diários na década de 1950 e 1960, atuou informando sobre acontecimentos nacionais e internacionais por meio da publicação de notícias imediatas e na formulação e intermediação de projetos de interesses públicos e governamentais. Publicada a partir de 1968 pela Editora *Abri*l, a Revista *Veja* produziu jornalismo no Brasil, veiculando em suas páginas temas relacionados aos universos da política, da economia e do social, tornando-se um importante veículo de produção de informação no mercado editorial do país nos anos de 1970. A África do Sul e seu regime do *Apartheid*, bem como demais países africanos ganharam espaço no periódico, especialmente em sua seção internacional, narrando aos leitores os eventos político-sociais ocorridos nesses territórios.

Neste sentido, interessa investigar os sentidos políticos presentes na forma como a revista *Veja* interpretou e publicizou os acontecimentos relacionados à política do *Apartheid* e entender qual o papel da veiculação dessas imagens na construção desse novo projeto de Brasil adotado pelos governos militares. Deste modo, pretendemos compreender os interesses do periódico imbuídos em suas narrativas sobre o regime racista da África do Sul, tendo em vista aproximações econômicas e diplomáticas que o Brasil estava fazendo com ele e outros países africanos, amarrando as seguintes indagações: Quais recursos compõem as notícias, artigos, matérias e notas sobre o *Apartheid*? Como elas são narradas? Tendo em vista personagens, fatos, conceitos, análises e critérios selecionados pelo periódico, de que forma *Veja* acompanhou a política externa brasileira em relação a África do Sul e demais países africanos? Em que medida estas representações organizadas desde a década de 1970 e início de 1980 associavam-se à política internacional brasileira?

⁴ Ganhando corpo em 1930, o mito da democracia racial, segundo Petrônio Domingues, tem suas raízes no contexto que remonta ao século XIX, impulsionadas pela literatura produzida pelos viajantes que visitaram o país; pela produção da elite intelectual e política; pela direção do movimento abolicionista institucionalizado; e pelo processo de mestiçagem. O mito da democracia racial “era uma distorção do padrão das relações raciais no Brasil, construído ideologicamente por uma elite considerada branca, intencional ou involuntariamente, para maquiagem a opressiva realidade de desigualdade entre negros e brancos”. (DOMINGUES, 2005, p. 118). Ver mais em: DOMINGUES, Petrônio José. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, Dinamarca, v. 10, n.10, p. 117-132, 2005.

O empenho empregado neste trabalho se une no sentido de ampliar as discussões já existentes e contribuir na cadeia de produção do conhecimento sobre africanos e suas diásporas, num esforço de sistematizar parte das imagens que circularam no imaginário contemporâneo brasileiro da década de 1970 e meados de 1980, impressas numa das principais revistas de circulação semanal no país no período, observando seu papel desempenhado na formulação e na perpetuação de um conjunto de imagens sobre o *Apartheid*, a África do Sul e os sul-africanos.

A África tem sido incessantemente recriada e desconstruída. Enquanto um ícone contestado, ela tem sido usada e abusada, tanto pela intelectualidade, quanto pela cultura de massas, tanto pelo discurso da elite quanto pelo discurso popular sobre a nação e os povos que supostamente criaram e se misturaram no Novo Mundo. Imagens e evocações do continente africano têm sido, portanto, resultado de uma interação e de um conflito “entre intelectuais brancos e lideranças negras, entre as culturas popular e de elite, e entre ideias políticas desenvolvidas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos e suas reinterpretações na América Latina” (SANSONE, 2009, p. 149). Os discursos produzidos em diversos contextos temporais e espaciais acerca do continente africano e suas populações moldaram uma dada “ideia” de África, que, de “acordo com a abordagem e as balizas adotadas, esta ideia é um produto do Ocidente, a qual foi concebida e transmitida através de sistemas de conhecimento divergentes” (MUDIMBE, 2013, p. 11).

Em sua dissertação de mestrado⁵, Juvenal de Carvalho (2011) analisou as edições da revista *Veja* entre 1968 a 1985 e discutiu como o periódico produziu o discurso sobre o processo de independência de Angola em suas páginas. Investigando também as imagens de África, o autor considerou que o olhar lançado sobre os acontecimentos no continente, carregado de valores negativos, foi fundamental para a classe dirigente difundir e consolidar por meio da imprensa sua supremacia na sociedade, além disso, tratou-se de um aspecto decisivo na construção da identidade nacional brasileira. O pressuposto básico de Carvalho é de que, no Brasil, a disputa em torno da ideia de África constitui-se como um aspecto decisivo na construção da identidade nacional e da hegemonia de classes e, portanto, a imprensa tem sido, particularmente na segunda metade do século XX, um dos principais veículos utilizados pelas classes hegemônicas para estabelecer, reproduzir e consolidar sua supremacia na sociedade. Compreendendo a configuração da política externa brasileira no período, em

⁵ Defendida em 2002 na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e publicada em 2011 pela editora Gandalf.

especial, o reconhecimento da proclamação de independência de Angola pelo regime militar, o autor concluiu que para a *Veja* a Independência do novo país Africano não se tratou de uma conquista, mas sim uma concessão a partir da retirada do governo português.

Embora sua pesquisa analise em específico a cobertura da revista *Veja*, o autor situa o periódico e outros veículos da imprensa como parte de um instrumento do seio das classes dirigentes brasileiras no período. Confrontamos essa perspectiva no sentido de que é preciso, conforme Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007, p. 264) um aprofundamento da compreensão do projeto editorial do periódico, isto é, no estudo de sua atuação na conjuntura para avançar nas atribuições ou características fixas às publicações, conduzindo a indagações sobre suas posições e articulações sociais em um tempo histórico determinado, tendo o cuidado de não lidar com caracterizações generalizantes - tal jornal é liberal-conservador, o outro é populista - construindo categorias estáticas que atravessam toda a história de uma determinada publicação, por vezes abarcando décadas. Ao mesmo tempo, esse trabalho contribui com reflexões quanto às limitações da análise de discurso de *Veja* que buscaremos englobar neste trabalho. “A abordagem da revista reproduziu, parcial ou integralmente, o pensamento do período? Ou será que sua cobertura apresentou alguma originalidade, criando outros sentidos?” (CARVALHO, 2001, p. 12).

Nas discussões resultantes de uma pesquisa de doutorado empregada por Anderson Oliva com o objetivo de identificar as representações sobre o continente africano na revista *Veja* entre as edições que circularam nos anos de 1991 a 2006, fora constatado que o periódico atuou/atua na disseminação de ideias negativas sobre África, refletindo olhares heterogêneos sobre os africanos e sobre suas realidades que permeiam no imaginário contemporâneo brasileiro⁶. Considerando que os temas “Guerras, Massacres e Violência” e “*Apartheid*, Racismo e pós-*apartheid*” somam 43% por cento das publicações, Oliva explica que há uma iniciativa de atribuir as causas de um determinado ocorrido às rivalidades políticas entre “tribos” ou grupos étnicos inimigos, apontando também para as influências das ações coloniais como um de seus elementos de origem. Ao mesmo tempo, quando se trata das

⁶ Conforme o autor, apesar de ter encontrado um número variado de temas e abordagens, nas páginas da *Veja* concentram-se matérias em torno de alguns assuntos associados a dois conjuntos de imagens tabuladas: as “leituras negativas” e as “leituras positivas”. A primeira soma 62,5% das matérias, distribuídas nas seguintes categorias: “Guerras, Massacres e Violência”, 30 peças (22% do total); “*Apartheid*, Racismo e pós-*apartheid*”, 29 peças (21%); “Tragédias, Fome e Doenças”, 22 peças (16%); “Africanos vistos como tribais/canibais/primitivos”, 4 peças (3%); e a segunda corresponde a 37,5% (51 peças) do total de reportagens, classificadas nas seguintes categorias: “Turismo, Esportes, Natureza”, 20 peças (15%); “Literatura, Cinema, Fotografia e Política”, 19 peças (14%); e “História, Paleontologia e Arqueologia”, 12 peças (9%).

questões políticas, as origens de mais uma “tragédia africana” transitam para os “conflitos tribais”, revelando alguns indícios de um olhar previamente construído sobre a África. “A ideia mais recorrente é a de que o continente desempenharia uma condição atípica de potencializador das atrocidades cometidas pela humanidade e das expressões mais aviltantes da ‘barbárie’” (OLIVA, 2008, p. 157).

Este trabalho de pesquisa realizado por Anderson Oliva corroborou de modo significativo para a formulação e desenvolvimento desta dissertação. Como professor de História de África inquieto com o conjunto comum de estereótipos levantados pelos alunos em sala de aula sobre o continente e suas populações, sua investigação contribuiu para a sistematização e materialização de parte das imagens que circulam no imaginário contemporâneo brasileiro sobre o continente africano na última década do século XX e início do século XXI.

Para identificar os principais assuntos e acontecimentos veiculados sobre África, o professor realizou uma varredura nas edições que cobrem o período estudado, e ao se deparar com um número variado de temas e abordagens, concentrou as matérias em torno de dois conjuntos de imagens as “leituras negativas” e as “leituras positivas” identificando 114 edições da revista que dedicavam enfoque central à África. A dimensão analítica proposta por ele, bem como sua compreensão das limitações do periódico, contribui assim para a sensibilidade e cuidado na leitura das páginas de *Veja*.

Para evitar interpretações apressadas, seremos claros: temos consciência de que **os fatos noticiados pela revista *Veja*, entre 1991 e 2006, não explicam ou dimensionam todas as perspectivas imaginárias elaboradas acerca do continente** e muito menos refletem os heterogêneos olhares lançados sobre os africanos e sobre suas realidades, ou seja, **não tomamos as peças jornalísticas, aqui selecionadas, como símbolos absolutos dos olhares dirigidos ao continente ou como retratos verdadeiros de uma realidade**. Muito menos reduzimos todo um complexo e diferenciado conjunto de representações às ideias e às imagens geradas sobre a África a partir de algumas das reportagens aqui observadas, até porque, entre elas, encontramos visões discordantes. [...] Mesmo assim, ela serve como uma espécie de espelho de alguns valores e referências dessa sociedade. De fato, **suas reportagens não ocupam o lugar daquilo que chamamos imaginário coletivo, mas são, muito provavelmente, reflexos dele**, ao mesmo tempo em que o auto-alimentam. (OLIVA, 2008, p. 151-152 - grifo nosso)

Mauro Luiz Marques investigou as notícias referentes aos acontecimentos em Angola e o governo de Agostinho Neto, líder do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e chefe de Estado do primeiro governo independente angolano, nos jornais rio-

grandenses *Zero Hora* e *Correio do Povo* entre os anos de 1975 e 1979, com o objetivo de perceber de que forma os dois jornais divulgavam estes eventos em tempos de extrema polarização política internacional e de regime conservador militar imperado aqui no Brasil, segundo o autor. Marques aponta que o ZH e CP publicaram em geral, visões parciais sobre os acontecimentos em Angola, expressões negativas como “governo marxista”, “pró-ocidentais”, “esquerdistas”, “direitistas”, “inspiração marxistas”, “anti-comunistas” entre outras encontradas nas reportagens contribuíram para colocar o MPLA como membro de um bloco oposto ao do governo brasileiro. Além disso, ao realizar balanços e retrospectivas sobre o governo de Neto, na maioria das vezes, os jornais abordaram os problemas econômicos e sociais num clima de catástrofe e de negatividade (MARQUES, 2011, p. 169).

Ampliando seu olhar sobre dois veículos da imprensa regional rio-grandense, o trabalho do autor avança e coopera nas discussões históricas sobre fontes jornalísticas, pensando que este processo fez parte igualmente do cenário internacional, conectando o contexto regional com o mundial, nesse caso em específico abrangendo a segunda metade dos anos 1970, especialmente entre os anos 1975 e 1979 quando Agostinho Neto comandou o primeiro governo independente contemporâneo de Angola. Analisando também a metodologia de construção desses noticiários sobre Angola, Marques auxilia a pensar as possíveis opções dos mesmos ao divulgar este processo histórico.

Adriano de Freixo e Jacqueline Ventapane Freitas discutem a ampla cobertura da imprensa brasileira acerca dos acontecimentos em Portugal entre 1974 e 1976 que levaram a seu desmantelamento de império colonial e, em especial, contribuíram para a independência de Angola. A intensidade dessa cobertura jornalística, segundo eles, é justificada não somente pela influente colônia portuguesa existente no Brasil, mas também por conta dos inúmeros interesses políticos e econômicos do governo e das elites brasileiras em relação à África, que havia se tornado uma área prioritária para a Política Externa Brasileira e, na percepção de influentes setores dessas elites, um espaço natural de projeção do poder nacional do Brasil. Acerca do reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil, conforme apontam os autores, a imprensa publicou inúmeros artigos criticando o Itamaraty, na figura de chefe do Conselho de Segurança Nacional, o chanceler Azeredo da Silveira, e conseguiu, efetivamente, interferir na instituição tanto com o afastamento de Ovídio de Andrade Melo da representação brasileira em Angola, quanto com o estabelecimento de um certo freio nas relações com o novo país. Nesse sentido, no processo de formulação da ação política externa, a imprensa

figura como um importante segmento, e durante a abertura política em contexto autoritário do regime que se seguiu ao golpe civil-militar de 1964, ela foi um espaço no qual se tornaram visíveis os conflitos em curso no interior do grupo hegemônico (FREIXO; FREITAS, 2011, p. 255).

Embora este breve estudo consiga frisar, apontar e discutir o lugar do continente africano na Política Externa Brasileira através do entendimento da imprensa como um ator doméstico que desempenha e figura como importante papel no âmbito da política externa e de articulação de acordos e construção de suportes e bases de apoio de posições sociais, a pretensão dos autores, ao abordar alguns aspectos da cobertura da imprensa escrita brasileira sobre a independência de Angola, contudo, não foi devidamente contemplada com uma análise rasa dos periódicos *Veja*, *Fatos & Fotos*, *Manchete*, *Visão*, homogêneos e alocados dentro do guarda-chuva “imprensa brasileira”, sob a ausência específica de cada um desses veículos e de uma discussão metodológica e de abordagem analítica.

Renné França (2010) pesquisou as representações de Nelson Mandela na revista *Veja* entre os anos de 1978 e 2009, com interesse em perceber como a memória social transformava-se ao longo do tempo. Para o autor, Mandela passou por diferentes enunciações na revista, de preso político a presidente de seu país, para tanto, interessa-lhe responder qual memória coletiva pode ter resultado destas transformações. Representação para ele é tratada a partir das discussões de Stuart Hall, como local de encontro entre significados e linguagem em uma cultura, nesse sentido, o periódico é percebido então como local onde signos e imagens representam sentidos compartilhados em uma sociedade, ao mesmo tempo em que atualiza ou modifica esses significados.

Dialogando com o autor, Paulino de Jesus Francisco Cardoso, Cristiane Mare da Silva e Ana Júlia Pacheco (2016) analisam as representações de Nelson Mandela e as tensões políticas da luta *antiapartheid* na *Veja* entre os anos de 1990 e 1994 constatando que a revista apresenta toda a luta contra o regime segregacionista da África do Sul personificado em apenas um personagem, que aparece como um político importante não apenas para seus iguais, mas para todo o país. A construção do herói e do líder torna-se fundamental na medida em que afloram as discussões sobre o futuro da nação sul-africana e a pressão internacional contra o fim do regime do *Apartheid* ganha força, nesse sentido, os conflitos internos vividos entre as diferentes populações sul-africanas xhosas, zulus, san, sotho, ndebele, venda, tswana e outras populações que há séculos dividiam aquele espaço territorial, não são confrontados

pelo periódico e sim naturalizados, alojados dentro de uma enunciação de matriz racial e biologicamente construído, chamando-os de “rivalidades tribais” e “negros contra negros”.

O foco de estudo destas duas investigações localiza-se no contexto de luta contra o regime do *Apartheid* na África do Sul, ambas em Mandela, seu principal expoente. Na primeira, centralizada a identificar o percurso narrativo do líder por meio de análise minuciosa das edições, fornece um exemplo da capacidade de um veículo midiático impresso em caracterizar, criar, atribuir significados, mistificar, e dar vida a personagens e eventos importantes de uma determinada época. A segunda, efetuada pela busca de uma palavra-chave no acervo virtual de *Veja*, “*Apartheid*”, amplia o panorama observando os acontecimentos sul-africanos para além de Mandela, identificando os recursos e aportes discursivos imbricados nessas notícias, enfrentando e criticando-os a partir de uma perspectiva histórica decolonial.

Embora sejam objetivas e breves investigações, com olhares dirigidos sob determinadas perspectivas, elas nos permitem entender que a apresentação de notícias em *Veja*, bem como outros veículos impressos, não é uma mera divulgação de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, em que as informações não são dadas ao azar, mas denotam atitudes próprias organizando os acontecimentos e informações segundo seu próprio filtro. Entendemos, segundo Renée Barata Zicmann que a imprensa sempre age no campo político-ideológico, construindo uma imagem específica com formas próprias, através de uma escrita própria em linguagem jornalística peculiar, nesse sentido vista como fonte documental, rica em dados e elementos para o esforço de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas etc. (ZICMANN, 1985, p. 89).

Discutindo as informações do *Apartheid* nos jornais *Folha de São Paulo* (FSP) e *O Estado de São Paulo* (ESP) na década de 1980, Fabiana Vieira da Silva analisou de que forma estes dois grandes veículos da imprensa paulista construíram, em suas páginas, o regime segregacionista sul-africano, em um momento de grande debate sobre o mito da democracia racial no Brasil. Para ela, sobressaiu de um modo geral, a percepção de segregacionismo, exclusão e marginalização dos não brancos como um problema “externo” dos sul-africanos, da política internacional, mas que dava possibilidades de interferência por parte do Brasil, de modo a chamar rotineiramente a atenção dos meios de comunicação, constituindo-se a região tema constante em suas páginas. As instituições de comunicação, assim, acompanharam,

deram espaço, lançaram uma interpretação específica ao conjunto de eventos lá ocorridos, aos grupos e indivíduos lá atuantes que revelam muito mais sobre os projetos políticos, econômicos, sociais e culturais desejados pelos dois jornais (SILVA, 2013, p. 131).

A projeção do Brasil diante do sistema do *Apartheid* articulada nos espaços jornalísticos de FSP e ESP investigados pela autora, contribuiu para a compreensão do lugar dos impressos na efetivação e construção de sentidos ao tema, tendo em vista que na prática de produção jornalística, a criação de distanciamentos, aproximações sob uma concepção específica de jornalismo, é assentada em noções como “neutralidade”, “imparcialidade”. Ao identificar, em sua análise, que no processo de construção das questões relacionadas ao *Apartheid*, os jornais recorreram à história para caracterizar as práticas racistas evidentes no meio social, apresentando-as como “resquícios de um passado”, relacionadas às formas de governos “tiranias”, “oligárquicas”, Vieira contribui indicando os usos do passado como recurso nas narrativas jornalistas.

As pesquisas apontadas endossam, de modo geral, que na ótica da trajetória da imprensa brasileira, o lugar reservado às notícias sobre acontecimentos dos países africanos e suas populações é simplificado e reducionista às suas experiências sociais, culturais e políticas, frequentemente alojadas dentro de interesses e articulações governamentais e privadas. Tais olhares imbricados nesses discursos são fruto de disputas ideológicas e políticas que molda uma imprensa atuante e participante não só dos principais debates em torno de decisões fundamentais do país que se deseja, mas também na atividade de construção e divulgação de imagens dos países africanos que contribuíram numa visão pejorativa contemporânea sobre eles, embora os eventos sejam interpretados de modo distinto conforme o periódico, o período, e quem os escreve. A África do Sul, embora pouco abordada, como vimos, fica entrelaçada ao contexto político do *Apartheid*.

A ideia de representação para pensar o lugar do *Apartheid* em *Veja* parece central para conduzir a análise da fonte impressa. Instrumento essencial na trajetória da história cultural⁷,

⁷ Em 2006 numa edição comemorativa de vinte anos do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS a Revista Anos 90 traz no ensaio de Sandra Jatahy Pesavento uma reflexão em torno dos estudos, pesquisas e reflexões que envolvem as temáticas de Cultura e Representação imersos no programa. O entendimento da cultura, mudou ao longo dos anos, em que a aproximação dos historiadores com os antropólogos levou ao encontro da concepção de cultura como um conjunto de significados partilhados. Logo, a cultura é vista como uma produção social e histórica a se expressar, através do tempo, em valores, modos de ser, objetos, práticas, ela é ainda uma forma de leitura e tradução da realidade que se mostra de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais apresentam-se de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa. (2006, p. 49). Ver mais em: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e Representações, uma trajetória. **Anos 90**, Porto Alegre, v.13, n.23/24, p.45-48, jan/dez 2006.

que tem por objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler, as representações do mundo social, segundo Roger Chartier (2002, p. 17), são determinadas pelo interesse dos grupos que a forjam, sempre aspirando a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, cujas percepções dos social não são de forma alguma discursos neutros, mas produzem estratégias e práticas incessantemente, que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos suas escolhas e condutas, nesse sentido, as representações devem ser sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação, igualmente deve se pensar o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

O conceito de representação, segundo Stuart Hall, tem ocupado um novo e importante lugar no estudo da cultura, aproximando os sentidos de linguagem à cultura. “La representación es una parte esencial del proceso mediante el cual se reproduce el sentido y se intercambia entre los miembros de una cultura. Pero implica el uso del lenguaje, de los signos y las imágenes que están en lugar de las cosas, o las representan” (HALL, 2010, p. 447). Para Hall, portanto, a representação é a produção de sentido através da linguagem, onde a cultura é o compartilhamento de significados, e é na linguagem onde esses significados são produzidos e trocados onde as coisas ganham sentido. Os significados, segundo ele, têm poder para nos dar um sentido de quem somos e de onde pertencemos, sendo produzidos e trocados em todas as interações sociais e pessoais em que fazemos parte, incluindo, claro, a mídia, que opera através da linguagem promovendo a circulação e produção de significados. Numa abordagem discursiva para a compreensão da representação, o autor acredita que no discurso podemos perceber não só como a linguagem e a representação produzem significado, mas também como um discurso particular articula-se ao poder, regulando e construindo subjetividades, redefinindo a maneira como as coisas são representadas e compreendidas.

No campo da história do discurso político ou do pensamento político, John Pocock (2003) permite refletir a respeito de interpretações discursivas, no caso, de um discurso político. Para ele, no esforço de interpretar um texto político, o pesquisador deve evitar uma leitura “vertical” sobre ele, como se quem escreveu o construísse apenas como um depósito hermeticamente fechado de sentidos, devendo, portanto, ser enfrentado a um conjunto amplo de questões e convenções.

Pode-se aprender muito sobre a cultura política de uma determinada sociedade nos diversos momentos de sua história, observando-se que linguagens assim originadas, foram sancionadas como legítimas integrantes do universo do discurso público, ainda que serão encontradas outras linguagens de caráter mais retórico que institucional. Segundo Pocock, essas linguagens exercerão um tipo de força paradigmática, ou seja, cada uma delas contribuirá com informações selecionadas como relevantes ao exercício e a natureza da política, e favorecerá a definição de problemas e valores políticos de uma determinada forma, favorecendo determinadas distribuições de prioridade, e conseqüentemente, de autoridade “As linguagens tem como tributo a continuidade. Tanto quanto a transformação” (POCOCK, 2003, p. 30).

Cabe ao historiador, portanto, aprender a ler e reconhecer esses aspectos imbuídos no discurso político da forma pela qual se encontravam disponíveis na cultura e na época estudada, empregando certos procedimentos de detecção que torne possível a construir e validar hipóteses referentes às necessidades que eles tinham e as estratégias que desejavam levar adiante.

Veja, na qualidade de fonte jornalística utilizada nesse trabalho, é compreendida e trabalhada metodologicamente enquanto um instrumento estratégico para a compreensão da vida contemporânea, imbricado as complexidades do mundo social, cujas práticas do fazer jornalístico estão relacionadas ao cotidiano, integrante de um sistema comunicacional, pensado como uma das práticas culturais. Tal como força ativa da vida moderna, o impresso é muito mais que um dispositivo de registro dos acontecimentos, mas atuante na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica, por meio da produção de hegemonias, articulação de uma compreensão de temporalidades, diagnósticos do presente, afirmação de memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram consultadas integralmente as edições da Revista *Veja* de nº1 do ano de 1968 à edição nº903 do ano de 1985, boa parte através do seu Acervo Digital⁸ e algumas edições no acervo da Biblioteca da Faculdade de Ciências

⁸ Disponível no link <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>> o Acervo Digital da Revista *Veja* esta ao ar desde 2008 com acesso livre e gratuito a todas as suas edições desde a primeira em 11 de setembro de 1968. O projeto para a realização do Acervo Digital teve patrocínio do Bradesco e foi desenvolvido pela *Veja* em parceria com a Digital Pages, o acervo apresenta as edições em ordem cronológica e conta com um avançado sistema de busca desenvolvido especialmente para *Veja*. Ver mais em <<https://www.ufrgs.br/blogdabc/revista-veja-disponibiliza-todo-o-seu/>> Acesso em 22/03/2017.

Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (BIBECO)⁹, onde colhemos ao todo 946 materiais distribuídos entre notícias, reportagens especiais, artigos, notas, cartas e manchetes de assuntos relacionados ao continente africano localizados em diversas seções da revista¹⁰, dentre elas 96 materiais somente sobre a África do Sul. Esta escolha de recorte temporal justifica-se por cobrir o período do regime civil-militar brasileiro, nosso ponto de partida para entender novas estratégias e articulações políticas adotadas nos governos e o lugar da nação sul-africana sob o regime do *Apartheid* no desenvolvimento do país.

Este estudo é resultado do recorte do projeto inicial de pesquisa, que se delimitava a compreender os materiais contidos no periódico *Veja* referente a todo continente africano cujo objetivo era perceber a construção e difusão de um repertório discursivo sobre África articulado com a fabricação de um projeto de Brasil. A necessidade do afunilamento da temática ficou sempre evidente desde as primeiras discussões do projeto, nesse sentido, orientamo-nos a pensar o *Apartheid* e respectivamente a África do Sul pelas seguintes circunstâncias: a primeira, do número elevado de documentos colhidos e igualmente o recorte temporal que inviabilizou o estudo no escopo de uma dissertação; e a segunda, pela intenção de dar continuidade ao tema da pesquisa iniciada no final da graduação, na intenção de apanhar e compreender como foi noticiado os eventos ocorridos antes da emergência da figura de Mandela pela Revista *Veja* e suas implicações no contexto brasileiro.

No capítulo primeiro, portanto, realizo um apanhado do desenvolvimento das atividades jornalísticas de modo geral no Brasil, discutindo seu papel e lugar na contemporaneidade, e a presença africana nas páginas da *Veja* conforme pesquisa realizada sobre ela, articulando-a com as relações Brasil-África efetuadas naquele momento sob aspectos diplomáticos, políticos e econômicos. Assim, para contemplar um dos objetivos do projeto, analiso como as relações diplomáticas e política externa brasileira para África e em seguida a África do Sul foram lidas e narradas pela revista.

O tema do *Apartheid* efetivamente concentra-se nos capítulos segundo e terceiro que se fundem no entrelaçamento da nação e seu regime político, onde “O processo que conduziu a estruturação do regime do *Apartheid* foi acompanhado pela luta antirracista” (PEREIRA, 2012, p. 71). Respectivamente no capítulo segundo, busco identificar entre os anos de 1969 a

⁹ A BIBECO <<http://www.ufrgs.br/bibeco/>> está localizada na Av. João Pessoa, 52 - Porto Alegre/RS.

¹⁰ De todo o arcabouço documental colhido e selecionado de *Veja*, há somente uma notícia assinada pelo jornalista que a escreveu indicada nas próximas linhas desta dissertação, assim, compreendo e entendo as narrativas como parte da linha editorial vinculada ao posicionamento institucional do órgão.

1979 os sentidos discursivos permeados nas primeiras notícias sobre África do Sul marcadas pela denúncia do racismo “de lá” por parte da revista e suas preocupações com o governo do *Apartheid*. Em termos jurídicos-políticos, a instituição do *Apartheid* até meados de 1980, procurou a preservação do sistema como objetivo principal, cujo governo nacionalista sul africano arquitetou-se como defensor dos valores da civilização branca, nesse sentido, as formas adotadas para a manutenção da política de segregação racial, suas projeções e mobilizações por parte das populações não brancas, caracterizarão as notícias publicadas ao longo dos anos 1970.

No capítulo final, continuo discutindo o conjunto de imagens e narrativas sobre os eventos políticos relacionados ao *Apartheid* entre o período de 1980 e 1985, contexto, caracterizado pelos estudiosos, de início da crise e colapso do sistema de segregação, dado os resquícios da segunda metade de 1970 marcados pela violência, transição política, manejo do sistema e internacionalização do confronto, temas esses, abarcados e discutidos por *Veja* em suas páginas. Por fim, amarro em meio a isso a opinião dos leitores de *Veja*, examinando as cartas publicadas que expressam opiniões acerca da África do Sul e sua política para com os sul africanos não brancos.

CAPÍTULO 1 - HISTÓRIA, IMPRENSA E A REVISTA VEJA: UM PANORAMA DA ÁFRICA

“Então, é assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão”

Os perigos de uma história única - Chimamanda Ngozi Adichie¹¹

Parte constitutiva dos fenômenos sociais que marcam memórias e narrativas históricas contemporâneas, os meios de comunicação de massa, em especial, a mídia jornalística impressa, apresenta-se, como uma das instâncias discursivas organizadoras do social que, ao narrar e atribuir significados, articula e angaria legitimidade como uma das estruturas definidoras do que deve ser lembrado ou esquecido.

Nascido oficialmente no início do século XIX, nosso jornalismo emergiu por meio dos primeiros jornais diários publicados em 1808, e posteriormente, surgiram as revistas e os almanaques, com publicações mais elaboradas e periodicidade mais longa, voltadas para temas específicos. O período que inicia em 1964, cobrindo a ditadura civil-militar e o recente processo de democratização, a partir de meados da década de 1970, abre um campo de possibilidades potencializadas para a compreensão histórica da importância do mercado de novas publicações jornalísticas na articulação de projetos políticos que promoveram e evidenciaram engajamentos políticos e tensões culturais.

Nesse contexto, *Veja*, lançada em setembro de 1968 atualmente a mais consumida revista semanal de informação do país, surgiu com intuito de trazer para os leitores eventuais informações sobre os fatos ocorridos no Brasil e igualmente fora dele, nas palavras do primeiro editor Victor Civita,

o Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa ter informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de *Veja*” (VEJA, n.1 01/09/68, p. 3)

¹¹ Ver em: ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Os perigos de uma história única**. 2010. Disponível em <https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/> Acesso em 30 de março de 2017.

No âmbito de seus eventos e personagens, o cenário internacional ganhará espaço no periódico. Os países e populações do continente africano, nesse mesmo momento, sob transformações políticas e econômicas provindas do processo de independência de suas ex-colônias, estarão sob a mira jornalística de *Veja*, com destaque a África do Sul, cujas notícias estão relacionadas as implicações do regime político racista do *Apartheid* que vigorava no país, e os possíveis laços diplomáticos, políticos e econômicos entre Brasil e os países da África pensados e articulados efetivamente em meados de 1970.

Nesse sentido, entendemos particularmente *Veja*, bem como as demais revistas de circulação nacional como parte inseparável das narrativas sociais que guiaram a compreensão dos processos culturais e políticos no Brasil contemporâneo. Neste capítulo verso pensando algumas dessas questões, discutindo a trajetória da mídia impressa no Brasil e suas possibilidades para a pesquisa histórica e compreensão de práticas sociais, bem como a presença africana no periódico *Veja* imerso aos debates acerca das novas relações comerciais advindas com as modificações na Política Externa Independente (PEI).

1.1 Na trama da Imprensa: A presença africana nas páginas da revista *Veja*

O exercício da reflexão histórica sobre os meios de comunicação, em especial, a mídia impressa, tornou-se um campo interdisciplinar estratégico para a compreensão da vida contemporânea. O uso crescente nos últimos anos das fontes impressas nas pesquisas acadêmicas de História e Jornalismo, está acompanhado de um maior entendimento sobre esse documento enquanto inerente a complexidade do mundo social, que por ora tornou-se tanto agente quanto objeto de atuação e luta política. Até a década de 1970, segundo Tânia Regina de Luca (2008) eram poucos os trabalhos que utilizavam jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil, em que, embora havia uma preocupação em escrever a história da imprensa, relutava-se ainda em escrever uma história por meio da imprensa¹².

¹² Acrescento a essa discussão a perspectiva de Cláudio Pereira Elmir. Com base em sua experiência investigativa acerca dos crimes narrados no jornal *Última Hora* de Porto Alegre o historiador propõe uma breve digressão acerca de duas maneiras de ler a narrativa jornalística para fins de pesquisa. Uma delas, considerada como a mais simples, consiste em tomá-lo (1) como fonte de informação, o que pode ocorrer nesta entre tanto, é que, ao extrair do jornal “informações” sobre um tema por ele abordado, seja negligenciada a devida crítica interna. “Atribui-se equivocadamente à informação valor neutro, desconsiderando-se as suas condições de produção e a carga subjetiva mantida por toda e qualquer fonte” (ELMIR, 2012, p. 78). A segunda, aparentemente mais complexa, faz dele (2) objeto intelectual da pesquisa, onde ele deixa de ser – segundo a visão ingênua referida anteriormente – um mero continente de onde se extrai um conteúdo a ser, simplesmente, transposto, de uma narrativa a outra: da narrativa jornalística à narrativa historiográfica. Assim para Elmir, o jornal se transforma para o pesquisador, em objeto intelectual, as perguntas feitas a ele alteram-se, até certo

Muito recentemente, portanto, imbricado com as renovações da História Cultural, que a imprensa passou a ocupar um lugar dominante na produção histórica, a partir do enfoque sociocultural, chave de leitura privilegiada dos historiadores para Jacques Revel (2009) que permitiu a multiplicação e a diversificação dos objetos que entram em seu repertório para entender as realidades políticas, sociais e econômicas¹³. Nesse sentido, trata-se de pensar-la conectada com a vida cotidiana, compreendendo que “é impossível entender a dinâmica dos conflitos sociais e das disputas políticas nas sociedades contemporâneas sem levar em conta o papel dos meios de comunicação de massa” (MIGUEL, 2016, p. 7). Assim, a história da imprensa deve ser visualizada como um processo no qual essas práticas estão em relação ao todo social e percebe-la como integrante de um sistema comunicacional, no qual ganha importância o conteúdo, o produtor da mensagem e a forma como o leitor entende os sinais emitidos naquelas materialidades (e, no caso do jornalismo, materialidades textuais), igualmente, é preciso pensar a história do jornalismo como uma história das práticas culturais, identificando como em diferentes espaços sociais e momentos essa atividade é construída, pensada e dada a ler (BARBOSA, 2009, s/p).

Na perspectiva de Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto é necessário primeiramente compreender a importância dos meios de comunicação enquanto um campo interdisciplinar estratégico para o entendimento da vida contemporânea, isso porque encontra-se disseminado nos ambientes de trabalho das ciências sociais e das humanidades, até mesmo em suporte didático-pedagógico nas salas de aula. Contudo, deve-se ter em mente que todo documento é também monumento, ou seja, nos remete a um campo de subjetividade e da intencionalidade que deve ser problematizado. A questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da imprensa, que implica na problematização de suas articulações ao

ponto, demandando uma operação paralela e oscilante pela qual expulsam o pesquisador para fora do texto e, ao mesmo tempo, o empurram para dentro.

¹³ Segundo Revel, dois fenômenos maiores marcaram a atividade historiográfica das últimas décadas. O primeiro é a deterioração dos grandes modelos teóricos que por um longo tempo garantiram a possibilidade de uma inteligência global do mundo sócio histórico no interior de um quadro analítico e explicativo comum, significando uma grande perda de confiança no poder dos grandes paradigmas unificadores e integradores, um momento de turbulências epistemológicas que levaram a reflexão crítica das disciplinas sobre si mesmas, seus pressupostos e sobre seus modos de fazer, afetando igualmente a história, que voltou a refletir sobre os problemas de método, operações e as convenções que tornam o discurso histórico possível. O segundo fenômeno diz respeito a redefinição da noção de cultura, ou antes, daquilo que os historiadores colocavam sob este termo. Por muito tempo, prevaleceu uma versão dominante da história da cultura, limitadora e prescritiva como um resultado mecânico desvinculado do social, em que somente nos anos 1960 e principalmente 1970 o diálogo com a antropologia resultou numa ampliação especular daquilo que é coberto pela noção de cultura e igualmente impôs uma releitura a partir do ponto de vista que ela propõe ao conjunto das realidades políticas, sociais e econômicas. “Daí a multiplicação e, sobretudo, a diversificação dos objetos que a partir de então entram em seu repertório” (REVEL, 2009, p. 102).

movimento geral e também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo. É preciso pensá-la, portanto na sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais que um dispositivo de registro dos acontecimentos, mas atuante na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica:

E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro. O jornal e a revista e outros veículos impressos não nasceram prontos. A própria configuração do que hoje entendemos como um jornal, ou uma revista, um gibi, uma revista semanal noticiosa, um jornal da imprensa sindical são elas mesmas, produto da experimentação e da criação social e histórica. Nesse processo de configuração dos veículos, seus conteúdos e formas, as convenções sobre como deve ser feito e o que deve conter um determinado jornal ou revista são negociados social e culturalmente, num espaço de um diálogo conflituoso sobre o fazer imprensa a cada momento histórico. (CRUZ, PEIXOTO, 2007, p. 259 - grifo nosso)

Tendo em vista o lugar da imprensa e da mídia na sociedade brasileira, principalmente, no diz respeito à própria construção da notícia e a lógica do mercado, Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca enfatizam, de forma geral, que os temas abordados, as questões discutidas e as opções apresentadas pelos impressos respondem menos aos interesses coletivos do que aqueles defendidos por certos grupos e interesses político-econômicos. Historicamente, conforme apontam, o primeiro meio de comunicação em massa (imprensa escrita) atribuiu-se papel central na defesa dos interesses dos cidadãos contra quaisquer tipos de violações e abusos cometidos pelo Estado. “Está à origem da noção de quarto poder, forjado na Inglaterra do início do século XX: aos periódicos caberia a nobre função de vigiar a atuação do executivo, legislativo e judiciário” (MARTINS; DE LUCA, 2009, p. 125).

Em meio a isso, muitas e diferentes são as dimensões da fabricação dos acontecimentos históricos e das formas de escrita do passado realizadas pelos meios de comunicação. Sônia Maria de Menezes Silva (2004) argumenta que em nossos dias, a mídia atua na elaboração, tanto de acontecimentos emblemáticos, como de conhecimento histórico a partir de narrativas que operam com categorias temporais na fundação de sentidos, e dentro dessa “operação midiográfica”, elementos são articulados em uma complexa teia cujo produto final é uma escrita da história elaborada pelos meios de comunicação.

Entre o último quartel do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, surgiram trezentos e quarenta e três títulos de revistas e jornais espalhados por todo o território brasileiro¹⁴. Nos anos de 1930, a imprensa no Brasil de modo geral já estava estruturada¹⁵, possuindo qualidade técnica e de impressão bastante avançada, e em parte acompanhava o desenvolvimento da forma de grande imprensa do mundo ocidental, por outro ainda apresentava elementos próprios do tipo de imprensa desenvolvido ao longo da história da imprensa brasileira (OLIVEIRA, 2011, p. 141). Ao lado da grande imprensa da Primeira República em meio ao desenvolvimento jornalístico, aparecem outros tipos de jornalismo, produzidos por grupos sociais específicos, tais como o surgimento da imprensa negra¹⁶, do periodismo operário, e também em menor grau, dos meios de divulgação do modernismo, que espelham o aumento de complexidade social (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 87).

Nesse mesmo momento vemos igualmente a inserção da fotografia nos jornais e revistas, que coincidiu com o declínio do folhetim, cedendo lugar à informação e o

¹⁴ Os primeiros registros de atividade jornalística no Brasil em seu sentido estrito, ou seja, o interesse e constituição de veículos para transmitir informações num âmbito maior do que ao da comunicação oral ou manuscrita, datam de 1808 com a chegada do príncipe regente D. Joao VI e a corte portuguesa afugentada pelas tropas francesas e espanholas de Napoleão Bonaparte, marcando o início da imprensa por meio da importação de material impresso da metrópole, como no caso do jornal brasileiro *Correio Braziliense* editado e impresso em Londres. (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 15-16). Assim, com a criação da tipografia oficial, começam a ser produzidos não apenas a *Gazeta do Rio de Janeiro* e a documentação governamental, mas também outras obras populares como folhinhas, almanaques e textos literários e de cunho científico, ao mesmo tempo, a censura foi um elemento constante que garantiu a centralização da produção e circulação de impressos desde sua implementação até ao processo que levou à Independência do Brasil, em 1822, marcando o florescer da história da imprensa brasileira (OLIVEIRA, 2011, p. 132).

¹⁵ Segundo Marialva Barbosa, a partir de 1821, multiplicam-se por todo o país, impressos que irão polemizar os debates públicos, especialmente em novos espaços de sociabilidade, como cafés, livrarias, academias e sociedades e entre 1821-1822 surgem vinte periódicos no Rio de Janeiro, todos a sua maneira, representantes de correntes políticas do período, o mesmo ocorre nas províncias. Barbosa percebe assim, que os impressos são utilizados com fins, por vezes, políticos, como o fazem proprietários (rurais e/ou de escravos), comerciantes, magistrados e funcionários públicos, os quais legitimam o espaço da imprensa diante da iminência de um confronto de interesses com Portugal. Emerge assim no final daquele século, as tecnologias, capazes de fornecer uma dimensão a concepção temporal e espacial e decidir a conformação do novo mundo simbólico, que se torna próximo e visível por meio das descrições e possibilidades de ver em imagens lugares longínquos e figuras exóticas, mudando gradativamente a percepção do outro, que antes era apenas imaginado. Contudo, a oportunidade de saber o que se passa no mundo em poucas horas vai construindo uma nova espacialização, cuja temporalidade ganha nova dimensão. Os periódicos, sobretudo os que querem consolidar-se junto ao público, implantarão de maneira compulsória os novos artefatos tecnológicos, que permitirão maior qualidade e rapidez na impressão, diminuindo a distância entre o acontecimento e o público “constrói-se paulatinamente, a imagem do jornalismo como confirmador da realidade e da atualidade. [...] A opinião é, assim, gradativamente separada de uma ideia de informação isenta” (BARBOSA, 2007, p. 24).

¹⁶ No estudo realizado por Paulino Cardoso (2012) sobre o movimento negro em São Paulo, no contexto das primeiras décadas da República, o autor apreendeu as múltiplas relações vividas por um agrupamento de homens e mulheres negras constituído por um discurso antirracista no interior de uma comunidade de letrados negros Na sondagem às fontes dos jornais da imprensa negra do período, ele constatou que estes espaços serviam para integrar, em um todo comunicável, críticas de comportamentos públicos em jornais, considerações sobre as irmandades negras, opiniões difusas de letrados negros sobre as condições de vida, cordões carnavalescos, clubes de futebol, sociedades recreativas, territórios livres, etc. Ver mais em: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **A luta contra a apatia:** estudo sobre a instituição do movimento negro antirracista na cidade de São Paulo. Itajaí: NEAB; Casa Aberta Editora, 2012.

aparecimento de temas políticos, esportivos e policiais, bem como colaborações literárias que começaram a ser separadas na paginação dos jornais, tornando-se matérias à parte. Foi em parte por conta dessas transformações que as revistas ilustradas se proliferaram no cenário brasileiro. Essas que, inicialmente, tinham a charge como principal manifestação imagética, tornaram-se posteriormente os principais veículos de difusão das imagens fotográficas, sendo as principais em circulação: *Semana Illustrada*, *Revista da Semana*, *Kosmos*, *Fon-Fon!*, *Ilustração Brasileira*, *Careta*, *Paratodos*, dentre outras. (MOURA, 201, p. 5). Nas décadas de 1940 e 1950 amadurecem as técnicas de entrevista e reportagens no Brasil, bem como o processo de profissionalização, com a contratação empresarial e de poder político em alguns veículos de informação, este, mais perceptível na década de 1970.

A apresentação de notícias nas revistas é incrementada pelos recursos imagéticos que auxiliam na organização das ideias e compreensão dos fatos. Elementos cromáticos, tipográficos e fotográficos se complementam na construção de sentido e direcionam os olhos e a mente dos leitores. Por esse motivo, o discurso jornalístico pode se tornar mais atrativo para quem os lê e mais eficiente para quem os veicula. Um dos elementos de que lança mão a editoração gráfica de revistas é a coloração de suas ilustrações e fontes. (SOARES; CAMARGO, 2014, p. 5)

Dentro deste contexto, nascem inúmeros veículos que se transformariam em verdadeiros fenômenos de vendagem, como a revista *Cruzeiro*, lançada em 1928, pelo jornalista Assis Chateaubriand, cuja publicação deu ênfase às grandes reportagens e destaque especial ao fotojornalismo, atingindo na década de 1950 a marca de 700 mil exemplares por semana, a revista *Diretrizes* fundada em março de 1938, por Samuel Wainer e Azevedo Amaral e principal concorrente de *Cruzeiro*, na década de 1940. Com um projeto editorial diferente das duas revistas a Editora Bloch, do ucraniano naturalizado brasileiro Adolpho Bloch, lança a Revista *Manchete* em 1952, direcionado ao grande público urbano que torna a fotografia um de seus elementos mais relevantes (BAPTISTA; ABREU, 2010)

Porém na década de 1960, mais precisamente em 1966, já em contexto de regime militar¹⁷, surge outra publicação que se propõe a apresentar reportagens ao leitor nacional, o periódico *Realidade*, que é visto como um marco na história da imprensa brasileira consolidado a partir de reportagens que se propunham à objetividade da informação. Lançado pela Editora *Abril* suas páginas apresentavam temas embasados na reportagem social, na discussão crítica da moral e dos costumes, apresentando a realidade brasileira em profundas

¹⁷ Para Grijó (2016, p. 75-76) importa sublinhar que o regime de 1964, na medida em que foi se instalando depois do golpe de 31 de março, e, em especial, com a legislação e os Atos Institucionais, passou a controlar os meios de comunicação quanto às concessões de canais e aos conteúdos que podiam ou não ser veiculados.

transformações. Era também um jornalismo com ambições estéticas, inspirado no *new journalism* norte-americano, cuja estrutura trazia o conjunto da vivência do profissional com a realidade que pretende retratar (BAPTISTA; ABREU, 2010, p. 15).

Dois anos após o lançamento de *Realidade*, pouco antes de ser decretado o AI-5¹⁸, a mesma editora apresentaria ao país a revista *Veja* projetada por Victor Civita e Mino Carta nos moldes das revistas norte americanas *Time* e *Life*, publicando sua primeira edição no dia 09 de setembro daquele ano. A partir da condição de revista de informação com periodicidade semanal, ela elabora sínteses dos acontecimentos organizando-os em narrativas próprias, buscando explicar e atribuir sentido a realidade a partir de um espaço maior de tempo. Todavia, seu tempo na narrativa jornalística funciona para dar a ler, conhecer e explicar diferentes temas e, mais importante, funciona para legitimar determinada forma de conceber o mundo e partilhar projetos de futuro (SILVA, 2014).

O periódico apresenta temas do cotidiano da sociedade brasileira como economia, política, diplomacia, transformações e conflitos territoriais, ecologia, saúde, tecnologia, religião, cultura, artes, entre outros, apresentando algumas seções fixas sobre cinema, música, literatura, entrevista, em que seus textos são escritos em sua maior parte por jornalistas, porém, nem todas as seções são assinadas. Tornando-se um importante veículo de produção de informação no mercado editorial do país na década de 1970¹⁹ “*Veja*, hoje é a revista semanal de informação de maior circulação no Brasil, que chegou a vender 1.200.000 exemplares. *Veja* é considerada a quarta maior circulação, no mercado editorial de revistas semanais de informação, no mundo” (BAPTISTA; ABREU, 2010, p. 15).

A criação de *Veja*, pela Editora *Abril*, localiza-se num contexto de consolidação do mercado de bens simbólicos, ocorrido a partir dos anos 60. A formação de um conglomerado de mídia no segmento de revistas, caracterizam a Editora *Abril* nesse momento²⁰, “empresa

¹⁸ O Ato Institucional número 5, é composto por 12 artigos que instauraram um regime de exceção ainda mais violento do que aquele que estava em vigor, conferindo poderes excepcionais ao executivo eliminando praticamente todas as liberdades individuais e institucionais ainda existentes no país, sendo revogado apenas em 1978, pelo general-presidente Ernesto Geisel, na retomada do processo democrático. A *Realidade* Lançada em pleno contexto do Regime Militar muitos problemas foram enfrentados pela revista logo de início, devido aos órgãos de censura que apreenderam algumas de suas publicações (MOURA, 2011, p. 13).

¹⁹ Segundo Villalta (2002), a publicação da *Abril* conhece logo no início de sua circulação o êxito dos quase 700 mil exemplares vendidos de seu primeiro número, e anos subsequentes de fracasso (de 1968 a 1972). Como informa a autora, em 1968, o público consumidor de revistas estava acostumado com dois tipos de publicações: as semanais ilustradas, representadas por *Manchete* e o modelo de revista de economia e política da internacional *Visão*. *Veja* nascia com uma proposta diferente mediante aos padrões brasileiros, entretanto, o modelo trazido diretamente dos Estados Unidos decepcionou os anunciantes, fazendo com que a consolidação da revista junto ao mercado consumidor levou alguns anos para acontecer.

²⁰ Entre 1950 e 1959, a Editora *Abril* possuía 7 títulos subindo para 27 no período que compreende os anos 1960 a 1969, alcançando a marca de 121 títulos entre 1970 e 1979 (VILLALTA, 2002, s/p).

que se fortalece a partir da reorientação da política econômica associada ao capital estrangeiro” (VILLALTA, 2002, s/p).

Nessa conjuntura, Marcelo Ridenti explica que, em meio ao turbilhão de transformações em curso no país, as manifestações culturais acompanharam a consolidação da indústria e do capitalismo na sociedade brasileira em mergulho ao processo rápido de generalização da econômica de mercado com o amadurecimento da racionalidade capitalista, envolvendo, portanto, a constituição de uma lógica para atingir fins lucrativos, até mesmo no âmbito da produção cultural. “Foram anos em que se estabeleceu um público consumidor, socialmente diversificado, para bens simbólicos; houve uma crescente produção profissionalização de seus produtores e dos empresários envolvidos” (RIDENTI, 2014, p. 233).

Reinaldo Lindolfo Lohn ressalta que a industrialização dos processos de produção, advindas de mudanças tecnológicas e de profissionalização, perceptível a partir da década de 1950, somada a década de 1970, concentrou a presença empresarial e de poder político em alguns veículos. Com o passar do tempo, o progressivo deslocamento das verbas publicitárias para a televisão tornou o mercado de jornais e revistas inviável para um considerável número de empresas, tendo em vista que a venda avulsa não garantiu mais a sobrevivência de muitos títulos, passando ser indispensável às receitas publicitárias. Não obstante, a industrialização dos processos de produção favoreceu os grandes grupos empresariais “únicos capazes de arcar com os investimentos necessários” (LOHN, 2016, p. 14).

Paralelo a esse quadro, Luiz Alberto Grijó, aponta sobre a dependência que os meios de comunicação sempre tiveram dos grupos políticos no Brasil²¹. Pode se afirmar inclusive, conforme discorre, que a imprensa surgiu no país atrelada aos posicionamentos políticos de seus controladores. “A imprensa era uma espécie de apêndice ou um recurso a mais nas mãos de agentes políticos. Com efeito, ela surgiu a reboque das disputas político-partidárias e assim permaneceu até muito recentemente” (GRIJÓ, 2016, p. 77). Portanto, para o autor, o comportamento dos meios de comunicação social, no Brasil, desde a ditadura civil-militar até os dias de hoje, está atrelado às grandes empresas do setor, designado pelo que chamamos de grande mídia²².

²¹ Segundo ele, esta afirmação “Está também muito demonstrado e assentado na bibliografia (SODRÉ, 1977; BARBOSA, 2007; MOREL, 2008)” (GRIJÓ, 2016, p. 77).

Tais levantamentos nos levam a considerar, portanto, em concordância com o que indica Vanderlei Souza Carvalho, que a imprensa não é abstratamente um veículo de informações, opiniões e ideologias ou visões de mundo. Ela está subordinada à economia de mercado e às leis da circulação, fazendo com que a informação nas sociedades capitalistas contemporâneas, seja um instrumento fundamental. “Ademais, as empresas jornalísticas são agentes com interesses de classes ou frações de classe e inserem-se no jogo de disputas políticas, operando na formulação de consenso em torno dos projetos políticos em questão” (CARVALHO, 2004, p. 9).

Embora os contextos sejam diferentes, vale a pena citar que em 2006, por exemplo, a *Naspers* (Nazionale Pers), um poderoso conglomerado da mídia sul-africana que durante décadas esteve estreitamente ligada ao Partido Nacional, apoiando o regime do *Apartheid*, adquiriu 30% das ações do Grupo *Abril*. Procurando realizar um estudo preliminar e aportando elementos úteis para a compreensão do significado dessa transação, Bruno Mandelli Perez (2008) apanhou as discussões no Congresso Nacional e na sociedade brasileira, a respeito da abertura da mídia brasileira ao capital estrangeiro, além disso, esboçou um perfil das duas empresas, *Abril* e *Naspers*, incluindo o desenvolvimento histórico das mesmas.

Entretanto, o autor não tocou nos alinhamentos ideológicos e políticos que confluíram essas relações²³, indicando somente que “As diversas atividades da *Naspers*, em diferentes continentes e plataformas, compõem uma bagagem de técnicas, modelos e estratégias que pode ser transferida, mesmo que parcialmente, aos veículos do *Grupo Abril*” (PEREZ, 2008, p. 7), uma vez que a *Abril* já possuía um linha editorial definida antes da associação com a *Naspers* onde insistiu admitindo que não há interferência direta por parte do sócio estrangeiro, e que portanto essa linha não se alterou desde então. Contudo, como ele bem demonstrou, a entrada do capital estrangeiro da *Naspers*, fortaleceu a *Abril* frente aos seus concorrentes, servindo à manutenção da posição hegemônica do grupo que já dominava largamente o mercado²⁴

²³ O autor aponta que a entrada do capital da *Naspers* na *Abril* foi noticiada na época, em matérias da grande imprensa e em veículos especializados, contudo, a maioria delas não foi muito além do que dizia o release divulgado pela própria *Abril*. Porém a primeira reportagem crítica a respeito foi assinada por Renato Pompeu, cujo texto “A *Abril* e o *Apartheid*”, publicada pela revista *Caros Amigos* em agosto de 2006, centrou-se em apontar as estreitas ligações entre a *Naspers* o regime de segregação racial que vigorou na África do Sul até 1994.

²⁴ Segundo ele, nos anos anteriores à entrada do capital estrangeiro, a *Abril* passava por uma crise em diversos aspectos, assolado por dívidas e acumulava prejuízos, dada sua participação no mercado que declinava. Na

Perez conclui ainda que, formalmente, os dispositivos constitucionais sejam respeitados, a presença do capital estrangeiro na mídia brasileira é hoje um dos determinantes na definição de linha editorial nos meios de comunicação brasileiros e, dessa forma, participa, atua e influencia a formação da opinião pública nacional. Ao interromper o enfraquecimento da *Abril*, o capital estrangeiro fortaleceu o monopólio no setor de revistas e, de modo geral, a concentração dos meios de comunicação no Brasil.

Veja, mergulhada nesse cenário, bem como outros periódicos semanais organizados nesse período, registraram parte dos processos políticos e sociais que envolveram a constituição de um país urbano e que permitem o acesso à construção de uma memória histórica, no momento de sua produção, mas também da construção de trajetórias ligadas as tramas políticas brasileiras. A capacidade do periódico em construir personagens e tramas, acontecimentos e processos abordados pela mídia corporativa, também tem o poder de arregimentar público e influenciar debates, atuando na interpretação e na apropriação de significados de processos sociais complexos, mas que ganham dimensão própria, e muitas vezes, simplificadora em suas páginas (LOHN, 2016, p. 14).

Entre os atores internacionais componentes da gama de discursos e imagens impressos nas páginas de *Veja*, estão países e populações do continente africano, que neste mesmo contexto estão vivenciando transformações políticas e econômicas provindas do processo de descolonização e construção do Estado nação, a partir da formação dos novos Estados, emergidos da conquista de suas independências.

A sondagem realizada por notícias de África na revista *Veja* somou a leitura de 903 edições de setembro de 1968 a dezembro de 1985 e revelam, de modo geral, alguns aspectos da presença africana no periódico. Os materiais colhidos distribuídos entre notícias correspondentes em reportagens especiais, artigos, notas, cartas e manchetes, foram classificados em três (3) grandes grupos arquitetados diante da própria divisão geopolítica

internet, setor em rápido desenvolvimento e que pode ser considerado estratégico, a *Abril* tinha uma presença consideravelmente pequena. A rápida superação da crise, verificada nos últimos anos para Perez, teria sido impossível sem uma injeção de capital do porte do que representaram as parcerias com o *Capital Group* e, posteriormente, com a *Naspers*, sendo essenciais para que o grupo *Abril* amortizasse dívidas e tivesse espaço para voltar a investir. No caso específico da *Naspers* como ele discutiu, a parceria representou ainda uma transferência de técnicas, e criou para a *Abril* possibilidades de internacionalizar seus produtos. Outro elemento que deve ser considerado é que, também nesse caso específico, a entrada de capital estrangeiro não significou, até o momento, uma superação do modelo de empresas familiares, majoritário na mídia brasileira, ao contrário, aliou justamente a uma empresa familiar, e ajudou a perpetuar uma posição de liderança desse modelo. Do ponto de vista interno, o capital trazido pela *Naspers* permitiu à família Civita evitar a abertura de capital da empresa e o lançamento de ações na bolsa, o que significaria uma transformação mais radical na estrutura societária do grupo.

africana e do conjunto de amplos temas recorrentes na revista. **1. África Geral** que se compõe de notícias mais abrangentes envolvendo diferentes países em eventos e temas diversos divididos em três (3) subgrupos, **1.1 África** com materiais relacionados as dinâmicas internas africanas, sob assuntos de estado entre países, suas populações e personagens; **1.2 Oriente Médio** referente aos eventos ocorridos na região que compreende o Oriente Médio em que alguns países africanos foram partícipes de articulações, estratégias, conflitos e distinção de relações; e **1.3 África-Brasil** que abarcam notícias que discutem os efetivos e possíveis laços entre nações africanas e nação brasileira. O segundo e terceiro grupo são compostos por notícias de cunho específico de cada país, corriqueiramente presentes na seção internacional do periódico, separados respectivamente entre **2. África Subsaariana**, notícias específicas envolvendo os países da região ao sul ao deserto do Saara e **3. África do Norte** igualmente com notícias referentes aos países da região norte africana.

Os três grupos somam ao total 945 materiais, sendo que 436 (46%) refere-se a África Geral, 355 (38%) África Subsaariana e 150 (16%) África do Norte. O conjunto desse material está localizado na grande maioria em sete seções (91%)²⁵ de *Veja*, Internacional (70%) e Brasil (6%) revelando um foco por parte do periódico nas questões internas do continente africano, especialmente no âmbito político e econômico, bem como as relações com o Brasil também nessas esferas e no campo cultural, Cartas (4%) evidenciando a participação pública dos leitores na dinâmica das discussões sobre África nas páginas de *Veja*; Datas (3%); Gente (3%); Radar (3%) que darão ênfase aos atores, eventos e temáticas que circundam o cotidiano dos países africanos; e Economia e Negócios (2%) cujo espaço discute afinidades e aspectos econômicos de África, tanto internos quanto externos, salientando suas relações com o Brasil. Vejamos outros aspectos e nuances a partir da tabulação efetuada:

Tabela 1 - Tabulação das notícias do grupo 1. África Geral

África Geral 46%	
Subgrupos	Nº de notícias
África	197
Oriente Médio	151
Brasil-África	86

Fonte: Elaborada pela autora (2017)

²⁵ Os outros 9% estão localizados nas seguintes seções que não ultrapassam 1% cada: Teatro; Educação; Ponto de vista; Em dia; Aventura; Música; Documento; Ambiente; Artigo; Esporte; Livros; Memória; Cultura; Mundo; Carta ao Leitor; Vida Moderna; Literatura; Especial; Capa; Religião; Cinema; Ciência; Humor; Entrevista; Depoimento; Antena e Arte.

Das 197 notícias do subgrupo África, 174 cobrem a década de 1970 em que o ano recorde de notícias é o de 1974 com 30 do conjunto desses materiais, mesmo ano em que ocorreu a Revolução dos Cravos que teve como resultado o princípio da democratização, a descolonização e o desenvolvimento do Estado português, que acabou por engrenar um novo período da relação entre Brasil, Portugal e África, cujo novo desenho do governo português, auxilia o Brasil a tomar decisões em prol da independência dos países africanos sem ter que se opor ao governo português (GLOBO, 2007, p. 90). Logo, pipocam notícias que envolvem Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique e seus respectivos processos de independência e descolonização.

Existem laços históricos conectando os atuais países do norte da África e o Oriente Médio. Para Albert Hourani (1991), a unidade social e cultural construída pelo Islã se manteve, desde a Indonésia até o norte da África, incluindo os atuais Marrocos, Argélia, Egito, Tunísia e toda a região do Magreb, em que parte do mundo norte africano é composto atualmente por uma maioria de muçulmanos e árabes. Assim, é possível perceber a interconexão entre o Oriente Próximo e a região do Egito por exemplo, já a partir de 3 mil anos atrás e, mais tarde, mesmo ainda antes da expansão do Islã, se verifica a aproximação política, cultural e social de todo o norte da África ao Oriente Próximo e à Mesopotâmia, descamando uma profundidade dos regimes políticos históricos na região (SCHIOCCHET, 2011, p. 44).

O segundo subgrupo nesse sentido cobre 151 notícias interpeladas dessas relações, referente, contudo, aos processos de democratização política e conflituosa, igualmente o andamento das relações diplomáticas, políticas e econômicas dessa região. Em adendo, da soma de notícias desse guarda-chuva, 21 dos materiais localizados nos anos 1969 e 1970 são focalizadas no Egito e no líder do mundo árabe, Gamal Abdel Nasser, conhecido por implementar um conjunto de medidas intituladas de socialismo árabe, pan-arabismo ou nasseriano²⁶. Cabe destacar que até 1974 observa-se ainda uma equidistância brasileira em relação à problemática árabe-israelense-palestina, porém, essa posição não implicava um

²⁶ O Egito declarou sua independência em 1922, entretanto, a independência efetiva do sistema de protetorado só ocorreu em 1954. Após a experiência colonial, iniciou-se um processo revolucionário que depôs o Rei Faruq dando origem ao governo de Gamal Abd al-Nasser no ano de 1954 a 1970. Nos primórdios do governo, Nasser emergiu como líder incontestado, tendo de início um programa de ação limitado e nenhuma ideologia marcante para além do apelo nacional, acima dos partidários e solidariedade as massas camponesas. A partir de então cria-se uma lógica de personificação do poder na figura dele, e este, por sua vez, parte da premissa de unificação do povo árabe, sendo ele mesmo seu líder e representante, utilizando como um dos meios de unificação, para além do nacionalismo árabe, a linguagem do Islã. Embora a unidade árabe e o nacionalismo fossem os discursos predominantes. Ver mais em: TELES, Bárbara Caramuru. **Egito na encruzilhada da secularização**: desde Gamal Abd al-Nasser até a Primavera árabe. Curitiba: Um olhar local, 2014.

desinteresse da diplomacia brasileira pelas questões envolvendo esse conflito (SILVA; PILLA, 2012, p. 112).

No terceiro subgrupo, que reúne 86 notícias acerca das relações Brasil-África, encontramos em quase sua totalidade assuntos sobre relações diplomáticas, políticas e econômicas, com florescimento ao longo de toda a década de 1970 e continuidade até meados de 1980, período marcado por certo ajuste na Política Externa Brasileira, tendo em vista as novas possibilidades e exigências do cenário internacional, além das necessidades do mercado interno brasileiro. As formas como essas relações se apresentam na revista *Veja* são evidenciadas na seção seguinte deste capítulo.

Tabela 2 - Tabulação das notícias do grupo 2. África Subsaariana

África Subsaariana 38%	
País	Nº de notícias
África do Sul	93
Uganda	49
Rodésia do Sul / Zimbábwe	48
Angola	43
Biafra / Nigéria	32
Etiópia	22
Moçambique	14
Somália; Quênia	8
Zaire; Republica Centro Africana; Guiné	4
Senegal; Congo; Guiné-Bissau	3
Burundi; Suazilândia; Gana; Chade; Camarões	2
Zâmbia; Benim; Guine; Equatorial; Namíbia; Tanzânia; Comores; Afars e Issas / Djibuti; Madagascar	1

Fonte: Elaborada pela autora (2017)

Os países localizados na região Subsaariana africana compreendem o segundo grupo mais presente de notícias sobre África nas páginas da revista *Veja*. São materiais que narram os acontecimentos específicos desses países, encontrados na seção internacional, que reportam atividades internas, especialmente políticas, de um determinado país. 26% referem-se as notícias de África do Sul, em sua grande maioria relacionadas com a política do *Apartheid* e serão enquanto foco desta dissertação, discutas nos próximos capítulos; 14% Uganda, com notícias publicadas a partir de 1971 quando Idi Amin tomou o poder por meio de um golpe de Estado e dirigiu o país durante quase uma década na qual sua figura será bastante presente nos materiais tal como um ditador africano; 13% Rodésia do Sul/Zimbábwe, com notícias até final de 1970 à imagem da África do Sul, cuja questão crucial também era a luta dos europeus para conservarem o seu monopólio econômico sobre as terras, os recursos

minerais, os empregos e os serviços sociais, bem como para jugular a concorrência e o nacionalismo africanos (CHANAIWA, 2010, p. 295); 12% Angola com 25 materiais em 1975 e 1976 que cobrem apenas seu processo de independência e em seguida narrativas focadas em aspectos e relações econômicas; 9% Biafra/Nigéria sobressaindo primeiramente as notícias de Biafra com 12 materiais de 1968 a 1970 e posteriormente narrativas da transformação e dinâmicas da Nigéria, 6% Etiópia que narrarão os eventos sobre guerras civis, por vezes simultâneas entre 1961 e 1990, com ênfase no ano de 1974 somando 5 materiais que discutirão a situação do imperador Haïlé Sélassié que era afastado do poder e em seguida deposto, em contexto de multiplicidade de golpes de Estado militares na África (ELAIGWU, 2010, p. 554); 4% Moçambique, com ênfase no processo de independência, proclamada em junho de 1975, e poucas outras notícias das demais nações que não somam mais que 2% cada. Pensamos agora no último grupo.

Tabela 3 - Tabulação das notícias do grupo 3. África do Norte

África do Norte 16%	
País	Nº de notícias
Egito	76
Líbia	38
Argélia	22
Sudão	8
Marrocos	3
Saara Ocidental	3

Fonte: Elaborada pela autora (2017)

Neste grupo, está localizada uma minoria em 16% das notícias correspondentes aos países do norte africano, em que as presenças de Egito (51%), Líbia (25%) e Argélia (15%) sobrevelem Sudão (5%), Marrocos (2%) e Saara Ocidental (2%). No caso do Egito, as matérias publicadas dizem respeito em sua maioria, das relações com os países da região do oriente médio. Já Argélia e Líbia, que fazem parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), serão muito discutidos na seção Economia e Negócio do periódico.

Contudo, o que todas essas nações africanas, especialmente da “África Negra”²⁷, abordadas em caráter específico no periódico, tem em comum? Ora, esses países não estão

²⁷ Conforme discorre M. Amadou - Mahtar M’Bow, muitos mitos e preconceitos de toda espécie esconderam por muito tempo a complexa história da África, em que suas populações passavam por sociedades que não podiam ter história. Desde as primeiras décadas do século XX, um grande número de especialistas não africanos, ligados a certos postulados, sustentavam que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico, notadamente por falta de fontes e documentos escritos, assim, ao escrever a história de grande parte da África, recorria-se a fontes externas do continente, oferecendo uma visão não do que poderia ser o percurso dos povos africanos, mas daquilo que se pensava que ele deveria ser. Igualmente, o continente africano quase nunca era considerado como uma entidade histórica, em contrário, enfatizava-se a ideia de uma cisão que teria existido

coincidentalmente sob a mira *veja*, eles serão vistos pelos governos militares como possíveis lugares-chaves para a ampliação de parcerias para atividades cooperativas de âmbito comercial, econômico e político num momento ímpar da história brasileira.

Como veremos em seguida, os sistêmicos aspectos de condicionantes internacionais e nacionais ajudaram a moldar a política externa independente brasileira adotada em meados da década de 1960, onde a África passou a ter maior atenção. Do ponto de vista dos aspectos internos, está a orientação da presidência, grupos de apoio político, e neste último, um elemento relevante a política africana brasileira foi a pressão portuguesa de valorização de laços efetivos entre Brasil e Portugal. As condicionantes externas somam-se também a conjuntura internacional, principalmente nos choques do petróleo e posteriormente a crise da dívida externa, onde o próprio desenvolvimento econômico brasileiro, cuja capacidade industrial desenvolve-se nas décadas de 1960 e 1970, em que a demanda por petróleo também é crescente (BRASIL, 2016, p. 61-62).

Assim, quatro elementos aproximarão os interesses do Brasil ao continente africano de acordo com Gerson Fonseca Jr. (1998). O primeiro, é a manutenção do projeto nacional-desenvolvimentista, traduzindo a aproximação numa busca por mercados; o segundo, é a busca pela garantia de fornecimento de petróleo, dada a vulnerabilidade energética brasileira; o terceiro trata-se da manutenção de influência da região do Atlântico Sul e por último, a busca de novas vinculações aos países de língua portuguesa. Igualmente, as mudanças no cenário internacional, principalmente em relação aos fóruns multilaterais, em alternativa a bipolaridade da Guerra Fria, o continente africano, com diversos novos países passa a ser fonte de apoio de demandas comuns no diálogo com Norte-Sul. Todavia, as relações africano-brasileiras passam de fato, por intensidades e margens diferentes até o fim da década de 1990, mas em nenhum momento são abandonadas como veremos a seguir.

1.2 “A descoberta de África”: Relações diplomáticas e política externa na mira da *Veja*

entre uma “África branca” e uma “África negra” que se ignoravam, apresentando o Saara como um espaço impenetrável que tornaria impossíveis as misturas entre etnias, povos, bens, crenças, hábitos e ideias entre as sociedades constituídas de um lado e de outro do deserto. Contudo, a história da África norte-saariana certamente esteve antes ligada àquela da bacia mediterrânea, muito mais que a história da África subsaariana mas, nos dias atuais, é amplamente reconhecido que as civilizações do continente africano, pela sua variedade lingüística e cultural, formam em graus variados as vertentes históricas de um conjunto de povos e sociedades, unidos por laços seculares (M'BOW, 2010, s/p)

Apesar dos vínculos históricos entre Brasil e África datarem do século XVI, o governo brasileiro iniciou uma aproximação cooperativa com o continente somente a partir da segunda metade do século XX, em meados da década de 1960, que atingirá seu ápice apenas no governo de Luís Inácio Lula da Silva em 2003 mediante sua política externa “ativa e afirmativa”, no sentido de unir o mundo em desenvolvimento e gerar mudanças na ordem internacional²⁸. A África se tornou a região onde a diplomacia brasileira realizou maiores avanços, cujo estabelecimento da cooperação sul-sul²⁹ tem sido multidimensional, transcendendo o nível bilateral, e gerando grande significado global no século XXI (VISENTINI, 2010)

A interação com o continente do outro lado do atlântico dará seus primeiros passos durante a fase da crise de hegemonia no sistema mundial após a segunda guerra, que se estendera até a atualidade, marcando uma mudança significativa nas relações exteriores brasileiras com o aprofundamento da vinculação da política exterior com a estratégia de desenvolvimento econômico e a diversificação dos nossos parceiros internacionais, em que até então “Durante todo esse período que se estendeu até o fim da década de 50, as relações exteriores do Brasil voltaram-se, prioritariamente, para os EUA, em busca do status de aliado privilegiado” (VISENTINI, 1999, p. 135).

De modo geral, com a Política Externa Independente de 1961 a 1964 de Jânio Quadros e Joao Goulart houve uma primeira aproximação, fundamentada nas afinidades culturais dada a formação sócio histórica brasileira. Na visão do governo, o Brasil poderia ser um interlocutor privilegiado dos países africanos nos foros internacionais, entretanto, denotavam-se ainda ambiguidades no posicionamento brasileiro quanto aos processos de independências africanas, já que embora o discurso da diplomacia brasileira defendia nos foros multilaterais, o anticolonialíssimo e os princípios da autodeterminação dos povos e da não intervenção; na prática era hesitante quanto a apoiar ou não o movimento independentista das colônias

²⁸ Ver mais em: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013 e VISENTINI, Paulo Fagundes. *O Brasil de Lula: Uma diplomacia global e afirmativa (2003-2010)*. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.1, n.1, 2012.

²⁹ Entende-se por Cooperação Sul-Sul (CSS) uma modalidade de cooperação técnica internacional que se dá entre países em desenvolvimento, cujos desafios e experiências são semelhantes, diferenciando-se da tradicional Cooperação Norte-Sul (onde países desenvolvidos do Hemisfério Norte colaboram com países em desenvolvimento do Hemisfério Sul). Sendo uma das prioridades da política externa brasileira da primeira década do séc XXI, o Brasil tem investido esforços e recursos em programas, desenvolvidos através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). “O Brasil mantém relações de cooperação técnica com a América Latina, Caribe e África, com atuações pontuais na Ásia (Timor-Leste, Afeganistão e Uzbequistão), Oriente Médio (Líbano e Territórios Palestinos) e Oceania” (ABC, 2012, s/p) No ano de 2008, a ABC aprovou e coordenou a execução de 236 projetos e atividades de cooperação técnica Sul-Sul, beneficiando 58 países em desenvolvimento.

africanas decorrida especialmente do apego às relações especiais com antigas metrópoles, tais como Portugal e França (MANZUR, 2014, p. 185-186).

A conquista de 17 independências africanas no ano de 1960 levou a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura Organizações das Nações Unidas (UNESCO) a declarar o “o ano da África”, e tais transformações amplamente divulgadas na imprensa brasileira conduziram diversos intelectuais a voltarem seus olhares para o continente, colocando-o em pauta tanto na política quando na academia. As intensas transformações políticas e econômicas ocorriam em África devido às independências de dezenas de países, e entre as décadas de 1960 e 1990 os jovens Estados africanos foram obrigados a redefinir suas relações com as antigas potências coloniais e as novas superpotências do pós-guerra (MACEDO, 2014).

Assim, naqueles primeiros anos pós-independência, o governo brasileiro preocupou-se em criar embaixadas e estabelecer relações comerciais e diplomáticas com África, contexto que propiciou um notável momento para os estudos africanos no Brasil, de institucionalização, a partir da criação dos primeiros centros de estudos³⁰ dedicados ao tema, e realizou um marco devido ao reconhecimento acadêmico obtido com a oficialização e a existência legal dentro das universidades às quais se vincularam, garantindo estrutura oficial e acadêmica para pesquisas antes esporádica (SCHLICKMANN, 2015, p. 39).

Após uma fase de distanciamento sufocado pelos anos iniciais do golpe civil-militar, que encerrou os projetos encaminhados por Jânio Quadros da primeira metade da década de 1960 em relação ao continente africano, houve um salto qualitativo nas relações Brasil-África do governo de Emílio Garrastazu Médici até o fim do governo Jose Sarney (1969-1990) com intensa cooperação em várias áreas. O relacionamento externo do Brasil durante os anos de 1970 e 1980 passou por algumas oscilações, em que a preocupação com a segurança e o desenvolvimento do país trespassou a ação política dos governos militares em uma perspectiva de alcançar condições de autonomia relativa à cena internacional, nesse sentido, a diplomacia brasileira procurou ampliar seus canais de relacionamento, direcionando em parte,

³⁰ De acordo com Mariana Schlickmann (2015) foi fundado nesse período três centros de estudos na temática que engrenaram a institucionalização dos Estudos Africanos no Brasil na década de 1960. O Centro de Estudos Africanos (CEAO) na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1959 criado por Agostinho da Silva, filósofo português exilado no Brasil desde 1944, em razão das perseguições sofridas pelo regime ditatorial de Salazar; O Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) criado em 1961 pelos esforços do professor Candido Mendes que exercia a função de Chefe da Assessoria Internacional da Presidência de Jânio Quadros com o olhar para os novos países independentes da África, extinto ainda em 1964 durante o regime autoritário no Brasil foi retomado em 1973 em novos moldes vinculado à Universidade Cândido Mendes (UCAM), chamando-se Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA); e o Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade de São Paulo (USP), criado em 1965 por Fernando Augusto Albuquerque Mourão e Ruy Galvão de Andrada Coelho.

sua atenção para os países do terceiro mundo, buscando uma atuação multilateral (PEREIRA, 2007).

Nesse cenário, o continente africano ganhou atenção da diplomacia brasileira militar, que pretendia ampliar canais de comércio com os países situados na faixa tropical. Acreditava-se que, pela tecnologia de porte médio dos produtos manufaturados e, também pelos vínculos históricos que unem o Brasil à África, tínhamos condições de cultivar um mercado para exportação. Embalado assim por essa expectativa positiva, o ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barbosa, efetuou em 1972 um programa de visitas a nove países da África subsaariana: Senegal, Costa do Marfim, Gana, Ibgo, Daomé (atual Benim), Nigéria, Camarões, Gabão e Zaire (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 227).

Após o fim do regime salazarista de Portugal, com a Revolução dos Cravos em 1974, que gerou o colapso do colonialismo português, o Brasil conseguiu sair do seu estado de ambiguidade com relação aos países africanos, podendo dar prosseguimento a expansão de suas relações com o continente africano com mais coerência e desenvoltura. Apesar de levar em consideração o continente como um todo, alguns centros ganharam maior atração e importância, cujo países identificados como sendo produtores de petróleo, foram vistos como territórios em potencial para exportar o petróleo para o Brasil e capacidade de compra de produtos industrializados dos brasileiros.

Ou seja, poderia efetivar-se um intercâmbio comercial assentado em bases complementares e vantajosas para os dois lados, assim, alguns países passaram a se destacar no cenário da política africana do Brasil, como Nigéria, Argélia, Gabão, Senegal e os recém-independentes Estados de língua portuguesa, que foram priorizados politicamente, com destaque para Angola, sobretudo pela riqueza em recursos minerais e potencialidades futuras para o Brasil. (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 39)

Assim, especificamente, somente na terceira fase da política externa militar referente aos Governos Geisel e Figueiredo (1974-1985)³¹ retoma-se, em linhas gerais, a Política Externa Independente, caracterizada pelo apoio ao desenvolvimento econômico-industrial e a construção do status de potência média. Como discorrem Miriam Gomes Saraiva e Tullo

³¹ Paulo Fagundes Vizentini discute em artigo a política externa brasileira durante os quatro séculos de sua história. Com relação ao período militar, o autor identifica a primeira fase do Governo Castelo Branco (1964-1967), caracterizado como um período atípico, com alinhamento automático face aos Estados Unidos, dentro da concepção de fronteiras ideológicas da Doutrina de Segurança Nacional anti-esquerdista. A segunda fase apresentada foi constituída pelos Governos Costa e Silva, Junta Militar Mediei (1967-1974), caracterizando-se pelo retorno a uma diplomacia voltada ao "interesse nacional" do desenvolvimento. Ver mais em VISENTINI, Paulo G. Fagundes. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.20, n.1 p. 134-154, 1999.

Vigevani, há continuidades e descontinuidades na trajetória do desenvolvimento da política externa brasileira. O viés da política externa chamada “pragmatismo responsável ecumênico” implementado durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1978) significou uma mudança de prioridades em relação a política de relações internacionais adotada no período anterior, com o abandono a expressão “Brasil potência” utilizada durante o governo de Médici, obtendo continuidade com o mote “Brasil potência emergente”, tal política “representou uma forma de adaptação à nova realidade da ordem internacional e a necessidade de diversificar os recursos para o desenvolvimento interno” (SARAIVA; VIGEVANI, 2014, p. 223).

O Pragmatismo Responsável, lema da política externa do governo de Geisel, conduziu à busca de maior autonomia na cena internacional, produzindo uma crescente multilateralização e mundialização, de dimensão econômica e política. Nesse processo, o país necessitava exportar produtos primários de colocação cada vez mais difícil no mercado mundial, onde, com a recente industrialização, tornava-se necessário buscar mercados para os produtos manufaturados e serviços, e, para tanto, as relações com a América Latina, África, Oriente Médio e Ásia foram decisivas (VISENTINI, 1999). Todavia, vale lembrar ainda que “o interesse brasileiro em cooperar com a África na área econômica antecedeu as independências africanas” (COSTA E SILVA, 2014, p. 418) Em 1957 na XII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil tomou a iniciativa de apresentar, com o copatrocinio de 29 Estados-membros, o projeto de criação da Comissão Econômica para a África. Também em 1962 foi criada a Aliança dos Países Produtores de Cacau, formada por Gana, Nigéria, Costa do Marfim, Camarões, Togo e um único Estado não-africano, o Brasil.

O conjunto desses debates acerca das continuidades, rupturas e novas articulações comerciais e diplomáticas com os países do continente do outro lado do atlântico farão parte das pautas noticiadas nas páginas de *Veja*. As notícias que discutem as relações Brasil-África somam ao todo 85 materiais, que distribuimos a partir de quatro periodizações. **1. 1968-1969** (2%) com apenas duas notícias publicada em abril e junho do ano de 1969; **2. 1970-1974** correspondente a 27 (33%) materiais; **3.1975-1979** com 24 (28%) notícias; **4.1980-1985** sob 32 (37%) materiais. Esses recortes jornalísticos encontram-se nas seções Brasil (61%) geralmente no tópico “Diplomacia”, Radar (15%), Economia e Negócios (13%), Cartas (7%) e Internacional, Gente e Entrevista (1% cada).

A primeira notícia localizada no período 1968-1969 intitula-se “As gafes Sul-Africanas” e se encontra no tópico “Diplomacia” da seção Brasil de *Veja*. Ela discorre sobre

uma possível aliança naval entre África do Sul e as negociações até então realizadas para tal, destacando que a manutenção das relações com os sul africanos “é um grande negócio” (VEJA, n.33 23/04/69, p. 16)³². Semanas depois, a África do Sul e outras nações africanas são apontadas no artigo “Portugal procura seus amigos” localizado na seção internacional que discute as possibilidades da visita do Primeiro-Ministro de Portugal Marcello Caetano ao Brasil para o rompimento do isolamento político português em África e sua tentativa de abrir-se novamente para a vida internacional. A dicotomia portugueses-negros, entre outros adjetivos como selvas e tribos são utilizadas na narrativa que explica a situação conflituosa nas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, consideradas pela revista como “a principal fonte de riquezas e também de problemas” de Portugal (VEJA, n.44 09/07/69, p. 35), já que, embora esses territórios tenham apresentado um razoável índice de desenvolvimento, cuja exploração do lençol petrolífero em Angola dobrara a produção no próximo ano exportando parte do excedente até para o Brasil, eles estão sob contexto de luta anticolonial, tratada como um obstáculo pelo periódico.

Embora a revista saliente que a política portuguesa para com suas províncias vem provocando protesto unânime na “África Negra” bem como condenações por parte da ONU, ela aponta que a visita do Primeiro Ministro pode ser a oportunidade portuguesa de pleitear mais apoio brasileiro à sua política em Angola, Moçambique e Guiné. Lembramos que, nesse contexto, o governo de Costa e Silva manteve a posição de estreitamento dos vínculos e apoio à repressão dos movimentos nacionalistas que lutavam pela independência, em que a diplomacia brasileira persistia na tese de que nos territórios colonizados por Portugal o aspecto principal da guerra era a luta do mundo ocidental contra a expansão comunista (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1999, p. 224).

O arcabouço de notícias que compete ao período dos anos de 1970 a 1974 correspondente a narrativas que tatearão as pequenas porém proveitosas possibilidades do continente africano para a desenvoltura das relações e política externa brasileira. Em abril de 1970 *Veja* já destaca que “A presença da diplomacia brasileira vai ser reduzida em alguns lugares, como África, e aumentada em outros, sobretudo Japão” (VEJA, n.85 22/04/70, p. 20) no artigo que abre a seção “Brasil” intitulado “A nova ação da diplomacia” destacando os principais pontos das redefinições diplomáticas formuladas no governo de Emilio Garrastazu Médici, e dando ênfase na permanência de duas das principais posições do Brasil no âmbito

³² Nos atentaremos novamente a esta notícia e outras fontes que serão citadas ao longo do texto no próximo tópico deste capítulo, investigando a presença apenas da África do Sul.

das relações internacionais, a recusa de assinar o Tratado de não-proliferação das Armas Nucleares e a melhor distribuição de riqueza internacional pela criação de melhores condições de comércio.

A contradição da posição brasileira diante dos processos africanos de independência é discutida pelo periódico no artigo “Paradoxo” que inicia com a proposição de que “Na atividade diplomática, assim como na política, nem sempre teoria corresponde a prática” (VEJA, n.121 21/12/70, p. 21) e discute a postura do Brasil na Assembleia Geral da ONU que votou a favor de Portugal num projeto de resolução sobre a concessão de independências aos povos coloniais sob a justificativa de que embora a independência seja uma das formas de a autodeterminação dos povos, ela não é a única, já que os habitantes dos territórios de protetorado português poderiam adotar um estatuto de associação com Portugal. Tal posicionamento como esclarece a revista, poderia custar a não inclusão do Brasil em alguns organismos da ONU, cujos países de África e Ásia, embora considerem o Brasil líder natural do terceiro mundo, votam unidos nas questões de descolonização. Na visita do chanceler do Quênia ao Brasil, Njoroge Mungai, discutido em outro artigo publicado em agosto do mesmo ano³³, o assunto é retomado frente a postura de não adesão do Itamaraty sobre o pedido de Mungai para o governo brasileiro reconhecer o direito os povos de Moçambique, Angola e Guiné ter a liberdade e autodeterminação.

Em janeiro de 1972, o artigo “Um ano apertado” em referência a agenda do Itamaraty, anunciava a viagem do chanceler Mario Gibson Barboza para a África em junho e sua visita a oito países da costa atlântica sob o evidente interesse comercial adormecido desde 1966, quando existia um plano de missões periódicas a África. Em maio *Veja* aponta a visita do chanceler sul africano Hilgard Muller no Brasil para sondar as intenções brasileiras na sua aproximação com os países da “África Negra” e distâncias com a África do Sul, concluindo a reafirmação de que Brasil quer aumentar seu intercâmbio com todos os países africanos. Os balanços e as expectativas do periódico com relação a missão brasileira a África, só serão retomados no final de outubro e início de novembro com dois artigos³⁴ intitulados

³³ O método Mungai (VEJA, n.205 09/08/72 p.23)

³⁴ Em meio a isso temos três notícias envolvendo países africanos na diplomacia brasileira e uma relacionada as relações comerciais nacionais. “Mercado Egípcio” (VEJA, n.207 23/08/72, p. 21) que discutira a visita do chanceler egípcio no Brasil, Murad Ghaleb; “Diplomacia: Brasiáticos?” (VEJA, n.210 13/09/72, p. 21) sobre a expulsão de 50 mil asiáticos de Uganda por Idi Amim e possibilidade do governo brasileiro em receber essa população; e Mercado negro (VEJA, n.215 18/10/72, p. 110) sobre as limitações e perspectivas de exportação de produtos entre Brasil e África.

respectivamente “O primeiro passo certo” e “De volta a África”. O primeiro descreve os preparativos da equipe refutando que

Tamanha prudência parece ser plenamente justificável levando-se em conta que nos últimos vinte anos o Itamaraty foi acometido de sucessivas paixões africanas, grandiloquentes e inócuas. Infelizmente, até hoje a única linha comercial já mantida com regularidade entre o Brasil e a África foi a condenável prática do tráfico negreiro. Além dessas lembranças, restam apenas detritos de fracassos (VEJA, n.216 25/10/72, p. 20)

Nesse sentido, a investida de Gibson Barboza é vista com bons olhos pela revista que poderá efetivamente solidificar relações bilaterais entre o governo brasileiro e as nações africanas, estimuladas pelo interesse de maiores mercados comerciais. Outrossim, a revista destaca que a diplomacia brasileira caminhará ao largo dos conflitos políticos evitando misturar os interesses na África com interesses nas lutas colonialistas que se desenvolvem no continente.

No segundo artigo, é narrado o retorno da missão tomada como vitoriosa por *Veja* especialmente no aspecto de dissipar o arraigado preconceito dos africanos de que o Brasil não possuía uma política externa própria, mas conectada aos interesses de Portugal e nas boas perspectivas para os empresários nacionais em que o principal resultado da viagem conforme o que acreditam diplomatas que acompanharam o chanceler “será o despertar das empresas brasileiras para as possibilidades – por hora ainda modéstias - que estão ao seu dispor nos países africanos” (VEJA, n.221 29/11/72, p. 21).

Os frutos do “primeiro passo” são evidenciados nos artigos seguintes dos anos de 1973 e 1974. Na visita do chanceler brasileiro ao Egito, Quênia e Israel em janeiro de 1973, *veja* considera que “Para um país ávido de aumentar as proporções de seu peso no cenário internacional, como o Brasil, uma visita à região, agora, é, oportuna” (VEJA, n.230 31/01/73, p. 21) apontando que a embaixada brasileira ainda tenha deixado satisfeito o profundo interesse que nos últimos tempos vem sendo manifestado em todo o país por questões petrolíferas “ao patrocinar no Egito negociações e acordos comerciais da Braseiro – subsidiária internacional da Petrobras” (VEJA, n.231 07/02/73, p. 21).

As novas relações comerciais efetuadas com Argélia, Líbia, Nigéria e Zaire descritas pelo periódico “levam os diplomatas brasileiros a admitir que a África é um mercado lógico e próximo” (VEJA, n.259 22/08/73, p. 86). As alterações na política do Brasil em relação a postura de Portugal para com suas províncias, começa a ser alterada, fator considerado importante pela revista, embora considere que o Itamaraty não deseja patrocinar nem a causa

de Lisboa, nem a das republicas africanas mas “Interessado em preservar sua posição de mediador em potencial, ele estaria apenas atento ao aparecimento do petróleo como uma nova arma que, ao ser usada, tem a capacidade de pulverizar velhas teorias, domínios e preconceitos ” (VEJA, n.271 14/11/73, p. 20).

Em maio de 1974, o artigo “O mercado da diplomacia” (VEJA, n.291 03/05/74, p. 65) discorre sobre as significativas as mudanças e os novos rumos das relações externas brasileiras na “cautelosa arrancada em direção ao mercado africano”. A revista descreve que os países africanos permaneceram “a margem do roteiro oficial de intercambio brasileiro”, porém, vem se aproximando das exigências de africanos e árabes revisando seu comportamento no apoio as independências dos territórios africanos, oportunidade esta levantada pela revista, da ameaça do boicote árabe no fornecimento de petróleo aos países que apoiassem Israel no conflito do Oriente Médio.

As embaixadas criadas na Líbia, Iraque e Arábia Saudita indicam uma mudança na diplomacia brasileira no Oriente Médio e igualmente “promete[m] influir diretamente sobre o tratamento dado pelo Brasil as questões do oriente médio nas assembleias da ONU” (VEJA, n.302 19/06/74, p.23). Nesse momento, Guiné Bissau era a primeira ex-colônia portuguesa reconhecida pelo Brasil como Estado independente, ao noticiar tal posicionamento comenta “E um triunfo diplomático nunca desprezível é saber identificar a tempo mudanças na direção dos ventos que varrem a política internacional” (VEJA, n.307 24/07/74, p. 31).

“Agora, a África” e “Um bom início” são os dois últimos artigos que encerram a presença africana no âmbito das relações internacionais brasileiras nas páginas de *Veja* do ano 1974. Os artigos tratam da visita oficial do chanceler brasileiro Antônio Francisco Azeredo da Silveira ao Senegal e do ministro Italo Zappa, chefe do Departamento da Ásia, África e Oceania do Itamaraty a sete países africanos para se encontrar com os líderes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas no continente para estabelecer, segundo o periódico, apenas contatos prévios, embora prevê que o Brasil poderá oferecer às novas nações ajuda nas áreas da educação e saúde. “Mas ainda será cedo para tentativas no campo comercial. Assim, todos os esforços estarão concentrados para a instalação da embaixada em Luanda, Angola, após a independência” (VEJA, n.328 18/12/74, p. 29).

No período entre os anos de 1975-1979 os artigos que tratam do lugar da África nas linhas das relações externas brasileiras apresentam e discutem as premissas e as ações efetivas que se desenvolverão no quadro do Itamaraty e sua política africana. A visita de sete dias de

Albert-Bernard Bongo, presidente do Gabão, possibilitou um convenio com medidas concretas para que o Brasil até o fim daquele mês enviase um embaixador em Libreville e a abertura de um credito de 10 milhões de dólares para que o país adquira manufaturados brasileiros, para o periódico, contudo, essas medidas “não parecem muito para um país, como Brasil, que proclama reiteradamente seu interesse em ampliar os laços com África” (VEJA, n.372 23/10/75, p. 23).

No final de 1975 e início de 1976 as notícias se concentram nos debates sobre o reconhecimento da Independência de Angola e do governo local angolano e as implicações nas relações entre os dois países³⁵. Como aponta Pio Penna Filho e Antônio Carlos Moraes Lessa (2007) ela foi uma das nações que passou a se destacar no cenário da política africana no Brasil nesse período, e houve o acompanhamento do Itamaraty do complexo quadro angolano, com três movimentos de liberação, a saber: Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), muito embora o representante especial do Brasil em Luanda se esforçasse por manter uma atitude de equidistância perante os três movimentos, já em meados do ano, ele havia se convencido de que o MPLA era o movimento mais bem qualificado para assumir o novo país (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 74).

Em 10 de novembro a revista anuncia que “O Brasil reconheceu a independência angolana, e implicitamente, a hegemonia política do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)” (VEJA, n.376 19/11/75, p. 24). A entrevista publicada em fevereiro de 1976 com pesquisador, sociólogo e jornalista alemão Wolf Grabendorff³⁶, que escreveu um livro sobre as determinantes da política externa brasileira, endossa as boas expectativas com relação a Angola “Acho que, se Angola se tornar mesmo uma República Popular, o Brasil manterá com ela excelentes relações” (VEJA, n.389 18/02/76, p. 4). Nos anos seguintes, o momento é lembrado na edição de retrospectiva de 1979, e apontado como uma atitude

³⁵ Segundo a análise sobre a cobertura de *Veja* da independência de Angola efetuada por Juvenal de Carvalho, a imagem de Angola impressa nas páginas da revista reproduziu o padrão das relações que as classes dirigentes brasileiras desenvolveram com relação à África de omissão e distanciamento. A independência de Angola aparecia sempre como um subproduto da política interna de Portugal, em que todas as iniciativas dos diversos grupos que lutaram pela libertação não foram “importantes” ou “interessantes” nos critérios da *Veja*, tendo em vista que simplesmente não foram relatados. “Mais uma vez aparecia uma ou outra referência sobre o impacto destas iniciativas na política interna de Portugal. Não era, portanto, Angola que estava sendo noticiada, mas sim Portugal”. (CARVALHO, 2002, p. 133). Ver mais em: CARVALHO, Juvenal de. **Veja: Um olhar sobre a independência de Angola.** (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia: Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

³⁶ Entrevista efetuada por Carlos Struwe.

marcante da diplomacia brasileira “Sem o cabresto rígido da doutrina de segurança, os diplomatas profissionais marcaram um feito” (VEJA, n.590 26/12/79, p. 38).

Igualmente nesse contexto, as notícias mergulham nas relações exitosas com os demais países africanos, frisando que “A política africana de Itamaraty, de “diálogo direto e solidariedade operativa” do chanceler Antônio Francisco Azevedo da Silveira, começa efetivamente a produzir resultados objetivos” (VEJA, n.393 17/03/76, p. 26). A missão em Bissau é anunciada com boas expectativas, quando “um grupo de técnicos brasileiros prepara-se para examinar, do outro lado do atlântico, as possibilidades efetivas de uma ‘cooperação enorme, uma cooperação exemplar’ de que então falava em Brasília o esperançoso chefe da missão de Bissau” (VEJA, n.405 09/06/76, p. 24).

A notícia da maior descoberta petrolífera pela Petrobras Internacional (Braspetro) não ocorrida em território brasileiro, mas na África, em Argélia é apresentada como “Promessa Africana”³⁷ na seção “Economia e Negócios” em junho de 1976. No mês seguinte, o artigo “A descoberta da África” retoma em linhas gerais o excelente resultado da Missão em Bissau, para *Veja* “A mais recente conquista da diplomacia brasileira na África é, literalmente, um troféu³⁸” (VEJA, n.410 14/07/76, p. 24) avaliando que o Brasil conseguiu nos últimos anos multiplicar sua presença diplomática no território africano representado por um total de vinte diplomatas que cuidam de 25 países da “África Negra” na existência de embaixadas em dez capitais e representação nas outras quinze, além de seis embaixadas – Costa do Marfim, Gabão, Gana, Senegal, Nigéria e Zaire - que compõe a comunidade africana em Brasília.

A postura anticolonialista e em favor da autodeterminação dos povos por Itamaraty é acentuada no artigo sobre o apoio a independência da Namíbia³⁹, e na ênfase da posição brasileira em não manter relações comerciais com a África do Sul sob regime do *Apartheid*. A presença da chancelaria moçambicana no Brasil para tratar dos detalhes da compra de dezessete barcos pesqueiro⁴⁰ tem um inegável significável político para *Veja*, bem como as aproximações com Cabo Verde em 1977⁴¹ intermediadas pelo então Ministro da Educação e Cultura, Carlos Reis. A Nigéria também ganha destaque, na visita de Joseph Nanven Garba, ministro das relações exteriores nigerianas que ressalta o interesse em investimentos do

³⁷ VEJA, n.406 16/06/76, p.87

³⁸ Diverte-se a revista se referindo a partida de futebol entre funcionários da delegação oficial brasileira funcionários do governo local, que perdem para a delegação brasileira por 7 a 5.

³⁹ VEJA, n.412 28/07/76, p. 25

⁴⁰ VEJA, n.440 09/02/77, p. 26-27

⁴¹ VEJA, n.452 04/05/77, p. 22

exterior⁴². Em novembro de 1977, a cerimônia de inauguração da embaixada do Senegal em Brasília traz a visita do seu presidente Léopoldo Sedar Senghor, narrada brevemente pela revista⁴³, e a visita do ministro da Angola em dezembro de 1979, Carlos Alberto Van-Dunen, aponta a abertura de uma embaixada angolana em Brasília “vista pelo Itamaraty como um claro indicio de que sua política de aproximação com os países africanos dá certo” (VEJA, n.588 12/12/79, p. 30).

De acordo com Henrique Gerken Brasil o governo de Joao Figueiredo, iniciado em 1979, da continuidade à política africana dos anos anteriores, com especial prioridade a África de língua portuguesa, numa fase mais produtiva, com a evidencia e aceleração de contatos, visitas e entendimentos, num aprofundamento de relações mais políticas que econômicas. Entretanto, a dificuldade gerada pelas crises das dívidas externas, bem como a diminuição nas importações totais de petróleo, vai propiciar o decrescente fluxo comercial na década de 1980, antes disso, porém, a recuperação das importações da África a partir de 1983 ocorre devido a diversificação de fornecedores de petróleo, tendo a África significativa participação. É também governo Figueiredo, todavia, que ocorre a concentração de parceiros comerciais, com exportações na Nigéria, Argélia, Egito, Angola e Zaire e importações por conta de Argélia, Angola e Nigéria (BRASIL, 2016, p. 56). O conjunto das notícias impressas na *Veja* entre o período dos anos de 1980 a 1985 sobre as relações diplomáticas entre Brasil-África permearão nesse âmbito.

O breve anuncio das visitas dos presidentes da Guiné, Sekou Touré em fevereiro e da Guiné Bissau, Luís Cabral, em maio de 1980, foi intitulado pelo periódico de “Uma revoada africana de verão” (VEJA, n. 594 23/01/80, p. 2). A visita de Touré ganha espaço num artigo salientando que “só a médio prazo a Guiné devera transformar-se num bom parceiro comercial” (VEJA, n.597 13/02/80, p. 28) devido à baixa renda *per capita* e a carência das tecnologias advindas do isolamento após a independência do país, segundo *Veja*, todavia, “muito mais estimulante que a parte econômica foi o capítulo político da visita” (Idem, p.28) que poderia, conforme discorre o periódico, abrir para o Brasil as portas dos africanos de retórica socialista que tomaram distância do Brasil a partir de 1964, quando a diplomacia brasileira passou a voltar incondicionalmente alinhada aos interesses coloniais portugueses.

Nos artigos seguintes localizados em junho de 1980, desenvolve-se uma cobertura do giro africano efetuado pelo chanceler brasileiro Ramiro Saraiva Guerreiro em cinco países da

⁴² VEJA, n.456 01/06/77, p. 20

⁴³ VEJA, n.479 09/11/77, p. 17-18

África Austral, Tanzânia, Angola, Zâmbia, Moçambique, e Zimbábue, durante 12 dias e acompanhado de comitiva composta por outros diplomatas, assessores e jornalistas. O objetivo da missão era a aproximação com esses países e a demonstração prática do universalismo proposto pela política externa de Guerreiro, que se pautava pelo esforço da manutenção da autonomia brasileira num cenário internacional desfavorável, sem deixar de transparecer traços do anterior Pragmatismo Responsável e Ecumênico, vale lembrar que a convergência do Brasil com os países do Terceiro Mundo, nos foros internacionais, aproximou-o do Movimento dos Países Não-Alinhados (RIZZI, 2010, p. 13). A cobertura de *Veja* inflige apontando possibilidades e limites de âmbito comercial com as nações africanas, considerando que “a grande conclusão de todo esse giro de Guerreiro pela África Austral deverá ser fornecida pelo próprio governo brasileiro” (VEJA, n.614 11/06/80, p. 36)⁴⁴. No artigo publicado em edição seguinte do mesmo mês, narrando os possíveis acordos de cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau a partir da visita do presidente Luís Cabral, a revista novamente ressalta que

o grande significado da visita foi político, sem dúvida: nada melhor, para o Brasil, que encerrar seu ‘seu ciclo africano’ de junho recebendo um presidente respeitado – irmão do venerado Amílcar Cabral, assassinado em 1971, tem muito prestígio na África Negra (VEJA, n.616 25/06/80, p. 48).

A visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique no Brasil, Joaquim Chissano⁴⁵, em 1981, também foi noticiada pela revista que, nessa oportunidade, firmou o Acordo Geral de Cooperação entre a República de Moçambique e a República Federativa do Brasil. Ao denunciar os ataques da África do Sul à Angola, o chanceler, segundo *Veja*, “expressou” a política africana do Brasil, pois desde a invasão dos sul-africanos ao território de Angola “O Itamaraty está sendo compelido a assumir a luz do dia todo o trabalhoso e sólido

⁴⁴ Esta citação faz parte da notícia intitulada “Ficando a bandeira: Na África o chanceler Guerreiro faz um trabalho de terraplangem diplomática”, única notícia assinada “Gabriel Manzano Filho, de Maputo” dentre todos os materiais colhidos e trabalhados no seio da dissertação. Manzano Filho iniciou a carreira no jornalismo no final dos anos 60 como repórter e redator na *Folha de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, e editor nas revistas *Veja* e *IstoÉ*. Por dois anos, entre 1976 e 1977, trabalhou em Londres como produtor e redator de programas da seção brasileira da *BBC (British Broadcasting Corporation)*. Entre 1986 e 1993 foi editor-executivo e diretor de redação da Editora Nova Cultural Ltda, e em seguida editor de Política no *Jornal da Tarde* e editor executivo em revistas da Editora Globo (*Querida*, *Zero Quilômetro*, *Galileu*). A partir de 2002, até o momento, é editor assistente no Estado de São Paulo.

⁴⁵ A visita de Chissano ao Brasil, bem como outras viagens realizadas por Samora Machel, a partir de 1980, visavam ampliar as parcerias internacionais de Moçambique, e indicavam a reorientação política econômica do seu país. Ver mais em: SANTOS, Vanicléia Silva. Brasil e Moçambique nos anos 1974-1986: economia e política externa no diálogo Sul-Sul. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 14, n. 2, p. 277-301, jul./dez. 2014.

emaranhado de posições e atos que compõe atual política africana” (VEJA, n. 681 25/09/81, p. 33).

Em meados de 1983 até o início de 1985, a Líbia agrupa as notícias⁴⁶ acerca das relações Brasil-África devido à crise diplomática entre as duas nações advindas da apreensão de aviões líbios, com carregamentos militares para a América Central, em Manaus e Recife. “Estava finalmente em andamento após uma semana de hesitação, a ‘operação Líbia’ lançadas pelas Forças Armadas brasileiras para desvendar, por bem ou por mal, o mistério contido em quatro aviões comerciais líbios” (VEJA, n.764 27/04/83, p. 36). O evento ganhou grande comoção dos leitores, o que identifiquei pela presença de cartas sobre o acontecimento em cinco edições⁴⁷, que expunham diversas opiniões sobre o posicionamento do governo brasileiro em relação a Líbia.

Tendo em vista ainda a conjuntura nacional e internacional que marca a década de 1980 e princípios da década de 1990, vemos, conforme Wallace Ferreira (2013) que política externa brasileira ingressou numa tendência de concentração de seus esforços para promoção das relações com países considerados prioritários no continente africano, particularmente com os de língua portuguesa e, posteriormente, com a Nigéria cujos acordos de cooperação militar e comercial já serão noticiados no artigo intitulado “De mãos dadas”⁴⁸ em novembro de 1983, e com a África do Sul, frente à iniciativa deste em favor da superação do *Apartheid*.

1.3 Brasil e a África do Sul: aproximações, relações e rupturas

Apenas muito recentemente que o Brasil e a África do Sul construíram relações cooperativas de modo mais incisivo e efetivo. Ao longo do século XX os diálogos entre eles

⁴⁶ Onze artigos formam o conjunto dessas notícias: “Na rota de Khadafi: o Brasil inspeciona a força as armas clandestinas da Líbia para a Nicarágua, e entra contra a vontade no imbróglgio da America Central” (VEJA, n.764 27/04/83, p. 36-42); “Incômodos até o fim: antes de reaver as armas, Khadafi ainda destrata o Brasil e os tripulantes trocam socos” (VEJA, n.765 04/05/83, p. 46-48); “Mudança de tom: Brasil endurece jogo com coronel Khadafi” (VEJA, n.766 11/05/83, p. 43); “Diplomacia enrascada: Ministro da Aeronáutica já admite que aviões líbios voltem a Trípoli levando armamento” (VEJA, n.767 18/05/83, p. 44,45); “Desfeita a confusão: depois de 53 dias de celeuma, o governo brasileiro aceitou liberar os aviões com suas armas” (VEJA, n.771 15/06/83, p. 42-43); “Os aviões líbios não seriam líbios” (VEJA, n.772 22/06/83, p. 45); Líbia quer apagar caso dos aviões” (VEJA, n.798 21/12/83, p. 47); “Brasil e Líbia buscam aproximação” (VEJA, n.832 15/08/84, p. 41); “Acordo com Líbia fracassa na véspera (VEJA, n.840 10/10/84:35); “Líbia recebe nova missão do Brasil” (VEJA, n.841 17/10/84, p. 34); “Os líbios estão de volta” (VEJA, n.857 06/02/85, p. 33).

⁴⁷ Há cartas nas edições de número 766, 767, 768, 769, 772 que cobrem maio e junho do ano de 1983.

⁴⁸ O artigo discute que a viagem do Presidente Joao Figueiredo realizada no início de novembro de 1993 a Nigéria, Guine Bissau, Senegal e Cabo Verde, marcando a primeira visita oficial de um chefe de Estado brasileiro a países africanos “deverá abrir mais portas para as crescentes exportações do Brasil, agora mais próximo ainda do chamado Terceiro Mundo” (VEJA, n.794 23/11/83, p. 114).

são marcados por encontros e desencontros advindos por consideráveis mudanças internas, especialmente no que diz respeito aos aspectos políticos socioeconômicos tal como a redefinição de suas agendas de política externa.

Conforme apontado anteriormente, desde os anos 1950 e 1960 as estreitas relações que o governo brasileiro mantinha com Portugal constituíram um obstáculo para as aspirações do Brasil na África, postura essa, ainda fortalecida pelos laços com os Estados Unidos e seus temores quanto à influência comunista no país, onde somente a partir de 1974, projetando-se na política mundial sob os escopos da Política Externa Independente iniciou um relacionamento mais contundente com o continente africano.

Com relação a África do Sul, entretanto, é apenas com a instauração em 1994 da nova e democrática nação sul-africana, que livrou o Brasil e demais nações da hipocrisia de condenar o regime racista nos fóruns internacionais e manterem efetivamente vínculos econômicos com o país sem culpa. Várias foram as áreas de convergência política que oportunizam a consolidação e o aprofundamento dos ainda latentes laços bilaterais entre Brasil e África do Sul, pois até recentemente, fatores como “a distância geográfica, a falta de interação histórica e cultural e, em especial, os problemas políticos gerados pelo *Apartheid* inibiram o desenvolvimento de vínculos mais fortes entre os dois países” (PEREIRA, 2010, p. 87).

Mariana Schlickmann demonstrou que, durante décadas (1918-1974), a África do Sul foi a maior parceira comercial do Brasil entre os países africanos, mesmo em pleno auge do regime de *Apartheid*, que legitimava a institucionalização da segregação racial. Porém, ao mesmo tempo, o estado brasileiro se empenhou desde os anos 1930, na construção de uma imagem do país como símbolo de convívio harmônico entre as raças, a partir do mito da democracia racial, de modo a forjar uma civilização mestiça. Deste modo, embora o país se anunciava como o modelo de harmonia entre as raças, antagonizando o regime racista da África do Sul, o discurso não condizia com a prática, e a África do Sul foi por décadas, o maior parceiro comercial brasileiro em África, até o momento da ruptura das relações, que só ocorreram por pressões externas (SCHLICKMANN, 2017).

Devido a contatos esporádicos de cunho comercial, os primeiros vestígios do relacionamento entre Brasil e África do Sul têm registro ainda no século XIX, sendo o primeiro intercâmbio em 1918, com a abertura de um Consulado de Carreira em Cape Town, cujo representante brasileiro estabeleceu-se no local somente em 1926. Do ponto de vista

estritamente político, as relações entre os dois países foram estabelecidas apenas em 1947-1948, com a abertura, respectivamente, de uma representação diplomática sul-africana no Rio de Janeiro e da Legação brasileira em Pretória (PENNA FILHO, 2001).

Ainda que com a política de ampliação dos mercados externos pelo Brasil desde os anos 1950, duas razões específicas foram determinantes para manter o distanciamento entre as nações no período pós-Segunda Guerra Mundial: a primeira, trata-se da anexação dos territórios do Sudoeste Africano por parte da África do Sul, que provocou reações contrárias por parte do Brasil, enfatizando nas Nações Unidas o seu descontentamento com o intuito de forçar o governo sul-africano a abandonar a região e deixá-la sob a tutela da ONU; e a segunda razão já apontada, diz respeito ao apoio brasileiro às potências coloniais europeias, em especial a Portugal, que impedia a inserção brasileira no continente africano de forma efetiva (MATTOS; LEÃES, 2015, p. 3).

Embora outros fatores também colaboraram para criar um clima de frieza nas relações bilaterais, o agravamento do quadro social sul-africano, com a tensão permanente e crescente oriunda da política de discriminação racial que marginalizava de maneira cruel e anacrônica a maioria de sua população, seguindo critérios estritamente raciais, foi certamente o elemento mais perturbador das relações entre Brasil e África do Sul (PENNA FILHO, 2008, p. 17)

Desde a troca de missões diplomáticas em 1947, as relações entre a África do Sul e o Brasil entre meados dos anos 1970 e final dos anos 1980 se caracterizaram por um quase congelamento, havendo assim um esvaziamento da pauta política, que passou a ser de confrontação, com o Brasil assumindo as críticas ao regime sul-africano sob enorme desenvoltura. Esse panorama seria modificado, ainda que parcialmente, após a concretização das independências das colônias portuguesas e removida, definitivamente, a incômoda presença do sistema colonial português na região. A partir disso então, o governo brasileiro pôde desencadear uma política mais efetiva no continente africano e assumir uma postura mais coerente nas suas relações com Pretória (PEREIRA, 2010, p. 88).

No alvorecer da ditadura brasileira, quando se constata um renovado interesse comercial e a intensificação do discurso geopolítico, os rumos das relações Brasil-África do Sul são influenciados, com maior aceitação do regime de Pretória, o qual passou a ser visto como aliado ideológico na luta contra o comunismo internacional, entretanto, a tese geopolítica e anticomunista esvaziou-se entre os dois primeiros governos militares, tendo duração efêmera. Portanto, já no final da década de 1960, observa-se a tentativa da

conciliação das relações comerciais com um posicionamento mais crítico no âmbito das Nações Unidas, modelo que se esgotou no final desse período.

Por outro lado, a África do Sul, nesse mesmo momento, desenvolvia uma política mais agressiva de aproximação com vários países latino-americanos, incluindo o Brasil, tendo seu espectro de aliados internacionais do ciclo de ditaduras militares de direita que se instalou na maior parte dos países da América do Sul, alcançado sucesso em alguns, como se constata nos casos do Paraguai, Chile e Argentina, e fracasso no caso do Brasil, que ao contrário dos seus vizinhos latino-americanos, possuía interesses concretos no continente africano (PENNA FILHO, 2008, p. 31).

A mudança da posição brasileira a África do Sul é visível a partir de 1974, perdurando até o fim do regime do *Apartheid*, onde passara da retórica à ação de fato. O regime militar adotou como princípio o desestímulo de qualquer tipo de relacionamento entre os dois países, intensificando a crítica contra o *Apartheid* no âmbito das Nações Unidas, e ao mesmo tempo reduziu ao mínimo a sua presença diplomática no território sul africano, posição essa diferente a anterior, que tentava conciliar as críticas naquele fórum com a manutenção da política comercial, incluindo-se aí a modesta iniciativa de tentar influenciar os sul-africanos a alterarem sua política de segregação racial.

Por sua vez, os diplomatas sul-africanos, que imediatamente perceberam a mudança do posicionamento brasileiro, tentaram romper o isolamento oficial, dispondo-se dos recursos disponíveis tal como tentar aproximação com governos estaduais ou estimular empresas privadas a comercializar com a África do Sul.

O Itamaraty reagiu às estas iniciativas, dificultando ao máximo a atuação dos diplomatas daquele país e aos empresários brasileiros que se interessavam vender ou comprar na África do Sul. Além do aspecto econômico e político, o campo cultural e esportivo também passou a ser boicotado pelo governo brasileiro, desde o momento da decisão de se manter afastado da a África do Sul. Assim como atividades no campo cultural, as delegações desportivas brasileiras que se interessavam ir à África do Sul eram desestimuladas, em que ambos os casos, já haviam sido registrados casos de discriminação envolvendo brasileiros na África do Sul, o que facilitava de certa maneira a ação da diplomacia brasileira. “Neste sentido, o que se constata é que a decisão pelo afastamento, sem rompimento de relações diplomáticas, seguiu uma linha coerente desde 1974 até o fim do *Apartheid* na África do Sul” (PENNA FILHO, 2008, p. 32).

Contudo, apesar do impacto do regime civil-militar de 1964, abranger praticamente todos os aspectos da história do Brasil, no âmbito das relações entre Brasil-África, e mais especificamente, Brasil-África do Sul, ela não significou uma mudança estrutural, sendo que a grande mudança de cunho estrutural que modificou totalmente a dinâmica entre os dois países, foi o rompimento oficial das relações diplomáticas e comerciais na década de 1970, quando quinze países africanos assinaram uma resolução em que o Brasil e mais seis nações sofreriam boicote diplomático no fornecimento de petróleo caso não encerrassem relações com o regime de segregação sul-africano e findassem o apoio ao colonialismo português (SCHLICKMANN, 2017, p.4). Esta mudança foi significativa pois mais de 50% das exportações brasileiras para o continente africano eram para a África do Sul, chegando a 70% no ano de 1962 (SCHLICKMANN apud SARAIVA, 2017, p. 4).

Na busca por notícias que transitam sobre as relações diplomáticas entre Brasil e África do Sul na revista *Veja* soma-se ao total sete materiais, tendo apenas dois artigos dedicados em específico a África do Sul, um publicado no ano de 1969 e outro dezesseis anos depois em 1985, e os demais cinco tratam-se da sua presença nas narrativas que discutem a política africana do Brasil, do corpo de documentos trabalhados no item anterior desde capítulo.

Intitulado “As gafes Sul-Africanas” na seção Brasil do tópico diplomacia em abril de 1969, o artigo, discorre sobre as especulações de um acordo naval entre a África do Sul, Brasil e Argentina anunciado por jornal sul africano de Port Elisabeth para expulsar a frota soviética do atlântico sul. As “gafes” apontadas pela revista referem-se aos eventos que antecedem a publicação do comunicado do possível pacto naval pelo jornal sul africano, no caso, a proposta foi colocada por Hilgard Muller, Ministro do Exterior da África do Sul, num jantar em visita ao Brasil semanas atrás, no qual o Chanceler Magalhães Pinto, solicitou que o assunto fosse encaminhado oficialmente. Porém, antes que chegasse a proposta concreta ao governo brasileiro, o jornal já havia divulgado toda a história então “Percebendo-se que se tratava de uma manobra sul-africana para forçar uma definição brasileira, Magalhães Pinto, prudentemente, disse que não havia uma negociação oficial” (VEJA, n.33 23/04/69, p. 16).

Ademais das “gafes” em torno do assunto, ao final do artigo, *Veja* ressalta as relações comerciais que o Brasil possui com a África do Sul até então, assim “por mais desagradável que tenha sido o episódio do acordo naval, manter relações com os sul-africanos é um grande negócio” (Idem) apontando que o rendimento de lucros com importação e exportação para

África do Sul foi maior que com muitos países latino-americanos, contudo, mesmo discutindo e expondo a manobra realizada pela África do Sul para romper seu isolamento imposto pela política de segregação racial, o periódico destaca que as relações brasileiras com os sul africanos são sempre “estritamente comercial”, condizente com a postura governamentalista de continuidade as relações comerciais com os sul africanos embora como vimos,

O *Apartheid*, política oficial de segregação racial, ou de “desenvolvimento separado”, conforme pregavam seus formuladores, era exatamente o contraponto a idealização da sociedade brasileira, que pelo menos no plano das suas elites sustentava discurso oficial de democracia racial, convívio harmônico entre as raças e que considerava o fato do país ser uma nação de mestiços. (PENNA FILHO, 2013, p. 12)

Segundo Pio Penna Filho (2001, s/p), os princípios da geopolítica, tanto em sua vertente territorial quanto naval, foram adotados, dado que o Brasil atravessava uma fase onde os militares assumiram o poder. Com efeito, esses princípios despertaram algum interesse em setores das forças armadas brasileiras, no caso específico das relações com a África do Sul, a Marinha tentou concretizar uma aliança militar tendo em mente a defesa do Atlântico Sul, através de um acordo de cooperação militar, do qual o primeiro passo para sua efetivação seria o intercâmbio de informações sobre movimentos navais na área do Atlântico Sul. Tendo sido inicialmente uma proposta vinda de Pretória, no âmbito da *outward policy* do governo Balthazar Johannes Voster, a Marinha brasileira, de imediato, demonstrou interesse, porém, como o Itamaraty possuía ponto de vista diferenciado sobre o assunto, conseguiu neutralizar a ação sul-africana e evitar o plano da Marinha do Brasil em aceitar o esquema proposto pela África do Sul.

A visita do chanceler sul africano Hilgard Muller no Brasil em maio de 1972 abre a oportunidade de o periódico salientar novamente as relações comerciais vantajosas com a África do Sul. *Veja* relata que no momento, não interessa ao Brasil elevar o nível de sua representação em Pretória de legação para embaixada, como os sul-africanos vem insistindo, e isso, por conseguinte “não chega a afetar o rápido progresso nas relações comerciais entre os dois países” (VEJA, n. 195 31/05/72, p. 17). O debate em torno do *Apartheid* nas implicações dessas relações é suscitado pela revista:

O *Apartheid* continua – Se nos corredores do Itamaraty a visita de Hilgard Muller provocou apenas sussurros, no plenário do Senado alimentou um acida polemica entre o líder do MDB, senador Nelson Carneiro, e o senador Arnon de Melo, da Arena. Para Carneiro, a aproximação do Brasil com a África do Sul é um erro por causa de sua política racista. Mas mesmo

condenando o *Apartheid*, Arnon de Melo disse que as relações comerciais nada tinham a ver com isso e citou os números: em 1968 o Brasil exportou 10 milhões de dólares e comprou menos de um milhão. Em 1970, as exportações passaram para 17 milhões de dólares, contra apenas um de importação. **O que, se não chega a ser um argumento contra o racismo, é um argumento a favor do comércio, até agora muito vantajoso para o Brasil.** (Idem – grifo nosso)

As relações com a África do Sul voltam a ser citadas em fevereiro 1976 na entrevista com Wolf Grabendorff. Para o pesquisador, que discorre acerca da questão de como a África do Sul reagiu ao reconhecimento de Angola pelo Brasil, esse assunto é uma grande incógnita, pois, segundo ele, as fontes oficiais nos dois países se calam sobre o tema: “Portanto, ou as relações entre Brasil e a África do Sul são muito secretas ou são muito reduzidas” (VEJA, n.389 18/02/76 p. 6). No artigo acerca da Missão brasileira em Bissau e das aproximações junto as nações africanas, em junho do mesmo ano, a revista abre um pequeno espaço discutindo a posição brasileira de não apoiar o governo rodesiano, tendo em vista a sua política racista.

Tal conduta, foi expressa pela determinação legal que converte o compromisso assumido pelo Brasil na ONU de apoiar a resolução do Conselho de Segurança que manda reforçar o boicote econômico ao regime de minoria branca na Rodésia, assim, ao sinalizar que desde a década de 1960 o Brasil em se manifestando no âmbito das Nações Unidas contra o governo rodesiano, com o qual não mantém vínculos diplomáticos ou comerciais de espécie alguma, *Veja* coloca que “Igualmente a África do Sul, a posição brasileira é de crescente afastamento” (VEJA, n.405 09/06/76, p. 24), lembrando em finais dos anos de 1970 o Brasil posicionou-se ao lado da comunidade internacional e passou a protestar contra a África do Sul,

Entretanto, o Brasil permaneceu numa posição intermediária; não seguiu o bloco dos países que mais duramente criticaram a África do Sul, nem admitiu passar por cima do sentimento de repúdio contra a prática de segregação racial mantendo relações normais com o regime de Pretória. O meio termo desse tipo de relacionamento foi o pragmatismo consciente. Consciente por que o Brasil tinha a exata noção de que as relações com Pretória apresentavam uma série de problemas, sendo o principal deles o risco de ver seu prestígio internacional abalado por manter a aproximação com o Estado-pária. Esse risco no entanto, evoluiu com o tempo. Somou-se os elementos de ordem econômica⁴⁹. **Se na segunda metade dos anos de**

⁴⁹ Sobre isso, Analúcia Danilevicz Pereira (2010, p.87) discorre que é importante considerar que o movimento de reordenamento internacional dos anos 1970 e 1980 teve um significado específico para os países que alcançaram o *status* de potências médias e aqueles de industrialização recente, já que foi a partir desse movimento que se definiram os processos específicos que atingiriam a base da política externa sul-africana e brasileira. Segundo

1960, o mercado sul africano era relevante para o país, valendo a pena o risco de manter e aprofundar as relações com a África do Sul, em meados da década seguinte já não era mais. Assim, pelo menos em parte a inserção econômica internacional do Brasil moldou seu relacionamento com a África do Sul (PENNA FILHO, 2013, p. 123 – grifo nosso)

Em uma edição do mês seguinte sobre o apoio a independência da Namíbia, o periódico aponta a presença do Brasil no âmbito da ONU que foi incluso como membro no quadro da campanha internacional contra o domínio sul-africanos sobre a Namíbia, fazendo com que o Itamaraty seja um interlocutor válido pelo conselho em virtude de sua política anticolonialista, especialmente na África, e a favor da autodeterminação e independência dos povos. A revista descreve que o Brasil condenou o projeto sul-africano dos *bantustans* e comprometeu-se mais uma vez a não manter relações econômicas ou comerciais com a África do Sul, em que aos olhos de *Veja* entretanto “é um compromisso difícil de ser cumprido pelos países que fazem compras na África do Sul” (VEJA, n.412 28/07/76, p.25).

Vestígios da África do Sul e suas relações diplomáticas com o Brasil estarão presentes novamente no periódico numa nota intitulada “Um homem isolado: o embaixador da África do Sul” dentro de um artigo sobre a missão do chanceler brasileiro Ramiro Saraiva Guerreiro em cinco nações da África Austral, publicado em junho do ano de 1980. Nela, além de apontar a ausência do embaixador sul africano Johan Petrorius, que não é convidado para as reuniões e eventos do Itamaraty, *Veja* toca na delicada relação com a África do Sul, assinalando que se trata de uma relação “ambígua”, onde muito embora, Pretória mantém em Brasília uma embaixada plena, e o Brasil tem lá, apenas um encarregado de negócios, onde já fechou o consulado que mantinha na Cidade do Cabo e suspendeu, em 1976, a regata Cidade do Cabo-Rio de Janeiro “Além disso, condena a política racista do *Apartheid* e rejeita a ideia sul-africana de montar um pacto do Atlântico Sul. Em compensação, triplicou suas importações da África do Sul desde que Petrorius assumiu” (VEJA, n.614 11/06/80, p. 36). Pio Penna Filho aponta que a embaixada sul-africana em Brasília nesse contexto, convencida de que no plano oficial nada conseguiria, passou a atuar de maneira independente, mantendo contatos diretos com os governos estaduais e empresas privadas interessadas em fazer

ela, dois fenômenos tiveram impacto sobre a definição do posicionamento externo das potências médias e dos países recém-industrializado, o primeiro diz respeito ao rompimento das regras econômicas vigentes desde o pós-guerra, junto à rápida mudança tecnológica nos anos 1970 e 1980, e o segundo trata-se da distensão estratégica e o final da Guerra Fria na segunda parte dos anos 1980. Em decorrência desse processo, alteram-se aspectos importantes do ordenamento internacional e, conseqüentemente, a dinâmica, as formas, os instrumentos e as estratégias internacionais dos Estados, e nesse contexto, África do Sul e Brasil receberam o impacto dessas transformações que viriam a afetar significativamente a sua inserção internacional.

comércio com a África do Sul ou obter setores nos quais os sul-africanos estavam adiantados (PENNA FILHO, 2013, p. 128).

A política de refreamento das relações com a África do Sul, ainda é observada na última notícia sobre a temática localizada em agosto de 1985 intitulada “Brasil endurece com África do Sul”. Trata-se de uma pequena nota do tópico Radar da seção Brasil que anuncia a possibilidade de proibição da ida de atletas brasileiros as competições na África do Sul, conforme discorre *Veja* “O Brasil já pratica a maior parte das restrições impostas mundialmente contra o governo racista de Pretoria, entre os quais o veto a exportação de combustíveis e armas” (VEJA, n.883 07/08/85 p.55). Nesse sentido, o alastramento internacional da visibilidade da escala de violência interna na nação sul africana, foi um aspecto que estimulou o governo brasileiro a estudar novas sanções contra o país do *Apartheid*.

Os pouquíssimos materiais identificados no seio dos debates sobre as relações diplomáticas do Brasil com a África do Sul, entram em consonância com o baixo fluxo diplomático entre essas nações nesse período. Como discutido anteriormente, o período compreendido entre os anos de 1947-1948 e 1974-1975 representou o auge e, ao mesmo tempo, o declínio das relações bilaterais entre o Brasil e a União Sul-Africana, as agendas externas dos dois mais importantes países de suas respectivas áreas continentais foram se revelando divergentes e, em alguns casos excludente, tampouco, entre meados da década de 1970 e o final dos anos 1980 tais relações caracterizam-se pelo quase congelamento das relações bilaterais entre Brasil e África do Sul (PENNA FILHO, 2001, s/p).

Como aponta Henrique Gerken Brasil (2016, p. 35) a PEI, no caso da África do Sul, foi perceptivelmente ambígua. Desenvolvia-se na nação sul-africana o regime do *Apartheid*, e com as independências a partir da década de 1950, a pressão africana quanto ao regime segregacionista aumentou, atingindo igualmente os países que insistiam em manter relações com a África do Sul, como era o caso brasileiro. Contudo, apesar dos discursos presidenciais e diplomáticos contra o racismo e pregação do Brasil diante do mito da democracia racial, o governo brasileiro, abstinha-se de ações mais energéticas contra o regime sul-africano, eclipsando pelas relações econômicas. Observa-se que no começo da década de 1960, a África do Sul se apresentava como o maior parceiro africano comercial do Brasil, sendo o destino de mais de 50% das exportações para o país, fato bastante recorrente citado nos artigos de *Veja*.

CAPÍTULO 2 – RACISMO EM CENA: O APARTHEID SUL AFRICANO NA DÉCADA DE 1970

Acima de tudo, queremos direitos políticos iguais, porque sem eles nossas deficiências serão eternas. Sei que isso soa como algo revolucionário para os brancos deste país, por que a maioria dos votantes será negra. Isso faz com que o homem branco tema a democracia. Mas esse medo não pode barrar o caminho da única solução que vai garantir a harmonia racial e a liberdade para todos. Não é verdade que o direito de voto para todos irá resultar na dominação racial. A divisão política, baseada na cor, é inteiramente artificial e, quando desaparecer, também desaparecerá a dominação de um grupo por outro.

Nelson Mandela, 1964⁵⁰

Parte da famosa declaração de Mandela em tribunal no dia do Julgamento de Rivonia (1963-1964)⁵¹ que o condenou a prisão junto com outros líderes do Congresso Nacional Africano – CNA, como Walter Sisulu, Dennis Goldberg, Govan Mbeki e Ahmed Kathrada, nos ajuda a compreender e levar ao exercício de rememorar os objetivos e desejos que marcam a trajetória da luta antirracista sul africana contra o regime segregacionista do *Apartheid* alocada num contexto de estruturação e busca pela preservação do regime compreendido na década de 1970.

Na trajetória do *Apartheid*, instalado na África do Sul em 1948 com a ascensão ao poder do Partido Nacionalista, a terceira década do regime caracteriza-se de uma nova conjuntura econômica, transformações regionais, convulsão social e repercussão internacional, aspectos estes⁵², que minaram a estabilidade do governo africânder, já corroído dos movimentos *antiapartheid* de protesto e por vezes, com ações armadas, dos anos de 1960, “o ambiente social e econômico na África do Sul se transformou de uma maneira que

⁵⁰ JONGE apud MANDELA, 1991, p.57. Ver em: JONGE, Klaas de. **África do Sul: Apartheid e Resistencia**. São Paulo: Cortez, EBOH, 1991.

⁵¹ Conhecido de forma comum como o julgamento de Rivonia, Nelson Mandela, juntamente com outros membros do CNA foram julgados por 221 atos de sabotagem destinadas a derrubar o então sistema de desintegração racial. Mandela passou 27 anos na prisão, cumpridos inicialmente em Robben Island e, mais tarde, nas prisões de Pollsmoor e Victor Verster. Ver mais em: GERHART, Gail M. **O Julgamento de Rivonia**. 2007. Disponível em <http://psimg.jstor.org/fsi/img/pdf/t0/10.5555/al.sff.document.ae000164.pdf> Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

⁵² Segundo Pablo de Rezende S. Braga (apud PRICE, 1991) esses aspectos moldam os quatro choques que ajudaram a desestabilizar o poder branco sul africano. Na perspectiva do governo de Pretória, os problemas das políticas segregacionistas revelaram-se no campo econômico, com escassez de mão de obra qualificada, baixos níveis de produtividade, déficits em balança de pagamentos, saturação do mercado e subutilização do parque industrial, tendo como resultado, a contestação da política de segregação racial por correntes internas do Partido Nacional, que exigiam uma reforma como forma de salvar o governo. Somando os acontecimentos sociais domésticos, regionais e internacionais, a agenda de reforma tornou-se inescapável para a sobrevivência do regime, sendo a principal plataforma política do governo Pieter Willem Botha, que assumiu no final da década de 1970.

intensificou as contradições do regime segregacionista, com novas implicações para a manutenção da supremacia branca pelo Partido Nacional” (BRAGA, 2015, p. 291). Nos auspícios de 1976 observa-se a internacionalização do confronto, marcada pela mobilização e a crise do poder branco, esta última em especial, desenrolada com mais vigor nos anos 1980 como veremos no capítulo terceiro.

Este capítulo tratará, portanto, da presença em *Veja* do regime sul africano no ano final dos anos 1960 cobrindo toda a década de 1970, sob um recorte viabilizado da captura de enfoques efetuados pelo próprio periódico: os efeitos do *Apartheid* sobre a maioria da população não branca, e o papel econômico e político da África do Sul manejado pelo governo (1969-1975); os movimentos da luta antirracista marcados pelo Levante de Soweto e a morte de Steve Biko (1976-1977); e os rearranjos políticos para manutenção do sistema racista (1978-1979). Tendo em vista a compreensão do periódico enquanto um ator social, ciente e partícipe da trama política brasileira desse contexto, sob governos militares, que emaranhou velhas e novas articulações no campo das relações externas para o país, procuramos discutir os recursos, posturas e intuítos da revista ao narrar os acontecimentos relacionados ao *Apartheid*.

Já assentada pela bibliografia (UNESCO, 1974; PEREIRA, 1978; PEREIRA, 1986; JONGE, 1991; LOPES, 1990; KI-ZERBO, 1991; SAHO, 2000; THOMPSON, 2001; HERNANDEZ, 2005; VISENTINI; PEREIRA, 2010; PEREIRA, 2008; M'BOKOLO 2011; MACEDO 2013; PEREIRA, 2012; BRAGA, 2015) a história da formação da atual África do Sul, produzida tanto por estudiosos africanos e em especial, sul-africanos, quanto brasileiros, localizados em suas épocas e contextos, cujas imbricações ajudaram a matizar seus escritos⁵³, contribuiu na produção do conhecimento sobre seu passado e presente.

⁵³ Sobre isso, Leonard Thompson tece uma crítica a historiografia sobre a África do Sul discorrendo que a cultura ocidental moderna é excessivamente presente nas produções sobre o passado africano. Ignorando o passado mais remoto, os currículos escolares encorajam o recorde histórico concentrado em eventos recentes, fazendo com que muitos historiadores da África do Sul comecem seus livros de história com uma breve referência à viagem de Vasco da Gama em volta do Cabo da Boa Esperança em 1497-98 e então passa-se para a chegada dos primeiros colonizadores brancos em 1652. Outros historiadores, aponta ele, estão tão empenhados em enfatizar o papel do capitalismo como modelador da África Austral moderna que igualmente ignoram os processos que formaram a sociedade antes que os europeus interferissem na região. Thompson salienta portanto, que a história pré-colonial da África Austral é significativa, já que fornece exemplos de restrições e possibilidades, realizações e retrocessos de comunidades pré-industriais e pré-alfabetos, estabelecendo links essenciais para explicar o que seguiu, todavia. “Sul-africanos indígenas não eram uma tabula rasa para invasores brancos ou capitalistas civilizar ou para vitimizar” (THOMPSON, 2001, p.2), desse modo, ao longo de muitos séculos, eles desenvolveram formas sociais e tradições culturais que o colonialismo, o capitalismo e o *Apartheid* agrediram, abusaram e modificaram, mas nunca foram erradicados. Por fim destaca Thompson, que não se pode entender como os africanos sofreram a fragmentação de sua vida familiar pelo trabalho migrante, a menos que se tenha conhecimento de seus valores e redes sociais. Igualmente, nem se pode entender o vigor do *black*

De antemão, ressaltamos que não cabe ao escopo desta dissertação, reconstruir ou recuperar a história da população sul africana, mas de percorrer e consulta-la trajada sob uma postura crítica para entender e conectar a passagem dos acontecimentos, a presença de personagens, e montagem de cenários aglomerados durante o regime do *Apartheid* na revista *Veja* entre os anos de 1969 a 1985, que congregam os objetivos deste trabalho.

2.1 “Raça, Economia e Política”: O tripé Sul Africano (1969-1975)

Em julho de 1969 data o início da presença sul africana⁵⁴ no periódico *Veja* na edição de número 43. O artigo “França: A dúvida moral das armas” localizado na sessão “Internacional”, inicia abaixo da figura de Baltazhar Johannes Vorster, então primeiro ministro da África do Sul (1966-1978) seguida do comentário “um bom cliente”. Neste texto, a revista discute de modo geral a indiscrição do governo francês de Georges Pompidou com relação as vendas armamentistas para o governo de Pretória, “O silêncio é a regra de ouro dos negociantes de armas do mundo inteiro – quer sejam firmas particulares, traficantes ou governos” (VEJA, n.43, 02/07/69 p. 42).

A França, como ela descreve, violou a recomendação formal do embargo contra a África do Sul, adotada pela Organização das Nações Unidas – ONU a partir de 6 novembro de 1962 por meio de uma resolução que condenava as políticas racistas do *Apartheid* na África do Sul conclamando todos os países-membros a coibir quaisquer relações econômicas e militares com o país⁵⁵. Conseqüentemente, o governo Frances também se beneficiou do

resistance ao estado do *apartheid* sem o conhecimento das ideias africanas pré-coloniais sobre as obrigações sociais e econômicas dos governantes e dos direitos dos sujeitos e a base da legitimidade política.

⁵⁴ Onze notícias foram colhidas sobre o assunto no período de 1969 a 1975, sendo que no ano de 1968 não foi encontrado materiais sobre o *Apartheid* no periódico.

⁵⁵ As ações e recomendações da ONU com relação ao regime da África do Sul, unem-se segundo Fernanda Lira Goes e Tatiana Dias Silva aos esforços da comunidade internacional para o combate à discriminação racial. Para elas, não sem controvérsias, o sistema da ONU desempenhou um papel fundamental para o tratamento dessa temática ao longo da segunda metade do século XX, dando corpo ao reconhecimento internacional do racismo e de suas conseqüências, adotando medidas tanto de uma vertente repressiva, de combate ao racismo, como também promocional, pela igualdade de oportunidade, considerando a discriminação racial enquanto limitador do exercício pleno dos direitos humanos. Na década de 1960, a dinâmica de combate ao racismo foi impulsionada por alguns movimentos, notadamente o embate pelos direitos civis dos negros norte-americanos, a luta contra o colonialismo e pelo fim do regime *Apartheid* na África do Sul. Assim, a entrada de novos membros na ONU, de maioria africana dada as independências de diversas ex-colônias, aumentou o número de Estados membros de 85, no final da década de 1950, para 128, no final dos anos 1960, dando impulso ao debate, na Assembleia Geral, contrário ao regime do *Apartheid*. “Após os atentados de Sharpeville, na África do Sul, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) emitiu a Resolução nº 134 (1960) que reconhecia a situação na África do Sul como de extrema relação com a paz e a segurança internacional” (GOES; LIRA, 2003, p.14), nela também convidou o governo da África do Sul a iniciar medidas que possibilitassem convivência “harmônica” entre os cidadãos e buscassem a igualdade naquele Estado membro. Contudo, as ações da ONU

embargo oficial anglo-americano contra Pretoria, decretado em fins de 1967, concluindo *Veja* que “a França se tornou o maior fornecedor de armas do governo racista de Balthasar Vorster” (VEJA, n. 43, 02/07/69 p.42).

Lembrando que a África do Sul é o segundo produtor mundial de urânio, a revista aponta que a república do *Apartheid* tem sido bastante proveitosa para a economia francesa, já que Canadá, pressionado pelos Estados Unidos, recusa-se a vender o produto a França. A venda de armas a Pretória como traz *Veja* possibilitou grandes perspectivas comerciais a Paris, que nos últimos sete anos triplicou suas exportações sul africanas. A prática francesa da venda de armamentos, embora criticada sob o ponto de vista das relações internacionais, não é condenada pela revista, que ao longo de sua narrativa ressalta o papel econômico da África do Sul indicando as vantajosas possibilidades financeiras que a República sul-africana tem a oferecer.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a África do Sul desenvolveu um processo de industrialização por substituição de importações, dando lugar a criação de setores industriais voltados para o mercado interno e dependentes de altas barreiras tarifárias, fazendo com que os sucessivos governos do Partido Nacional (1948-1994), persistissem no objetivo de assegurar aos empresários e agricultores africanos, suas bases eleitorais, a inclusão na dinâmica do país, privilegio o qual teria de ser assegurado por meio da mão de obra barata e não especializada da maioria não branca do país sob regime do *Apartheid*. “A África do Sul, como país periférico, foi submetida, historicamente, a inserção na economia mundial como exportadora de produtos primários” (PEREIRA, 2010, p. 67). Essa política econômica desenvolvida durante esse período (industrialização por substituição de importações, sustentada pelo excedente da exploração do ouro), fez do país um dos dez mais ricos do mundo, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), tornando-se o setor mais importante da economia sul-africana nos anos 1960⁵⁶.

Não obstante, o setor industrial orientava-se para o segmento do mercado interno de maior renda e para a produção de bens considerados estratégicos ao país, tais como armas e

contra o regime do *Apartheid* se tornaram progressivamente mais proeminentes em 1962, a Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução nº 1.761, havia solicitado aos Estados membros que adotassem medidas para finalizar o *Apartheid* e no seguinte, o Conselho de Segurança (CSNU) aprovou a Resolução nº 181, que condenava essa política, e em 1973, foi aprovada a convenção internacional sobre a supressão e a punição do *Apartheid*, que o declarou como crime.

⁵⁶ Analúcia Danilevicz Pereira (2010, p.67) ressalta que foram criadas tarifas protecionistas na tentativa de desenvolver um setor industrial local e que quando as sanções internacionais começaram a causar problemas ao governo de Pretória, este buscou alcançar a autossuficiência no maior número de áreas possíveis.

combustíveis, assim, embora o objetivo do programa dos nacionalistas fosse atingir os níveis máximos de autossuficiência, o setor industrial continuava altamente dependente da importação de bens de capital financiados pela moeda estrangeira, obtida com a exportação dos produtos primários. Assim, mesmo diante do isolamento político, a economia sul-africana nunca esteve completamente desligada do restante do mundo, cuja participação no comércio internacional era a origem de pelo menos 50% do PIB durante todo esse período. Esse modelo de acumulação só irá afundar-se em crise nos últimos anos do *Apartheid*, dada a contestação social advinda da luta antirracista do próprio sistema (PEREIRA, 2010, p. 67-68).

Encerrando o ano de 1969, em outubro e dezembro o periódico trará dois artigos da seção “Internacional” que irão referir-se as movimentações dos grupos políticos para as próximas eleições no ano seguinte, respectivamente “África do Sul: Racismo contra Racismo” na edição número 57 e “África do Sul: Mais rigor no racismo” no número 69. O primeiro, evidencia a organização política representativa de um pequeno grupo.

Na África do Sul, onde as raças estão segregadas até o ultimo banco de jardim, os 2 milhões de mestiços dos cruzamentos entre os primitivos colonizadores holandeses e as **tribos do país** são chamados, oficialmente, de “gente de cor”. [...] Essa “gente de cor” fala a mesma língua dos brancos e compartilha de sua cultura e religião protestante – mas vive na mesma pobreza econômica e na **incapacidade política dos homens negros**. Há duas semanas foram realizadas eleições para o recém-criado Representativo da Gente de Cor – e eles adquiriram uma certa identidade própria e o direito a voz num país em que todos aqueles que não são brancos são muito vistos e raramente ouvidos, a exemplo das crianças (VEJA, n.57, 08/10/69 p. 51 – grifo nosso).

Ao apontar que o *Apartheid* se tornou conhecido em nosso país através de periódicos aqui editados, Marta Maria Lopes enfatiza de que as populações nativas da África do Sul foram mostradas nesses meios como elementos de uma mesma cultura, um bloco único “um único povo que vivia primitivamente antes da chegada dos europeus” (LOPES, 1990, p.6), assim, neste mesmo fenômeno segundo ela, a segregação racial aplicada a população sul africana como forma de manter a dominação branca, é mostrado nos seus efeitos sobre a maioria da população e nas suas manifestações a condição racista que lhe é imposta. Nessa lógica, a dinâmica interna vivenciada durante séculos entre as diferentes populações xhosas, zulus, san, sotho, ndebele, venda, tswana que partilham o território sul africano, não serão confrontados pela revista, mas naturalizados, alojados dentro de uma enunciação de matriz

racial e biologicamente construída⁵⁷, justificando e categorizando os conflitos internos único “Essas populações, ao serem reduzidas e classificadas como tribos, são percebidas conforme o mesmo imaginário que permitiu hierarquizar, dividir, classificar e animalizar os demais sul africanos” (CARDOSO; SILVA; PACHECO, 2016, p. 252). Neste artigo (e nos próximos) de *Veja* constamos essas nuances, e igualmente observamos que na ótica dela, a permanência da prática segregacionista institucionalizada e da situação de vulnerabilidade socioeconômica da maioria da população da África do Sul é atrelada a suposta falta de organização política desta própria população discriminada.

No segunda notícia, o periódico discorre acerca da oposição do governo de Vorster, considerada por ela ainda mais enfática e vigorosa com relação ao racismo personificada na figura de Albert Herzog, que faz parte dos membros mais radicais do Partido Nacional e foi expulso tal como narra a revista após manifestações contrárias a permissão do primeiro ministro a visita de uma equipe de rugby da Nova Zelândia, fundando em seguida o Partido do Renascimento Nacional “com uma linha segregacionista tão intransigente que chega a assustar os mais radicais defensores do *apartheid*” (VEJA, n.66, 12/12/69 p. 54). O periódico atua nessa notícia realizando uma espécie de prévia do que seria o governo Herzog, mais radical, em contraste, portanto com a figura do atual governo de Vorster considerado por *Veja* mais moderado “Ele quer de volta a dominação absoluta dos afrikanders: não hesitaria em reduzir o ritmo veloz do crescimento econômico da África do Sul, eliminando os investidores estrangeiros e a vinda de negros e europeus do sul para as fábricas do país” (VEJA, n.66, 12/12/69 p. 53-54), banalizando a trajetória e o contexto daquele momento da violenta política segregacionista no país cuja trajetória inicia em 1948.

Entre o período de 1970 a 1975, identifiquei a presença do *Apartheid* na Revista *Veja* em apenas nove notícias, nenhuma delas publicadas entre os anos de 1972 e 1973. “África: Um torneio racista” segue o assunto da última notícia publicada no ano anterior. O texto localizado na sessão internacional da edição de número 87 se desenvolve sobre as últimas eleições legislativas na África do Sul apontando a derrota do Partido do Renascimento Nacional de Albert Herzog que não conseguiu nenhuma cadeira no parlamento e de um certo recuo eleitoral por parte do Partido Nacionalista de Baltazar Vorster, cujos eleitores desviaram para uma terceira organização mais moderada com relação a questão racial, o

⁵⁷ Sobre isso, ver mais em: MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira)**. UFF, Rio de Janeiro, n.5, p. 15-34, 2004.

Partido Único que aumentou o bloco parlamentar com mais cadeiras, e bem como o Partido Progressista, que é definitivamente contra a segregação racial e recebeu o triplo de votação com relação as últimas eleições.

Este resultado de balancete final das eleições, indica *Veja*, que “os brancos da África do Sul se inclinaram agora para uma posição mais flexível ante o problema racial” já que “por um lado, os 3,7 milhões de brancos do país nunca esconderam suas simpatias pelo sistema do “apartheid”, e, de outra parte, os 13,5 milhões de negros, os 2,5 milhões de asiáticos e mestiços não tem direito a voto” (VEJA, n.87 06/05/70 p. 63-64). O mínimo aspecto positivo do “torneio racista” com o recuo eleitoral, trazido pelo periódico, vincula-se a ações e possíveis anseios dos próprios brancos sul-africanos, ocultando o papel da luta *antiapartheid* no país.

Amarrado a essa questão, o lugar da economia sul-africana também é apontado como um dos fatores ao resultado das últimas eleições, influenciada especialmente pelas indústrias, segundo o periódico, já que “Cansados de pagar salários elevados aos brancos, tendo homens de cor igualmente capazes a espera de um emprego os industriais da África do Sul podem ter modificado bastante, na prática, suas ideias a respeito da pureza racial dos trabalhadores” (VEJA, n.87 06/05/70 p. 64), atribuindo possíveis mudanças novamente a simples e boa vontade dos brancos sul africanos⁵⁸. Klaas de Jonge nos narra resumidamente a dominação econômica aparada pelo governo sul-africano com o *Apartheid*:

O Estado fez tudo para estimular o desenvolvimento da indústria e do comércio africânder e deu início a uma ofensiva contra o nível de vida dos negros que deveria durar mais de quatro décadas. Logo nos primeiros anos do governo nacionalista, o declínio dos salários reais dos negros acompanhou o crescimento rápidos dos lucros das empresas. Novos mecanismos de subordinação da força de trabalho negra aumentaram o contingente de mão de obra a disposição dos fazendeiros, enquanto o aparelho burocrático era inflado para fornecer emprego aos trabalhadores africânderes. (JONGE, 1991, p. 47)

Como narra *Veja* o papel das indústrias tornou-se vital a partir do boicote internacional sobre o país, que se viu obrigado a diversificar sua economia, até então inteiramente baseada no ouro, cuja política exitosa dobrou o produto nacional bruto do país na última década e a engrenagem industrial passou a criar 86.000 novos empregos por ano, número esse

⁵⁸ Tal como apontou José Maria Nunes Pereira (1986, p.32) a fase de intensa e sofisticada industrialização que passou a África do Sul nesse contexto, requeria modificações no *Apartheid*, não somente por um ajustamento tolerado – e até, de certo modo, desejado pelo empresariado - mas, sobretudo, pela luta política dos sul africanos discriminados pela política racista.

improvável de ser ocupado apenas pela população branca, inferior a 4 milhões de habitantes, concluindo o periódico que “só agora, entretanto, depois de seu recuo eleitoral o governo encontrou possibilidade de mudar as leis trabalhista” (VEJA, n.87 06/05/70 p. 64).

“África do Sul: Liberdade Separada” e “África do Sul: Sem preconceitos” são as notícias localizadas no ano seguinte, ambas na seção internacional respectivamente das edições número 126 de fevereiro e 141 de maio de 1971. Na primeira *Veja* pronuncia-se acerca da lei que proíbe relações sexuais entre brancos e demais grupos não brancos na África do Sul a partir do arquivamento de processos contra seis sujeitos que violaram a lei na cidade de Excelsior, afirmando que qualquer publicidade em torno das questões raciais na nação sul africana é invariavelmente desfavorável. A revista expõe brevemente o caso de Soweto, elaborando uma crítica a opinião pública mundial “que não julga com maior severidade porque continua a ignorar alguns dados básicos do país” (VEJA, n.126 03/02/71 p. 35) e ressaltando a situação racista onde a maiorias das populações vivencia. No caso de Soweto, *Veja* descreve que

“Seus habitantes negros – como todos os negros que vivem nas outras regiões preservadas para sua raça no resto do país – não tem direito a relações sexuais com pessoas brancas ou mestiças. Na realidade desde os 14 milhões de negros da África do Sul (contra 3,5 milhões de brancos) não tem praticamente direito algum. O racismo no país de Balthazar Vorster e antes de tudo uma questão legal, que pesa sobre cada indivíduo negro desde a infância até a morte. (VEJA, n.126 03/02/71 p. 35).

Alocados dentro de único conceito que os homogeneíza - negros – a narrativa de crueldade das políticas segregacionistas do *Apartheid* configurada por *Veja* é personificada pelo periódico na figura do governo de Balthazar Vorster, e não agregada a um entorno político angariado pelo bastião branco sul africano para a sustentabilidade do seu poder. Assim, *Veja* explica que o governo chama essa dentre outras medidas de “liberdade separada”⁵⁹, cujos começos de revoltas contra a legislação logo são abafados pela polícia, finalizando com os exemplos do massacre de Shaperville em 1960⁶⁰, lembrada com

⁵⁹ Lembramos segundo José Maria Nunes Pereira (1986, p.32) que de acordo com Hendrik Frensch Verwoerd, ex-primeiro-ministro sul africano (1958-1966), "Apartheid significa que cada homem deve ter o seu lugar próprio". Palavra afrikaans, *Apartheid* significa separação.

⁶⁰ Em 2010, os sul-africanos marcaram 50 anos do Massacre de Sharpeville, lembrado como um dos momentos mais sangrentos da luta contra o *Apartheid* que deixou 69 pessoas mortas e 180 feridas pela polícia da África do Sul num protesto contra a Lei do Passe (1945) que determinavam a obrigatoriedade do porte de um cartão de identificação para os não brancos contendo todas as informações necessariamente atualizadas quanto ao local de trabalho e residência do portador, prazo de circulação permitido nas áreas europeias e quitação de impostos.

frequência pelo periódico ao narrar os eventos de manifestação *antiapartheid*, e a prisão do bispo anglicano antissegregacionista Conville French-Beytah.

A segunda notícia, relaciona-se com a ideia de “Liberdade Separada” do texto anterior, onde *Veja* menciona as relações da África do Sul com alguns países africanos, os demais “países negros”, como chamado pela revista. A busca e manutenção por relações diplomáticas com os países de vizinhança continental é resumida de forma simplória por *Veja* explicando que “O governo branco da África do Sul não se opõe de modo algum a negociar com os negros, em pé de igualdade – desde que esses negros vivam além das fronteiras do país” (VEJA, n.141 19/05/71 p.44) e que esses não sejam contrários a política do *Apartheid* praticada no país. Esse arranjo para o periódico é considerado proveitoso para alguns estadistas “negros” africanos, bem como aceito com resignação maior por outros, apontando a fala do presidente da Costa do Marfim, Felix Houphouet-Boigny no âmbito da Organização da Unidade Africana (OUA) em novembro de 1970 para a necessidade de um entendimento com a África do Sul, e da atitude da República Centro-Africana presidida por Jean Bedel Bokassa de reconhecer e África do Sul.

Há uma ênfase no crescimento econômico sul-africano nesta notícia, parágrafo com o subtítulo de “mercado negro”, cujo texto explica a dúbia estratégia de Vorster em manter o eleitorado branco satisfeito e equilibrar o crescimento financeiro do país, a partir da aproximação com os “países negros”. Afim de evitar a ampliação do mercado interno com a possibilidade de equiparar os salários da população branca e não branca a África do Sul precisou encontrar mercados externos, conforme expõe a revista, foi criado em 1968 um “fundo de empréstimos aos países estrangeiros” que foi aproveitado pelos quatro territórios estratégicos da África do Sul, Lesotho, Ngwane, Batswana e Malawi possibilitando nos anos seguintes acordos econômicos e relações diplomáticas. Tal como levantado por José Maria Nunes Pereira (1986, p. 32) esses países vizinhos, que com ela mantêm relações de dependência econômica, fornecem grandes contingentes de mão-de-obra para as minas sul-africanas, constituindo-se em mais um fator de compressão salarial interna. Essa e outras explicações trazidas de maneira positiva pelo periódico, endossam as vantajosas possibilidades com a nação sul-africana do *Apartheid*.

Após dois anos sem notícias sobre a temática, a África do Sul e sua política do *Apartheid* voltam a aparecer nas páginas de *Veja* somente em março de 1974, abordada a partir de uma entrevista intitulada “Tateando o “Apartheid””: Um dos principais esportistas

negros dos EUA defende o contato com a África do Sul” onde *Veja* baseia-se no discurso do tenista Arthur Robert Ashe Junior em defender que a melhora da vida dos milhões de sul-africanos sob a política racista poderá ser através do intercâmbio sul-africano com o resto do mundo “ao contrário dos que defendem o boicote total a África do Sul como a única maneira de derrubar o *apartheid*” (VEJA, n.290 27/03/74 p. 3) desenvolvendo a entrevista sob o que chama de “cruzada pessoal” do esportista onde “Ashe procura defender-se dessa acusação, e, com bases nas experiências de sua recente viagem, apresenta sugestões para o trato do problema” (VEJA, n.290 27/03/74 p. 3).

A narrativa vagueia entre sobre o relato do Ashe nos doze dias em ficou em Johannesburgo para competir o Campeonato Aberto de Tênis da África do Sul, relatando as manifestações e contatos efetivados com algumas organizações de diferentes grupos e intuítos políticos. Na primeira parte da entrevista, em sua chegada, o esportista conta que recebeu de um lado um buque de flores enviado pelo então ministro dos esportes da África do Sul, e de outro, uma fotografia entregue clandestinamente por meio das folhas de um jornal, que trazia a seguinte mensagem de autoria não relevada pelo tenista transcrita abaixo:

Caro Arthur. Em nome dos que não puderam vê-lo, quero manifestar nosso respeito pelos seus ideais, e sincera esperança de que consiga explicar satisfatoriamente por que veio a este país. Nós o adoramos e não queremos vê-lo usando indevidamente, ainda que de maneira indireta. Não estamos em condições de compreender por que alguns de vocês no exterior parecem pensar por nós. Sabemos que acabaremos sofrendo mais se foram suspensas as relações comerciais com o nosso país, se o petróleo vier a faltar entre nós, se você não vier nos visitar. Mas estamos dispostos a sacrificar tudo isso para atingir o objetivo final ao qual dedicamos nossas vidas. Por favor, transmita nossa afeição aos nossos amigos oprimidos no exterior. (VEJA, n. 290 27/03/74, p. 3)

Além desta carta, Ashe narra que recebeu outras mensagens sugerindo que não fosse a África do Sul pois em nada ajudaria na luta *antiapartheid* promulgada pelos sul-africanos não brancos que defendiam o boicote político, econômico e comercial com outras nações, e sua vinda simbolizava para estes, portanto, um certo entendimento com o governo de Pretória, contrariando a seus ideais políticos contra o regime. Por meio desta entrevista, *Veja* estabelece e propõe a perspectiva de diálogo com os sul africanos articulado através da experiência relatada do tenista Arthur Robert Ashe que em sua jornada a África do Sul estabeleceu relações com diferentes grupos e pessoas que compunham a sociedade sul africana tendo como conclusão que a vida destes só poderá melhorar através do contato e do diálogo, orientando que o isolamento não deve ser considerado um fim, mas sim um meio, em suas

palavras “a mudança é inevitável, e com minha confiança básica na bondade do homem eu acho que a mudança na África do Sul será positiva. Não posso pensar de outra forma depois de ter encontrado tanta gente boa de todas as raças” (VEJA, n. 290 27/03/74, p. 6).

Lembramos que neste contexto, conforme discutimos anteriormente, as relações comerciais brasileiras e sulafricanas estão sendo modificadas, dada a intensificação da crítica contra o *Apartheid* no âmbito das Nações Unidas pela comunidade internacional, o regime militar passar a desestimular qualquer tipo de relacionamento entre os dois países,

Se até 1974-1975 o governo brasileiro ainda se preocupava em manter discretos laços com Pretória, tendo em mente a manutenção das boas relações comerciais, a partir desse período a tendência foi a de abandonar a atitude comercial e a de assumir uma atitude política mais vigorosa e inflexível. (PENNA FILHO, 2001, s/p)

Dois meses após publicação da entrevista com Ashe em 1974, o *Apartheid* retorna na notícia “África do Sul: O tripé ameaçado” que consta na sessão internacional da revista número 296. Nele, o ponto de partida é a vitória do Partido Nacionalista liderado por John Voster nas eleições realizadas no mês anterior com a participação de 2 milhões de eleitores num país constituído por outros 18,7 milhões impedidos de votarem pela política do *Apartheid*, garantindo sua permanência, e salientando a posição privilegiada do país no extremo meridional do continente africano protegidas pelo que a revista chama de “Estados-tampões” todos caracterizados por governos de minoria branca, a saber, as colônias portuguesas de Moçambique e Angola leste e oeste, igualmente Rodésia no centro, Namíbia e Botswana.

Embora, como lembra a revista, a Revolução dos Cravos que derrubou o regime salazarista, um tradicional aliado ao governo racista África do Sul, poderá trazer subitamente uma possível mudança na situação político e militar das colônias e portuguesas ameaçando o tripé (racial, político e econômico) da África do Sul. Essa mudança foi posteriormente efetiva como sabemos hoje, cuja base de apoio externo em territórios fronteiriços em que se localiza a África do Sul terá um papel importante no processo de desenvolvimento e consolidação dos movimentos de libertação nacional na África Austral, em especial Moçambique e Angola, sendo um importante fator no processo de luta *antiapartheid*. Como narrou Francisco José Pereira em 1986,

Sem embargo, a África do Sul passou todo o período de descolonização do continente com suas fronteiras imunizadas, tendo como vizinhos Estados cujos governos admiravam a solução *Apartheid* (como no caso do fascismo

português em suas ex-colônias de Moçambique e Angola, e do regime também racista da Rodésia do Sul) ou eram Estados extremamente dependentes da política econômica sul-africana (tal a situação de Lesotho, Botsuana e Suazilândia). Na atualidade, um novo quadro, radicalmente modificado, parece condicionar o desfecho político da África Austral, em cujo centro está, precisamente, a questão *Apartheid*. Com efeito, Moçambique e Angola, logo depois da independência, reproduziram o mesmo ato de solidariedade, colocando suas respectivas fronteiras a disposição dos movimentos de libertação na área. Em abril de 1980, com a independência do Zimbábwe, abriu-se, igualmente uma nova solidária fronteira. (PEREIRA, 1986, p. 75-76).

Ainda na mesma notícia, explanando o contraste a qualidade de vida dos brancos e dos grupos não brancos no território sul-africano *Veja* anuncia que “Por enquanto, o reduto dos africanos continuam sendo um exemplo de prosperidade – apenas o Japão supera seus índices de crescimento econômico” (VEJA, n.296 08/05/74 p. 49) e em seguida relata dados de violência acarretada ao restante da população do país considerando então que “Para os negros, mesmo entre os profissionais especializados, as perspectivas de vida na África do Sul são extremamente limitadas” (VEJA, n. 296 08/05/74, p. 49). A postura tomada pelo periódico foi a de realizar um exame das ameaças, diante do descontentamento da população, que podem vir a desmantelar o governo e os africanos, e, portanto, a prosperidade econômica da nação, caracterizadas além da mudança no governo português, conforme narra, por uma grande maioria que pode expulsar a minoria e por uma elite intelectual oriunda das universidades destinadas aos não brancos, que vem construindo um discurso em contramão ao da inferioridade natural afirmada e justificada pelos africanos e sua defesa ao *Apartheid*.

A temática dos esportes na África do Sul do *Apartheid* ganha espaço no periódico somente em abril do ano de 1975 com o artigo “Racismo: barrados de novo” na sessão esportes da edição de número 343, ilustrado por uma charge representando a desvantagem imposta de forma legal sobre os esportistas sul-africanos não brancos, sujeito este retratado enquanto pequeno, com traços acentuados do fenotípico negro (boca, nariz, olhos), em posição de descontentamento, preso a uma corrente, atrás do sujeito branco, mais alto, mais forte, e mais veloz.



Figura 1 – Charge do artigo “Racismo: barrados de novo”. Fonte: Veja, n.343, 02/04/75 p. 54.

Nesta notícia o periódico discute os boicotes da comunidade esportiva internacional com relação a participação da Rodésia e da África do Sul nos jogos pré-olímpicos, entendendo-as enquanto práticas severamente punitivas, e a exclusão dos tenistas sul-africanos da Taça Davis. Para *Veja* as duas nações “são cada vez mais discriminadas nas competições desportivas pelos demais países do mundo, e em particular pelos asiáticos e africanos” (VEJA, n.343, 02/04/75 p. 54), e lembram do afastamento de sul africanos e rodesianos nas competições das olimpíadas do México em 1968 e de Munique em 1972. A revista traz de um lado falas de esportistas brancos sul africanos que lutam pelo fim da aplicabilidade do *Apartheid* no âmbito esportivo do país por meio de propagandas que tem conseguido vários boicotes esportivos internacionais conta os sul-africanos, e por outro finaliza dando espaço ao Embaixador da África do Sul no Brasil que expõe seu descontentamento e sentimento de injustiça devido ao seu país ser excluído diversas vezes de conferencias técnicas importantes no âmbito da ONU, finalizando o artigo com a fala do embaixador: “Nós não acreditamos em contrapropaganda, preferimos seguir uma política de conciliação, deixando sempre uma porta aberta ao debate. O povo sul africano é feliz, e não contesta a nossa política interna” (VEJA, n.343, 02/04/75 p. 55). Ao selecionar os discursos para tratar do assunto, a revista deixa de lado a perspectiva dos atletas não brancos, ou mesmo, sujeitos não brancos inseridos na luta *antiapartheid* no país, dando visibilidade e colocando o ponto de vista apenas de atletas brancos adeptos ao boicote e do próprio governo racista.

O ano de 1975 contém somente mais duas notícias relacionadas ao *Apartheid*. A primeira publicada em maio na edição número 351 encontrada na sessão internacional

intitulada de “África do Sul: revelações”, irá informar os leitores das possíveis articulações políticas de Vorster a partir da visita secreta do primeiro ministro da África do Sul a Libéria, publicizada pelo jornal londrino *The Times*. Segundo *Veja* o diálogo com a Libéria poderia promover uma conferência entre os presidentes do Quênia e da Nigéria, onde Vorster procuraria não apenas amenizar as hostilidades de seus líderes com relação África do Sul, mas também inaugurar um intercâmbio comercial que possibilitaria obter petróleo nigeriano em troca de ouro sul-africano. Tal publicação pelo *The Times* para *Veja* deixou o primeiro ministro numa posição incômoda com o eleitorado branco, entretanto, a revista num tom preocupação ao futuro sul africano, faz uma crítica ao político por não ter se preocupado ao que ela pensa ser fundamental, a economia, e vislumbra uma possível solução:

Vorster, no entanto, parece estar empenhado menos em obter popularidade do que em fazer um investimento rendoso para o futuro do seu país. Na verdade, a longo prazo a coexistência pacífica entre brancos e negros **talvez seja a melhor garantia de sobrevivência para própria minoria** (VEJA, n.351, 28/05/75 p. 36 – grifo nosso).

Na segunda “O idioma vitorioso” escrita na sessão “Educação” de *Veja*, é o abre alas das notícias recorrentes dos anos seguintes, em especial 1976, premeditando o evento que ficou conhecido como “Levante de Soweto” de junho naquele ano e demais as manifestações que marcaram a trajetória da luta *antiapartheid*. Nele, *Veja* noticia a comemoração do governo ao centenário do nascimento do idioma dos *afrikaans*, instalado pelos holandeses e huguenotes franceses em 1875 na cidade de Paarl, promovendo solenidades oficiais com a presença do primeiro ministro John Vorster, informando que os 24 milhões de sul-africanos conhecem e utilizam com mais frequência que o inglês introduzido pelos colonizadores britânicos. A este fato, o periódico atribui como “preferência” da população sul-africana, e não enquanto uma política imposta formatada pela minoria branca, descrevendo aspectos positivos do idioma que “agora festejado é extremamente rico e imaginativo, além de simples e direto [...] a onomatopeia do idioma sul africano exprime situações e sentimentos com rara exceção” (VEJA, n.371 15/10/75 p. 85) silenciando sobre as implicações de violência cultural, simbólica e histórica que acompanhou o ensino do africâner as demais populações naquele território.

2.2 “A explosão nas ruas”: A luta *antiapartheid* na África do Sul (1976-1977)

Em 2016 o evento conhecido como “levante de Soweto” completou 40 anos. Eclodido em 18 de junho de 1976, a também chamada “revolta” em Soweto, bairro em Joanesburgo, foi motivado pela decisão do governo do *Apartheid* de ensinar obrigatoriamente nas escolas a língua africâner ao lado da língua inglesa, desprezando as línguas locais sul-africanas. Dez mil estudantes tomaram as ruas, com o óbito de 23 sul africanos após violenta repressão policial, se tornando a maior onda de violência no país desde o massacre de Sharpevill em 1960⁶¹. As manifestações e protestos contra o *Apartheid* após Soweto continuaram com mais vigor, acompanhado dos assassinatos pela polícia sul africana - dentre o mais significativo nesse contexto, a de Steve Biko - e no fim do ano eram 360 mortes, chegando a mil em 1977. Esses momentos foram apreendidos, narrados e discutidos pelo periódico que trataremos de analisar abaixo⁶².

2.2.1 Soweto e o “pesadelo urbano”

Na primeira notícia “África do Sul: Em pé de guerra” localizada na edição número 407, publicada em 23 de junho, *Veja* narra brevemente e de forma geral o conflito, como se desenvolveu, quais foram as perdas e suas implicações. A morte de centenas de pessoas causadas pelo ataque violento dos policiais armados do governo, é explicada pelo periódico enquanto uma ação justificável, na medida em que “provocados pelos jovens, os policiais rapidamente deixaram de dar tiros para o ar, passando a dirigir fogo contra os manifestantes” (VEJA, n.407, 23.06.76 p. 42) simplificando a trajetória da luta *antiapartheid* cujo episódio tornou-se trágico salientando que “Poderia ter sido apenas mais uma manifestação de estudantes negros de Soweto” (Idem).

O levante de Soweto, foi tratado pelo periódico como uma “crise inédita” colocando-o como algo ainda mais grave que o “massacre de Shaperville” em 1960. Embora ao falar das particularidades do território de Soweto, exemplificando com números e discorrendo acerca das más condições de vida para a população que ali reside, maioria zulus, *Veja* salienta que “Mesmo assim, morar em Soweto é uma espécie de privilégio, pois, os negros (cerca de 70% da população de 20 milhões da África do Sul) não tem direito a residir permanentemente numa cidade” (Idem) opinando que a qualidade de vida dos sul-africanos não brancos, em

⁶¹ Ver mais em Acervo Globo <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/levante-d-e-soweto-no-dia-16-de-junho-de-1976-dez-mil-estudantes-tomam-as-ruas-10126772>> Acesso em 17 de fevereiro de 2048.

⁶² Além das notícias analisadas dentro deste período, também foram coletados outros materiais que citam ou falam rapidamente do *Apartheid* e/ou da África do Sul encontradas nas edições n.404 02/06/76 p.39; n.411 21/07/76 p.45-46; n.414 18/11/76 p.93; n.425 27/10/76 p.109-110; n.454 18/05/77 p.94); n. 428 17/11/76 p.50; n.469 31.08.77 p.34.

especial de Soweto, mesmo em regime *Apartheid*, é melhor que a dos demais grupos espalhados no território da África do Sul, e da própria África, suposição essa que será retomada em outras notícias, presente também na própria opinião dos leitores⁶³.

A imagem que acompanha a notícia, uma fotografia do local do ocorrido, enfoca aglomerações entre manifestantes e policiais, traz na legenda “Soweto: 1 milhão de negros vivendo num aterrador pesadelo urbano”. Ao trazer a situação de Soweto, *Veja* diz ser curioso que a crise apanhou de surpresa o governo sul africano, finalizando que é difícil se esperar a calma vivendo nas difíceis condições relegadas a população não branca, prevendo ao trazer a fala de um diplomata ocidental na África do Sul não identificado que se o *Apartheid* não mudar, todo o país será um grande Soweto rebelado.

O evento permanece lembrado na notícia da semana seguinte publicada na edição 408 em 30 de junho intitulada “África do Sul: Sonho distante”, que realiza um balanço das manifestações *antiapartheid* na África do Sul, pós a rebelião de Soweto, lembrada como “distúrbios raciais”, concluindo o abrandamento da eficácia da luta a curto prazo para a população não branca. Se de um lado para a revista, os protestos abertos contra a política do *Apartheid* sul-africano não têm trazido mudanças contundentes no país e na população discriminada, de outro, ela comprometeu a relação do governo com os Estados Unidos. O ocorrido de Soweto para *Veja*, menosprezando os movimentos da luta *antiapartheid* e se preocupando com as relações externas sul africanas, prejudicou os objetivos de Pretória, no momento em que o primeiro-ministro John Vorster se reunia na Alemanha Ocidental com o secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, de apresentar o *Apartheid* enquanto uma política de desenvolvimento separado, como um fator de equilíbrio social, igualmente a isso, os “sangrentos incidentes” colocaram em questão a estratégia norte-americana de utilizar a África do Sul como estabilizador dos conflitos na África Austral. Cabe destacar que a presença dos Estados Unidos em África pós Segunda Guerra, fez-se sentir através do apoio incondicional aos seus aliados na saga anticomunista, como Etiópia, Libéria, Zaire e os Estados controlados por minorias brancas na África Austral, sendo um deles a África do Sul (OLIVEIRA, 2009, p. 95).

Junto a essa notícia, *Veja* traz no texto intitulado “Os futuros nove estados de segregação” as características e a situação dos Bantustões, entendida pelo periódico como uma “espécie de reserva tribal” relegada ao número de “grupos étnicos negros confinados no

⁶³ Analisamos as cartas dos leitores na terceira sessão do último capítulo deste trabalho.

país” para resolver o “problema da maioria negra”, ilustrando com um mapa da África do Sul destacando os limites dos bantustões denominado de “As reservas tribais”. Novamente congregando toda uma diversidade de populações a um bloco único e homogêneo, carregada de valores e percepções coloniais sobre os africanos, e junto a isso, atrela os bantustões enquanto solução viável do suposto problema, que caracteriza a população, logo a política racista do *Apartheid* é a legítima solução da África do Sul.

Todavia, no imaginário pós-colonial, como apontou Amailton Azevedo, os conceitos que são criados para pensar a África dão continuidade a uma violência discursiva sobre esses territórios tais como: o continente da destruição e morte; o espaço onde habitam os desvalidos; os que não pertencem a esse mundo; os que devem ser salvos de sua miséria abundante; os que ainda são incapazes de enfrentar seus próprios problemas. No Ocidente, conforme ele aponta, a África foi vista através de uma violência discursiva colonial, produzida entre os séculos XVI e XX, condicionando a pensar as relações do continente africano com o mundo atlântico a partir de perspectivas que a sugerem como um acidente geográfico, entre Oriente e o Ocidente, consolidando imagens-clichês que projetam informações imprecisas e estereotipadas sobre a África (AZEVEDO, 2013, s/p).

Assim, no contexto africano, segundo Sergio Figueiredo Ferretti, os estudos sobre identidade e etnia, remetem a problemática do colonialismo, da ideologia colonialista e da escravidão atlântica, cujos fenômenos da sociedade africana foram denominados de “tribalismo” (conceito utilizado corriqueiramente por *Veja*), criticado por diversos autores apresentados por ele,

Em relação as sociedades africanas, Nadel (1974, p.43) mostra que a noção de tribo tem caráter essencialmente político-ideológico, pois, segundo suas pesquisas, entre os Nupés, os conceitos de povo, de língua e de país não coincidem. Nadel (1974, p.48) constata que a cultura não é um elemento de unidade tribal e que esta ideia é mais uma ideologia que ignora divergências. Godelier (1973) critica o emprego ideológico dos conceitos de “tribo” e de “tribalismo”. Condena a imprecisão desses conceitos, que considera em crise. [...] Fora da África, no contexto da Birmânia, Leach (1972, p.322) afirma que o conceito de tribo deve ser retirado do vocabulário da antropologia, como absolutamente inadequado, devendo ser substituído por cultura ou etnia. Diz (1972, p.331) que tribo é uma ficção etnográfica ou acadêmica. Para Amselle (1985, pp. 19-20), na corrente dinamista da antropologia há um esforço, iniciado com Nadel em 1942, no processo de relativização e esvaziamento dos termos tribos e grupos étnicos, como categorias que foram fixadas pela colonização e que envolveram a antropologia. Na África colonial, numerosas populações foram reagrupadas e designadas por categorias comuns, para serem mais bem controladas, inclusive com apoio da antropologia. [...] No contexto africano, Amselle

(1985, pp.24-34) propõe a substituição do conceito de etnia por espaços de ou redes de trocas linguísticas, culturais, religiosas, guerreiras ou políticas. **Constata que os meios de comunicação de massas, ao abordar problemas africanos, costumam fazê-los sob a ótica do “tribalismo”, mascarando ou ocultando de fato conflitos sociais, políticos e econômicos.** Considera que tanto a noção de etnia quanto a de raça e de tribo, como também a de tribalismo, etnicidade, clã, linhagem, são carregadas de etnocentrismo e de ideologia e estão ligadas ao colonialismo e ao neoliberalismo, e, portanto, seu uso deve ser evitado. (FERRETI, 1995, p. 96-98)

Portanto, ao trazer consigo certas maneiras de reconstruir a realidade africana, o colonialismo europeu formulou e aplicou, segundo o etnólogo sul-africano Archie Mafeje (1971), a ideologia do tribalismo, que simplificou, mistificou e obscureceu a natureza real das relações econômicas e de poder entre os próprios africanos, e entre a África e o mundo capitalista. Do mesmo modo, camuflou o papel crucial desempenhado pelo capital financeiro internacional e pelo imperialismo ao acentuar e perpetuar a formação social existente nesse território, e ao mesmo tempo, desenhou uma distinção injusta e altamente suspeita entre africanos e outros povos do mundo.

Como ele aponta⁶⁴, os antropólogos utilizam essa ideologia para explicar tanto os sucessos quanto os fracassos na modernização, por outro lado, os cientistas políticos de todas as convicções usam os deles para explicar apenas os fracassos e como resultado, falam de maneira mais consistente e conveniente do que os antropólogos sobre problemas de “integração”, “penetração” e “mobilização” aos processos sócio-históricos africanos. No entanto, conceitualmente, os cientistas políticos têm problemas maiores do que os antropólogos, pois, apesar de utilizar a “linguagem tribal”, eles sabem muito menos sobre “tribos” do que sobre antropólogos, e além disso, essa mesma linguagem sobre os africanos, torna difícil para eles explicar fenômenos semelhantes em outras partes do mundo moderno.

De modo geral, os Bantustans ou Homelands foram espaços cunhados pelo governo do *Apartheid* para que a maioria da população fosse impedida de viver nas áreas brancas urbanas da África do Sul, sendo um importante mecanismo administrativo para a remoção da população não branca do sistema político sul-africano sob as muitas leis e políticas criadas

⁶⁴ Vivendo boa parte de sua carreira acadêmica no exílio, Archie Mafeje formulou críticas contundentes às ciências sociais em geral e à antropologia em particular, demonstrando como as apostas epistemológicas dessa área do conhecimento legitimaram ideias e ideais de sociedades imóveis, circunscritas a limites territoriais demarcados no período colonial, através da classificação e a interpretação do Outro. “Para Mafeje, a África não foi uma região colonizada apenas histórica e politicamente, mas também epistemologicamente”. Ver mais em BORGES, Antonádia Borges; COSTA, Ana Carolina Costa; COUTO, Gustavo Belisário; CIRNE, Michelle; LIMA, Natascha de Abreu; VIANA, Talita; PATERTIANI, Stella Z. Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 30, Número 2 Maio/Agosto 2015.

para promover e perpetuar a segregação racial. A ideia vital era separa-los dos brancos e dar a responsabilidade de administrar seus próprios governos independentes, negando-lhes proteção e quaisquer direitos remanescentes que um sujeito poderia ter na África do Sul.

Porém, a agricultura não era uma atividade viável em grande parte dos territórios devido à erosão do solo e ao excesso de pastagem, acarretando no trânsito de milhões de pessoas que tiveram que deixar os bantustões diariamente e trabalhar nas minas, para agricultores brancos e outras indústrias nas cidades, confiado quase inteiramente toda a economia da África do Sul branca. Na década de 1970, o governo sul-africano declarou quatro dos bantustões independentes. Estes foram os Transkei em 1976⁶⁵, Bophuthatswana em 1977, Venda em 1979 e Ciskei em 1981, os restantes permaneceram autônomos, mas não tinham direitos independentes. Os bantustões sul-africanos apenas deixaram de existir em 27 de abril de 1994 e foram reincorporadas nas novas nove províncias de uma nova África do Sul democrática (SAHO, 2011, s/p)⁶⁶.

O levante de Soweto continuou a ser tema da revista nas notícias seguintes sobre a África do Sul do *Apartheid*. “África do Sul: O novo choque das Raças” na edição 415 e “Sul da África: A caminho de definições” na edição 418, respectivamente em final de agosto e início de setembro de 1976. No primeiro *Veja* aborda o conjunto de insurreições das populações não brancas por toda África Austral, alcançando os territórios da África do Sul, Namíbia e Rodésia, narrando a última manifestação realizada na cidade do Cabo cujos “distúrbios causaram a morte de pelo menos 27 pessoas, além de mais de 8 milhões de cruzeiros de prejuízos” (VEJA, n. 415 18/08/76 p. 34) atrelando a culpabilidade dos resultados e principalmente dos prejuízos financeiros do governo nos próprios manifestantes embalados pelo levante de Soweto:

⁶⁵ *Veja* trará uma notícia sobre a independência de Transkei intitulada “África do Sul: país inventado” na edição 426 publicada no início de novembro. A atitude do “chefe tribal” Kaiser Daliwonge Matanzima significava para o periódico “a submissão de seu povo a política racista oficial de pretoria” (VEJA, n.426 03/11/76 p.24), culpabilizando-o pelo destino das populações que foram transferidas obrigatoriamente para essa região por força do governo da África do Sul, já que a libertação de Transkei, “se deveu sobretudo a determinação de Matanzima em acata-la” (VEJA, n.426 03/11/76 p.24). A ONU ao contrário é lembrada por *Veja* como o órgão contundente, pois rejeitou por 134 votos, a uma única abstenção dos Estados Unidos, o reconhecimento do Transkei, com a argumentação de que o contrário seria aprovar a política do *Apartheid*. Ao informar que o governo de Pretoria transferiu a força para os bantustans quase 2 milhões de pessoas no último ano, a revista entende de forma simplificada que “está ocorrendo uma substituição se segregação em bases raciais pela discriminação em bases nacionais” (VEJA, n.426 03/11/76 p.24), e que no ponto de vista do governo sul africano essa traz vantagens, em conformidade com a ideia de desenvolvimento separado trazida pelas bases ideológicas do *Apartheid*.

⁶⁶ SAHO, South African History Online. **The Homelands**, 2011. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/article/homelands>> Acesso em 26 de fevereiro de 2018.

E ao todo, mais de sessenta pessoas morreram desde o início da rebelião, dez dias antes, quando cerca de 20.000 estudantes de Soweto iniciaram uma marcha até Johannesburg, para exigir a libertação de colegas presos nos distúrbios de junho último – igualmente desencadeados a partir de Soweto, responsáveis por 176 mortes e considerados os mais graves da história sul africana (VEJA, n.415 18/08/76 p. 34).

O periódico diz que o conjunto das últimas rebeliões revelam uma “desconhecida capacidade dos grupos rebeldes”, desprestigiando a habilidade e eficácia das articulações antirracistas dos sul africanos não brancos, pois até então a minoria branca, conforme aponta a revista, tinha enfrentado apenas uma grande rebelião (Shaperville, 1960). Nesse sentido, ao narrar o movimento das organizações estudantis sul africanas não brancas e as insurreições na Rodésia *Veja* discorre que “Tanto Vorster como Smith, de resto, ostensivamente subestimam os movimentos de guerrilha e, não raro, revelam clara arrogância no trato a questão” (VEJA, n.415 18/08/76 p. 35), criticando o tratamento reacionário dos governos, e por conseguinte continua a revista, a falta de perspectiva com relação a um entendimento entre “as raças” faz prevalecer o aumento de ressentimentos e de vítimas na África Austral.

A segunda notícia segue trazendo um panorama geral da situação da África Austral e seus “conflitos raciais” destacando que o contexto sul africano não está favorável para Voster “Com seu governo submetido a crescentes pressões internacionais e abalado por uma incontável onda de protestos raciais” (VEJA, n.418 08/09/76 p. 30-30). Além desse aspecto de insurreições contra o governo branco sul-africano que vive “os mais atormentados dias de sua existência”, a revista ainda cita o levante dos zulus, evento explicado por ela através da ótica colonialista que o resume enquanto “tensões entre os próprios negros”, em que estes, como dispõe o periódico, em rebelião em Soweto, recusaram-se a aderir uma greve de três dias, atacando os jovens militantes que tentaram forçá-los, resultando na morte de 35 pessoas.

O levante de Soweto deste modo, para *Veja*, foi tomado como uma pedra no calçado do governo de Pretoria, de modo que comprometeu a política institucional do *Apartheid* e sua ideia de desenvolvimento separado, gerando custos financeiros bem como diplomáticos com a desgastante imagem que circulou o jornalismo mundial, que publicizou as péssimas condições de vida que vivenciam a grande maioria da população, afetando as relações da nação sul africana com os demais países do mundo e do continente africano.

As manifestações por parte da maioria da população, eclodida com a política educacional que tornou obrigatório o idioma africâner, não são tomadas como parte de uma

luta coletiva contra um sistema de opressão racial institucionalizado, mas como “distúrbios raciais” suscitado por “rebeldes” que causam prejuízos ao governo e faz milhares vítimas por todo país, narrados com recursos conceituais de uma ótica colonial que os homogeneízam. Embora a revista sempre descreve a situação sul-africana trazendo estatísticas que revelam e denunciam as péssimas condições, as preocupações por parte dela não estão relegadas a uma mudança digna de vida destes sujeitos, mas sim as implicações destas com relação ao desenvolvimento do país, especialmente no plano econômico e diplomático. A preferência por trazer os depoimentos de cidadãos brancos sul-africanos no decorrer das notícias, contribuem para endossar a justificativa da política de segregação racial, tais como nos trechos abaixo.

A opinião mais comum é de que tudo foi obra do de um número limitado de agitadores – e o governo não pode fazer concessões. “Por enquanto, eles nos temem”, disse a mulher de um médico em Pretoria, “E somente assim ficarão em seu lugar ” (VEJA, n.408 30/06/76 p. 37)

“Os negros destroem a si próprios” comentava, após a rebelião, uma dona de casa de Johannesburgo. “Não vejo como posso viver tranquila sendo vizinha de um negro”. Não faltou, na verdade, quem utilizasse a rebelião como uma prova da incapacidade atual dos negros de terem uma participação mais igualitária na vida sul africana (VEJA, n.418 08/09/76 p. 31).

“O ar ficou irrespirável com as explosões das bombas do gás lacrimogênio e muitas pessoas desmaiaram”, comentou um empresário local que se trancou em seu escritório tão logo os distúrbios irromperam no elegante, impecável centro da cidade. (VEJA, n.418 08/09/76 p. 31).

O mês de setembro de 1976 finaliza com duas notícias publicadas nas edições 419 e 420 que discutem de modo geral a situação e o futuro dos países sul-africanos sob políticas racistas arquitetadas por uma minoria branca, a partir das articulações da figura de Henry Kissinger, Secretário de estado dos Estados Unidos, em sua tentativa diplomática “para apaziguar a incendiária tensão entre brancos e negros no sul da África” (VEJA, n.419 15/09/76 p. 43) respectivamente “Sul da África: Castelo de cartas?” e “Sul da África: A difícil busca da paz”, ambas localizadas na sessão internacional de *Veja*. Kissinger e, portanto, os EUA são colocados por *Veja* como personagem chave para o fim dos conflitos desastrosos e a “tensão racial”, ou como traz na legenda da fotografia dos dois “Vorster e Kissinger: progressos”, mas não, entretanto, para o desmantelamento das políticas racistas e do *Apartheid* no país da África do Sul.

Três questões são levantadas como principais por *Veja* na região e sob alcance de resolução a partir dos esforços de Kissinger, “a independência da Namíbia, a transferência do governo da Rodésia, para a maioria negra, e a atenuação do *Apartheid* na África do Sul”

(VEJA, n.420 22.09.76 p. 39) As conversações entre John Vorster e Henry Kissinger em Zurique, como discorre a revista, resultaram em alguns progressos, como por exemplo “para evitar uma guerra racial na Rodésia e na Namíbia” (VEJA, n.419 15/09/76 p. 43). O periódico ressalta que o efeito mais ponderável do encontro em Zurique foi a revelação de um plano elaborado em conjunto pelos Estados Unidos e Inglaterra de um fundo internacional de indenização destinado a compensar os prejuízos destinados aos colonos brancos da Rodésia, que ainda estava formalmente sob protetorado britânico, após a entrega do poder a maioria da população local.

A intervenção estrangeira, portanto, para *Veja*, especificamente dos EUA, aparece como um caminho possível para solucionar a situação da África do Sul sem comprometer seu futuro e sua política do *Apartheid*, e própria estabilidade do bastião branco da África Austral, retirando o direito e legitimidade dos próprios africanos do sul do continente que em maioria vem lutando há anos pelos seus direitos civis e a possibilidade de decidir e desenhar os rumos dos seus países.

Assim, a política institucional do *Apartheid* nessas duas notícias, atrelado ao governo e a figura de Vorster, é colocado como algo inabalável, onde a revista entra em conformidade com os próprios depoimentos do primeiro ministro da África do Sul trazido pelo periódico, tal como colocado ao descrever a postura deste após conversações com Kissinger

Vorster não aceitou perguntas sobre discriminação racial na África do Sul. E terminou afirmando em tom bastante áspero que o regime do *apartheid* era “o mais humano e democrático possível” – e que a minoria branca de seu país “terá um futuro cor de rosa”, apesar de todas as profecias ao contrário. (VEJA, n.419 15/09/76 p. 43).

Ao falar sobre a última reunião do Partido Nacional que se reuniu em Bloemfontein, a 450km de Pretoria, *Veja* aponta que os líderes até admitiram uma reforma na constituição para avaliação de costumes e regulamentos discriminatórios, mas não cogitaram a possibilidade de abolir ou mesmo discutir os fundamentos ideológicos do *Apartheid*, em que ao final de seu discurso “a ênfase Vorster não foi em favor de negociações e sim da adoção de medidas mais drásticas pela polícia” (VEJA, n.419 15/09/76 p. 46).

Junto a notícia da edição 420, o periódico traz oito pequenos depoimentos de diferentes sujeitos sul-africanos no artigo intitulado “As opiniões e angústias do homem comum” que expressam visões, aspirações e opiniões acerca da situação sul-africana, e dos

sentidos e futuro da política do *Apartheid*. Os depoimentos embora divididos implicitamente conforme identifiquei entre os sujeitos privilegiados - brancos (4) - e os sujeitos discriminados - (1) indiano, (1) “negro” e (2) “mulatos” - tateiam experiências do que o periódico chama de “cidadãos comuns” alojando-os dentro de um contexto que os unem onde “vivem o dia-a-dia de um país na maior crise de sua história” (VEJA, n.420 22.09.76 p. 40).

Nesse sentido, o periódico *Veja* atrela o sofrimento dos resultados violentos dentro do território da África do Sul pela maioria da população não branca que vem sendo constantemente assassinada com a segregação racial do *Apartheid*, para todos os seus cidadãos, incluindo a minoria branca apoiadora que vive em constante vigilância sobre a possibilidade da perda de seus privilégios políticos e econômicos dentro do território sul-africano garantidos constitucionalmente, e por conseguinte, também vivencia a crise.

2.2.2 Steve Biko e as primeiras alterações

Ativista da luta *antiapartheid* sul africana, Stephen Bantu Biko, atuou durante os anos 1960 e 1970 até seu assassinato desencadeado durante a custódia da polícia quando foi preso em agosto de 1977. Liderando o movimento estudantil, ajudou a fundar a Organização dos Estudantes Sul-Africanos (South African Students' Organisation - SASO) em 1968 e em meados da década seguinte, o Movimento da Consciência Negra (*Black Consciousness Movement - BCM*). Divulgador do slogan “black is beautiful”, presente no movimento negro brasileiro e norte americano, “Biko lutou a favor da libertação psicológica do povo oprimido, como meio de alcançar seu renascimento cultural e político, e contra a orientação da educação banto⁶⁷, uma educação inferior, destrutiva do sistema de valores dos povos negros” (JONGE, 1991, p. 62).

O período anterior que levou a sua morte, como vimos, começando com a agitação de junho de 1976, tinha visto alguns dos eventos mais turbulentos na história sul-africana, no entendimento dos primeiros sinais de que o regime do *Apartheid* não seria capaz de manter seu governo opressivo sem resistência maciça. As manifestações de Soweto foram seguidas por uma agitação conjunta e contínua, onde estudantes e trabalhadores nos municípios de cada

⁶⁷ Na política de educação Bantu projetado pelo governo Africânder, o sistema educacional foi esboçado para "treinar e encaixar" os sul africanos não brancos na recém-desenvolvida sociedade da África do Sul, sendo a educação vista, portanto, como parte do sistema geral do *Apartheid*, incluindo os homelands, restrições urbanas, leis de passe e reserva de emprego. Assim, a Lei de Educação Bantu em 1953, trouxe várias medidas explicitamente criadas para reduzir o nível de educação recebida pela população não branca. SAHO, South African History Online. **Black Consciousness Movement (BCM)**. 2017. **The June 16 Soweto Youth Uprising**. Disponível em <<http://www.sahistory.org.za/article/black-consciousness-movement-bcm>> Acesso em 30 de março de 2018.

província boicotaram escolas, universidades e locais de trabalho, dificultando a restauração da ordem do *Apartheid*.

Em 1976 o massacre de 600 manifestantes negros em Soweto, no subúrbio de Johannesburgo, expos o problema da condição dos negros aos olhos da minoria branca – a crise havia chegado às suas cidades mesmo diante das tentativas de controle do Estado. A hegemonia branca, que parecia invencível após três décadas, começou a sofrer uma crise de sobrevivência, apesar de sua força econômica e política. O fato é que essa força não era mais legitimada. Todas as tentativas desesperadas de criar novas justificativas para o controle branco começaram a falhar. (PEREIRA, 2012, p. 102)

A morte de Biko no ano seguinte ameaçou desencadear uma nova onda de protestos, largamente denunciada no mundo, ampliou e elevou o combate ao regime do *Apartheid* na África do Sul. O funeral de Biko em 25 de setembro contou com a participação de cerca de 15 mil pessoas, incluindo o embaixador americano e outros 11 diplomatas (SAHO, 2017, s/p)⁶⁸. O *Apartheid* nas páginas da Revista *Veja* durante o ano de 1977 é composto por notícias relacionadas ao assassinato de Steve Biko. Todas publicadas na seção internacional, elas irão discorrer sobre o assunto, suas implicações no cenário nacional e internacional, enquanto mais um motor da luta *antiapartheid* e as movimentações no âmbito do governo sul africano.

“África do Sul: Morte na prisão” é o nome do artigo que anuncia a morte de Steve Biko publicado na *Veja* em 21 de setembro de 1977 na edição de número 472. O óbito do “porta voz dos negros sul africanos” anuncia o periódico, conforme as autoridades da África do Sul, se deu após passar oito dias em greve de fome, tal explicação dada pelo ministro da justiça e polícia James T. Kruger, “não convenceu e irritou ainda mais os negros” (VEJA, n.472 21.09.77 p. 40). *Veja* se mostra preocupada com a postura de indiferença do governo de Pretória, informando os protestos fúnebres que haviam iniciado na universidade de Fort Hare, na província do Cabo, com os estudantes não brancos sob apoio de estudantes brancos de oposição a Vorster. Igualmente, o periódico informa que com a morte de Biko, sobe para 21 o número de presos políticos em prisões da África do Sul nos últimos dezoito meses, acusados de traição ao governo do *Apartheid*, e que segundo as autoridades, as causas da morte mais frequentes desses sujeitos, é o suicídio por enforcamento.

A narrativa continua na notícia publicada na edição seguinte número de 473 em “África do Sul: Mais 100 Bikos?” em que *Veja* informa sobre as últimas articulações do

⁶⁸ SAHO, South African History Online. **Black Consciousness Movement (BCM)**. 2017. Disponível em <<http://www.sahistory.org.za/article/black-consciousness-movement-bcm>> Acesso em 01 de março de 2018.

primeiro ministro sul-africano John Vorster. A revista conta que ele dissolveu o parlamento da África do Sul e convocou novas eleições para o dia 30 de novembro com a pretensão de confirmar o apoio da minoria branca do país a sua política, e explica, que este prometeu, se eleito, elaborar uma nova constituição que permitirá as maiorias o aumento de sua participação no poder, modificando assim, a estrutura legislativa constituída apenas por representantes brancos para um sistema com três parlamentos,

Um para brancos (4,3 milhões de habitantes), outro para mestiços (2,4 milhões) e um terceiro para a minoria indiana (750,000 habitantes). Os 18 milhões de negros, que constituem nada menos que 70% da população e a quase totalidade da mão de obra operaria da África do Sul, continuarão sem nenhuma representatividade – clamorosa omissão que, apesar de previsível, deverá servir, já a partir desta semana, como um motivo a mais para a manifestação de protesto (VEJA, n.473 28/09/77 p. 45).

Steve Biko é lembrado na notícia ao informar que sua morte poderia ter sido uma das causas da decisão do primeiro ministro, que negou aos jornalistas tal afirmação, mas que se comenta em Pretória que as eleições seriam aproveitadas para afastar Jimmi Kruger de suas funções, então Ministro da Justiça e da Polícia no gabinete de John Vorster, que vinha sendo responsabilizado pela morte de Biko, somada a suas declarações sobre o acontecimento valeram-lhe profunda antipatia tanto dos sujeitos não-brancos quanto os brancos de oposição. A essas novas articulações de Vorster, o periódico atribui novamente a permanência dos aspectos primordiais da política racista a passividade da grande massa da população sul-africana, explicando que “A maioria negra da África do Sul manteve-se como era de se esperar, praticamente alheia as manobras de Vorster” (VEJA, n.473 28/09/77 p. 45).

No final do mês de outubro, o *Apartheid* retorna a revista na edição de número 477 com o artigo intitulado “África do Sul: Tudo proibido” relatando aos seus leitores sobre as últimas medidas decretadas pelo governo branco da África do Sul contra a maioria da população não branca do país, a partir do fechamento de dois jornais dirigidos aos africanos, encerramento das atividades de dezoito organizações cívicas contrárias a política oficial de segregação racial e a prisão de cerca de setenta líderes. Como apresenta Pablo Braga tal repressão configurada nesse contexto ao objetivo do governo de restabelecer a ordem e a lei levou ao banimento de organizações e à detenção de proeminentes líderes, junto a morte de Steve Biko sob a custódia da polícia, fatos estes que foram noticiados por todo o mundo via mídia eletrônica e impressa onde “As reações de governos e organizações aos eventos sul-

africanos definiram um novo cenário internacional para o governo sul-africano” (BRAGA, 2015, p. 295).

Não obstante, a revista atribui tal ação como negativa para a imagem do governo de Vorster tanto dentro do território, informando a desaprovação até mesmo do jornal *Transvaler*, publicado em idioma africâner e considerado porta voz do governo, quanto da comunidade internacional, transcrevendo a declaração do embaixador americano das Nações Unidas, Andrew Young, que tais medidas é um suicídio social e político, e prevê os resultados negativos da onda repressiva disso pois “fechou na semana passada as poucas válvulas através das quais eles conseguiam se manifestar” (VEJA, n.477 26/10/77 p. 39).

O caso de Biko permeia a narrativa, onde a força do personagem e sua representação para a maioria da população discriminada pela política do *Apartheid* é entendida pela revista como “uma espécie de Martin Luther King sul africano” cuja causa da morte vem sendo contestada insistentemente pelo movimento popular, e segundo *Veja* e tem dado força para as denúncias do âmbito judicial e policial do país com a prisão de centenas de pessoas sem culpa formal ou direito a advogado e os métodos de torturas empregados nas cadeias da África do Sul.

A reação das últimas medidas de Vorster citada na notícia anterior é discutida na edição seguinte de número 477 no artigo “África do Sul: sem fuzis”, entendida pelo periódico como uma medida de extrema repressão que gerou repercussões negativas para o governo sul africano. *Veja* informa sobre a medida de Jimmy Carter, presidente dos Estados Unidos, de ampliar⁶⁹ o embargo a armas a África do Sul como uma das ações de represália ao país com relação as últimas medidas de repressão adotadas contra pessoas e organizações empenhadas na oposição ao *Apartheid*.

Por outro lado, o periódico aponta tal medida como possivelmente simbólica, já que os EUA não vendem armas a África do Sul há quase quinze anos. Nesta notícia *Veja* inclui uma charge ilustrando a gigante força da maioria população sendo contida pelas aplicabilidades constitucionais do *Apartheid* e as últimas medidas de repressão pelo governo de John Vorster, representando em sua pequena figura, a minoria branca da população, sob a legenda “Vosrter contra a maioria negra: repressão e reação internacional”.

⁶⁹ Estendendo a fuzis de caca, aviões leves, peças de reposição em geral e equipamento logístico.



Figura 2 - Charge do artigo “África do Sul: sem fuzis”. Fonte: VEJA, n.478 02/11/77 p. 39.

“África do Sul: Tiros e Facadas” publicado no final de novembro na edição de número 482 é o último artigo que discutirá as ações decorrentes após a morte de Steve Biko e das medidas de Vorster para refrear as manifestações da luta *antiapartheid* no país. O assassinato do militante do Partido Nacional, Robert Smith e sua esposa em Joanesburgo é narrado por *Veja* como o início de possíveis represálias da população não branca motivada pelos últimos acontecimentos no país, considerando que “A revelação das violências infligidas a Biko bem como o recente endurecimento da repressão contra os adversários do *apartheid* exacerbaram, mais uma vez, o descontentamento da maioria negra” (VEJA, n.482 30/11/77 p. 44) deixando a hipótese, conforme narra a revista, de que uma nova organização de ativistas tenha iniciado “o assassinato de pessoas brancas como arma política contra o racismo” (VEJA, n.482 30/11/77 p. 44), engatando e imbuindo noções de periculosidade e violência as organizações e sujeitos adversários do governo racista sul africano.

Acontecimentos como estes, aponta Analúcia Danilevicz Pereira (2012, p. 104), foram habilmente utilizados pelo regime e pela grande imprensa internacional. No final dos anos 1970, exemplifica ela, o medo generalizado em escala mundial do que se convencionou a definir como “terrorismo”, fez com que a MK (uMkhonto we Sizwe, abreviado como MK, de pronuncia Xhosa que significa "A Lança da Nação") uma ala paramilitar do CNA fundada na sequência do massacre de Sharpeville, fosse identificada como grupo terrorista, apesar dos esforços da organização em tentar se distinguir e ser reconhecida como uma guerrilha armada formal.

2.3 “Caixa de Pandora”: reformando o *Apartheid* (1978-1979)

Leonard Thompson salienta que em 1960 e 1961, os esforços do governo reabilitou com sucesso sua versão de lei e ordem para a próxima década, impedindo os dissidentes e proibindo suas organizações, entretanto, as ações similares em 1976 e 1977 não tiveram o mesmo efeito,

A resistência negra logo se tornou mais formidável do que antes. Após a revolta de Soweto, a cultura de protesto permeou a população negra da África do Sul. Estudantes e trabalhadores, crianças e adultos, homens e mulheres, o educado e o não educado, se envolveram em esforços para libertar o *Apartheid* do país. Poetas, romancistas, dramaturgos, fotógrafos e pintores transmitiram a mensagem de resistência para grandes audiências. Uma nova revista, *Staffrider*, publicou grande parte desses trabalhos. Crianças rabiscaram grafites *antiapartheid* nas paredes. Multidões usavam as cores do CNA e cantavam suas canções em funerais. (THOMPSON, 2001, p. 228 - tradução da autora)

Esse quadro apontado pelo autor, estará presente em notícias que cobrem os anos 1978 e 1979 nas páginas de *Veja*, e dizem sobretudo a respeito da mudança no quadro do governo sul africano e as primeiras alterações no regime de segregação racial aplicado no território⁷⁰. Contudo, antes dessa gama de material que cobre a segunda metade de 1978 até parte da segunda metade de 1979, dois artigos da sessão internacional discutem alguns aspectos do cotidiano da luta *antiapartheid* na África do Sul, a primeira publicada no início de fevereiro e a segunda em abril, respectivamente “África do Sul: Banidos da vida” sobre a situação política de Winnie Mandela e o jornalista Donald Woods e “África do Sul: Avanço pelo mundo afora” sobre as manifestações internacionais de repúdio ao sistema do *Apartheid*, em especial as manifestações nos Estados Unidos.

Ícone feminino da luta contra o *Apartheid*, Winnie Madikizela-Mandela, atuou como ativista do CNA, foi presidente da Liga Nacional das Mulheres (African National Congress Women's League – ANCWL/ANC) e membro do Comitê Executivo Nacional (The National Executive Committee – NEC/ ANC). A ex esposa de Nelson Mandela na trajetória de sua militância sul africana, passou por prisão, prisões domiciliares, e confinamentos em uma localidade afastada de todos.

⁷⁰ Além das notícias analisadas dentro deste período, também foram coletados outros materiais que citam ou falam rapidamente do *Apartheid* e/ou da África do Sul encontradas nas edições n.566 11.07.79 p.50; n.567 18.07.79 p.40; n. 569 01/08/79 p.53; n.582 31/10/79 p. 41.

Aproveitamos a presença de Winnie, para ressaltar sobre a o importante papel que as mulheres tiveram na luta contra o racismo na África do Sul. Como aponta Ali A. Mazrui elas participaram dos movimentos de desobediência civil do país, e estavam entre os mártires de Sharpeville (1960) e de Soweto (1976). Nas primeiras fileiras dentre aqueles que combatiam o *Apartheid*, Winnie Mandela foi uma mulher assídua as ações de resistência, encarnada pelo então marido encarcerado durante mais de um quarto de século. Também durante trinta e seis anos, Helen Suzman, lutou contra o *Apartheid* no Parlamento, deixando-o em 1989, “Numerosos movimentos de mulheres combateram o racismo, do histórico movimento do Black Sash à aliança multirracial WAR (Women Against Repression) que em 1989 entrou em oposição aberta ao presidente F. W. De Klerk” (MAZRUI; 2010, p. 21).

Neste primeiro artigo, *Veja* narra brevemente o contexto de banimento civil que a ativista se encontra, “uma combinação de prisão domiciliar e exílio interno que flagela cerca de 170 opositores do regime” (VEJA, n.491 01/02/78 p. 36) descrevendo as restrições civis da punição judicial. Embora o periódico assinale que Winnie é “vista como uma espécie de matriarca da luta *antiapartheid*” e narre rapidamente a situação em que ela se encontra, *Veja* atribui sua inquietação a atuação dos brancos opositores do regime informando que “O fato é que o número de brancos atingidos pelo arsenal repressivo da política sul africana vem crescendo à medida que se torna agudo o conflito racial” (VEJA, n.491 01/02/78 p. 37) e exemplifica com a atuação de quatro amiga brancas de Winnie que mantiveram contato a partir de visitas constantes e recusaram-se a testemunhar contra ela e de Donald Woods jornalista crítico do *Apartheid* que foi mantido por três meses em banimento e sua perseguição pela amizade com Steve Biko⁷¹.

Ao narrar sobre as punições que passaram a atingir também com severidade aos brancos descontentes com o *Apartheid*, o periódico passa a justificar o uso da violência, que foi vista até então - ao noticiar as manifestações anteriores que produziram pela repressão policial os massacres as populações sul africanas - como reações de descontentamento das massas não brancas da África do Sul que agravavam o quadro financeiro e político do governo, degradando sua imagem externa.

Toda essa severidade do sistema repressivo – calcula-se atualmente em 450 o número de presos políticos condenados e em 700 os detidos sem julgamento – não tem sido suficiente, contudo, para deter o movimento de oposição ao regime. Pelo contrário. Barrados todos os caminhos de

⁷¹ Woods escreveu vários livros sobre a África do Sul, entre eles, uma biografia de Steve Biko, intitulada *Biko*, publicada em 1978 e adaptada no filme *Um Grito de Liberdade (Cry Freedom)* em 1987.

contestação pacífica, a violência começa a impor-se como arma tanto para os adversários como para os defensores do *apartheid*. (VEJA, n.491 01/02/78 p. 37)

No segundo artigo, o periódico discute as comoções internacionais relatando que desde a “rebelião dos estudantes negros” de Soweto em junho de 1976, a luta contra o regime do *Apartheid* converteu-se em nova bandeira política não apenas na África do Sul mas também nos Estados Unidos⁷², por parte de estudantes universitários, grupos religiosos e ativistas pro direitos humanos que vem pressionando, cerca de 350 empresas americanas que operam na África do Sul para que utilizem seu poder econômico contra o regime racista de Pretória, narrando então, sobre os desdobramentos econômicos conduzidos pela pressões e sanções da comunidade mundial, onde paira uma inquietude da revista. Ao apresentar algumas vitórias dos opositores do regime sul-africano, a revista elabora o alerta dizendo que “Não convém esquecer, porém, que as relações das potências industriais com a África do Sul envolvem interesses consideráveis. Nada menos que 70% das matérias primas consumidas pelo ocidente provêm do território ou transitam por sua costa” (VEJA, n.501 12/04/78 p. 41).

E continua vigilante com relação às implicações econômicas da África do Sul mediante as posturas da comunidade internacional, numa narrativa desfavorável aos boicotes e sanções contra o país do *Apartheid*. Ao colocar outro elemento como “nada desprezível” em torno dos boicotes econômicos, a revista discute a respeito do desemprego no território sul africano, cujo índice já é bastante alto – 40% - devido a política de discriminação racial, um fator de contraponto cruel aos adversários do regime segundo ela, exemplificando com a fala de um sindicalista alemão ao voltar de uma viagem a Pretória “O fato é que qualquer boicote contra a África do Sul implica desemprego não só para os negros sul africanos, mas também para os trabalhadores europeus que produzem os bens exportados para aquele país” (VEJA, n.501 12/04/78 p. 41).

Em “África do Sul: Saída com lucro / Voster renúncia, mas para ser presidente” publicado na edição número 525 em final de setembro, *Veja* anuncia a saída de Vorster do poder “interrompendo assim a carreira, o que se considera como uma das carreiras de chefe de governo mais retrogradadas e intransigentes do mundo” (VEJA, n.525 27/09/78 p. 50) especulando as possíveis causas, mas prevendo o motivo enquanto uma manobra política para concorrer à presidência, que deverá deixar de ser um cargo decorativo como explica o

⁷² A revista coloca a nação norte-americana em seu aspecto singular com relação a luta *antiapartheid*, já que ela é uma extensão da própria luta afro norte americana pela promoção dos direitos civis, alimentando-se segundo o periódico de um fervor semelhante ao mobilizado, até alguns anos atrás, contra a guerra do Vietnã.

periódico com a discussão de uma possível reforma constitucional no início do próximo ano, a partir do aumento dos poderes do presidente.

Relatando a biografia do “arquiteto do sistema do *apartheid*” a revista constrói sua trajetória política de modo positivo informando Vorster deu algumas mostras do que poderia ser considerado um certo pragmatismo e flexibilidade, abolindo devido as transformações sociais e tensões políticas, conforme explica o periódico, as medidas racistas em transportes públicos e restaurantes bem como a promoção de contatos conciliadores com os presidentes da Costa do Marfim, Houphouët-Boigny, e Senegal, Léopold Senghor.

Na notícia seguinte “ África do Sul: Dois “duros” - no comando do país, uma dupla de inflexíveis” publicada na edição seguinte n.526 em início de outubro, o periódico apresenta ao público o novo primeiro ministro da África do Sul, Pieter Willen Botha, que substituiu Vorster, este, eleito para a presidência da república, considerando que tal escolha “Como costumam dizer os africanos, os colonizadores brancos de origem holandesa, trata-se de uma dupla de *kragdadiges* – isto é, de líderes durões, autoritários e intransigentes” (VEJA, n.526 04/10/78 p.48). Assim, *Veja* descreve Botha enquanto uma figura ainda mais dura que Vorster, já que este segundo ela, foi o principal opositor dentro do gabinete do ex-primeiro ministro do plano de descolonização elaborado pelas principais potências ocidentais para Namíbia, e teve influência decisiva do governo sul africano em invadir Angola em 1975 para combater o governo marxista de Agostinho Neto⁷³.

⁷³ Wolfgang Döpcke explica a intervenção militar da África do Sul que durante a guerra civil em Angola, provocou uma virada nos aspectos da política regional da África do Sul. Embora, antes da invasão, a África do Sul houvesse clandestinamente cooperado com Portugal no combate a movimentos guerrilheiros, atravessado a fronteira com Angola na perseguição a combatentes da Organização do Povo do Sudoeste Africano (South West Africa People's Organization – SWAPO) e, ainda, na Rodésia, tivesse também auxiliado Ian Smith com o envio de uma tropa de polícia paramilitar, até então nunca havia abertamente intervindo com força militar na política interna dos seus vizinhos. A intervenção sul-africana, ao lado da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), segundo ele, representava uma decisão *ad-hoc* e não seguia um claro e estrito planejamento político e estratégico, cuja decisão se baseou na percepção, principalmente por parte da inteligência militar, de que um governo angolano do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) ameaçaria os interesses de segurança da África do Sul na Namíbia, porque certamente apoiaria o movimento de libertação daquele país, a SWAPO. Nesta invasão, continua ele, a África do Sul não utilizou o seu inteiro potencial militar, obviamente em função de suposições equivocadas sobre a fragilidade do MPLA, e o poderio da FNLA e da UNITA. Além disso, a nação sul africana gravemente subestimou a determinação por parte da União Soviética e de Cuba de ajudar o MPLA. “Segundo Grundy, o engajamento militar somente moderado refletia também uma disputa de orientação na política regional no centro do poder na África do Sul” (DÖPCKE, 1998, s/p). Contudo, continua o autor, diante da possibilidade de ter que enfrentar uma guerra semiconvencional prolongada, apenas com as enfraquecidas UNITA e FNLA como aliadas, e, provavelmente, contra soldados cubanos equipados com tecnologia militar soviética, a África do Sul optou por uma rápida retirada em janeiro de 1976, sofrendo uma experiência traumática em Angola, onde lutou pela primeira vez numa guerra africana sem conseguir alcançar nenhum dos seus objetivos, sentindo-se então profundamente traída pelo Ocidente, (em especial, sua expectativa pelo envolvimento maciço e solidário por

Vorster, 63 anos, um ex-simpatizante do nazismo durante a década de 40, que governou por doze anos, demonstrou alguma flexibilidade no cargo, promovendo tímidas alterações no regime racista do *apartheid* e tentando, sem êxito, algum tipo de *détente* com países negros moderados. Botha, 62 anos, ocupante do Ministério da Defesa, desde a ascensão de Vorster ao poder, é considerado pouco maleável como revela seu apelido - “Piet – the Gun” ou “Piet – o Revolver”. “Ele primeiro atira e depois discute” dizem seus críticos. (VEJA, n.526 04/10/78 p. 48).

As notícias sobre o novo governo e a situação da África do Sul retornam somente a partir de abril do ano seguinte ocupando como de praxe a seção “Internacional”. Em “África do Sul: compra de apoio / um escândalo político ameaça o governo” *Veja* informa sobre o escândalo político envolvendo Vorster, Botha e Cornelius Mulder, ex ministro da informação, acerca do desvio de verbas públicas para fins de propaganda política do *Apartheid* e a compra de um jornal de Johannesburgo, *The Citizen*, além das acusações de tentativa de compra de órgãos mais conhecidos da imprensa internacional. O “Muldergate” começou a tomar proporções internacionais segundo o periódico expondo e ameaçando o governo de Pretória, “E é bastante provável, em consequência, que Botha se veja obrigado a convocar novas eleições” (VEJA, n.552 04/04/79 p. 40).

O escândalo de Muldergate foi resultado das tentativas do governo de influenciar a opinião pública internacional e local sobre o governo do *Apartheid*. Preocupado que a imprensa inglesa local estivesse interessada em espalhar más notícias sobre a África do Sul e distorcendo notícias “positivas” sobre o país, o governo iniciou sua guerra de propaganda em 1973, após John Vorster ter aceitado o plano de Mulder para mudar cerca de R\$64 milhões do orçamento de defesa para a realização de uma série de projetos de propaganda.

O plano envolveu subornos de agências de notícias internacionais e a compra do jornal *Washington Star* e o estabelecimento secreto de um jornal controlado pelo governo *The Citizen*, para atuar como uma contra-voz do *Rand Daily Mail*, um jornal inglês influente na formação da opinião pública inglesa. O governo acreditava que este jornal fazia parte da “hate South Africa crusade”. Mais do que isso, a guerra de propaganda também foi uma tentativa de

parte dos EUA, estes, sem disposição de arriscar mais um aberto engajamento num conflito no Terceiro Mundo, logo depois do desastre da Guerra do Vietnam) cuja "batalha contra o comunismo" a África do Sul proclamava estar lutando.

comprar a opinião de jornais influentes como o *Washington Post* nos Estados Unidos e os jornais europeus (SAHO, 2011, s/p)⁷⁴.

O escândalo permanece em *Veja* na notícia seguinte publicada em junho na edição número 562. “África do Sul: *apartheid* em recuo / Voster renuncia à presidência. Com ele, cai a política mais dura da discriminação” anuncia a renúncia do “Pai na nação Afrikader” que dominou a política sul-africana do *Apartheid* durante treze anos e cita brevemente seu envolvimento no caso do desvio de verbas, sem, contudo, culpabiliza-lo,

Vorster simplesmente acabara de tornar-se a última vítima, e certamente a mais graúda, do chamado “Muldergate” – um escanda-lo que se arrasta a dois anos envolvendo o desvio de verbas governamentais do Ministério da Informação para a promoção do regime sul africano no exterior (VEJA, n.562 13/06/79 p. 48 – grifo nosso).

Veja narra que a renúncia de Vorster desenrolou-se num momento oportuno e até então único na trajetória do *Apartheid* no país, já que Botha parece disposto a eliminar alguns dos aspectos mais flagrantes do regime, atribuindo as possibilidades de poucas mudanças ao novo primeiro ministro. As “modificações cosméticas” assim chamada pelo periódico, tratam-se da proposição de transformações em dois aspectos chaves do *Apartheid*, a discriminação nas relações trabalhistas e o sistema de passe, que regula os movimentos das populações não brancas e limita seu direito de residência aos bantustões, o acato a possível mudança nessas medidas informa o periódico foi anunciado no mês passado. A revista afirma que “Também não se pode negar, por outro lado, que as reformas propostas poderão suavizar um pouco a vida dos negros sul africanos” (VEJA, n.562 13/06/79 p. 50) dando continuidade alteração das ações como algo genuinamente da vontade política do governo, e não como fruto das conquistas da luta *antiapartheid* no território que modificou a imagem externa da África do Sul. Assim continua “Mais importante, contudo, e a disposição do governo de reconhecer oficialmente os 27 sindicatos ilegais que congregam cerca de 50.000 trabalhadores negros” (VEJA, n.562 13/06/79 p. 50).

O periódico conclui que as pequenas manutenções nos “aspectos mais draconianos do *apartheid*” tratam se prioritariamente da tentativa do governo de sustar um futuro confronto entre a minoria e a maioria da população e da tentativa de melhorar a imagem do país a comunidade internacional. Para *Veja* embora a severidade do regime do *Apartheid* ainda permaneça, essas mudanças não podem simplesmente ser ignoradas em comparação com

⁷⁴ SAHO, South African History Online. **The Information Scandal.** Disponível em <http://www.sahistory.org.za/topic/information-scandal> Acesso em 01 de março de 2018.

imobilidade dos últimos 30 anos de segregação institucionalizada, pois oficializando uma situação de fato pela primeira vez o governo reconhece a ineficiência dos bantustões que representam apenas 13% do território da África do Sul, e logo, a economia africana é dependente dos 80% de trabalhadores não brancos que têm que se deslocar diariamente para os territórios delimitados a minoria branca. A notícia finaliza com uma especulação sobre uma provável estratégia de Botha em criar uma classe média não branca, para que futuramente, se aliasse aos brancos em favor da estabilidade política do país.

É necessário ressaltar que a política da administração Botha, segundo Leonard Thompson (2001, p. 223-224) foi uma tentativa complexa de se adaptar às circunstâncias em mudança sem sacrificar o poder africâner, que incluía esforços para neutralizar os vizinhos da África do Sul, retirar símbolos e práticas do *Apartheid* que não eram essenciais para a manutenção da supremacia branca, atrair cidadãos de língua inglesa para o partido, conquistar a cooperação dos grandes negócios, intensificar as divisões étnicas e de classe entre a população⁷⁵, e suprimir os dissidentes domésticos. Essas reformas domésticas do governo, resultaram de investigações feitas por comissões especiais de inquérito e pelo Conselho do Presidente - um órgão de sessenta membros nomeado pelo próprio Botha com uma grande maioria branca e alguns indianos e mestiços, mas não africanos. Igualmente, “se, por um lado, tinham como objetivo reorganizar o regime internamente, por outro, buscavam melhorar a imagem externa do país perante as principais potências capitalistas” (PEREIRA, 2008, p. 153). Nesse sentido, como complementa Pablo Braga,

[...] o novo governo do Partido Nacional, liderado por Botha a partir de 1978, realizou apenas reformas políticas periféricas, dentro do “pequeno apartheid”, sem conceder aos negros o direito ao voto, o direito de livre locomoção e a liberdade aos líderes políticos presos, principalmente Mandela. Após o fracasso da política de “desenvolvimento separado” como estratégia de convencimento da comunidade internacional quanto à reforma do Apartheid, o governo Botha elaborou o plano de “estratégia total” (Terreblanche, 2002, p.308). **As mudanças internas propostas por Botha não representaram nenhum movimento em direção à abertura do regime. Foram, na verdade, táticas de cooptação para manutenção da estrutura de poder** (Ozgur, 1982, p. 146). (BRAGA, 2015, p. 296 – grifo nosso)

As mudanças na política do *apartheid* serão novamente tateadas por *Veja* no artigo “África do Sul: Abertura de um “boer”” publicado início de dezembro na edição 579 onde o

⁷⁵ A esse aspecto, de acordo com Klaas de Jonge (1991, p.67), Botha idealizou a criação de uma classe média negra urbana de pequenos empresários e profissionais liberais, e a essa classe, seria permitida uma participação política nos conselhos municipais, para que ajudasse a combater o radicalismo do CNA

periódico realiza um primeiro balanço do novo governo a um ano poder e anuncia a partir de tais medidas que “Botha desgovernou a segurança dos puristas da discriminação racial” (VEJA, n.579 10/10/79 p. 44), atribuindo e informando as novas medidas enquanto desgoverno em relação a perspectiva da minoria branca e sua perda de privilégios.

As fotografias que ilustram o artigo trazem e representam os dois contextos dentro de África do Sul, na primeira (1) há mulheres brancas vestidas com roupas ocidentais típicos de classe média sentadas em um banco num parque com gramado, na segunda (2) o primeiro ministro Botha em discurso, e na terceira (3) mulheres não brancas com trajes típicos de algum grupo tradicional sul africano sentadas em um banco num chão de terra, descalças. A fotografia de Botha foi posicionada no meio das duas, representando mediador dos lados. Todas juntas formam seguinte legenda: Para a tradicional família boer sul africana (fotografia 1), o dedo riste de bota avisa que é hora (fotografia 2), de acabar com as discriminações inúteis contra negros (fotografia 3).

As articulações do primeiro ministro para o periódico apontam indícios de que “está mexendo com a alma branca dos sul africanos e parece estar criando os germes de uma impensável revolução: o dismantelar o *apartheid*” (VEJA, n.579 10/10/79 p. 44) e igualmente revelam que Botha resolveu encarar de frente “os problemas da África do Sul” (VEJA, n.579 10/10/79 p. 44) listando as mudanças nos seguintes aspectos do regime,

- A abolição das leis trabalhistas que excluía os não-brancos de certas categorias profissionais.
 - A diminuição do fosso salarial que separa os trabalhadores segundo seu grupo racial.
 - A remoção da placa *apartheid* (“Só para brancos”) de logradouros públicos.
 - A integração racial quase completa nos esportes.
 - A criação de sindicatos negros (70% de mão de obra no país).
 - O fim da discriminação racial nos restaurantes
 - A intenção de abolir as leis que proíbem o casamento e as relações sexuais entre brancos e negros
 - Sobretudo, a ameaça de demitir qualquer político que discordasse dessa política
- (VEJA, n.579 10/10/79 p. 44-45)

O periódico explica que as ações de Botha são liberalizantes e pragmáticas, pois este ainda orienta a classe empresarial do país que promovam os trabalhadores não brancos ou experimentarão no futuro uma rebelião, em sua fala descrita pela revista “Os brancos só sobreviverão se os negros se tornarem mais próximos”, o que descontenta segundo ela os mais tradicionalistas do Partido Nacional, concluindo que a organização de Botha “sofreu

pesadas perdas para o arquiconservador e hiper-racista Partido Herstigte Nasionale” (VEJA, n.579 10/10/79 p. 45) e exercendo a seguinte análise, previsão, e crítica aos dirigentes brancos,

A história da África mostra que os brancos em crise tendem a se refugiar na direita. Quando general Jan Smuts tentou liberalizar a política na África do Sul mais de um quarto de século atrás, foi o próprio partido de Botha que arrebatou o poder com sua plataforma do *apartheid*. As pressões sobre Rodésia nos anos 60, por outro lado, levaram a criação da Frente Rodesiana de Ian Smith. **Em outras palavras líderes brancos com inclinações liberais jamais prosperaram.** O plano global de Pieter W. Botha, de qualquer forma, não é exatamente liberal. Ele se propõe apenas a diminuir a rigidez do *apartheid* a ponto de conseguir convencer a população negra sul africana e os países vizinhos, negros, a cooperarem com seu governo (VEJA, n.579 10/10/79 p. 45 – grifo nosso).

Assim, tampouco *Veja* enxerga as medidas de Botha como um insucesso em comparação com outros exemplos que ela traz acerca dos territórios do Sul da África, indicando de modo positivo a arquitetura do Botha para aliviar as tensões no país e possibilidade de triunfo a partir dela, sem abolir legalmente *Apartheid*.

Ainda neste artigo o periódico preocupa-se com um dos aspectos citados na lista de mudanças de Botha, que diz respeito a intenção de abolir as leis que proíbem o casamento e as relações sexuais entre os diversos grupos com um breve escrito intitulado “Sexo com raça: Escolha primeiro a cor, depois o parceiro” realizando um histórico acerca da Lei da Imoralidade que proíbe relações sexuais entre pessoas de cor diferente que gerou consequências como condenações, suicídios, deportações e assassinatos. A revista apresenta a possibilidade de mudança na Lei como algo “extremamente significativo” pois o artigo que diz respeito a ela seria o centro ideológico da política do *Apartheid*, tal medida, portanto “poderia culminar, a longo prazo, com uma revolução em todo sofisticado edifício branco construído na África do Sul ” (VEJA, n.579 10/10/79 p. 46).

CAPÍTULO 3 – UM CAMINHO PARA AS NEGOCIAÇÕES: ALTERAÇÕES DO APARTHEID E COMOÇÃO INTERNACIONAL NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS 1980

As iniciativas indianas na ONU após a Segunda Guerra Mundial, em 1946⁷⁶, segundo Pablo de Rezende Braga (2011, pp.101-102), marcam o início da internacionalização da causa *antiapartheid*, embora mesmo com as tentativas do governo da Índia contra a África do Sul na ONU e do crescente aparato segregacionista do Partido Nacional, prevaleceu nos foros o argumento da soberania por parte do governo africânder e a reação da comunidade internacional praticamente inexistiu até o Massacre de Sharpeville em 1960. A partir deste ano⁷⁷, culmina um arranjo efetivamente transnacionalizado contra o racismo na África do Sul, com diversas ramificações civis locais, regionais, internacionais e intergovernamentais, dada segundo o autor, ao aperfeiçoamento das técnicas de ativismo, somado à crescente repressão da maioria não branca nas décadas de 1960 e 1970⁷⁸, marcando na trajetória do *Apartheid*, a década de 1980 como o momento de intensificação da luta antirracista internacional, aspecto exibido pela Revista *Veja* ao tratar do *Apartheid* e da África do Sul em suas páginas.

Do ponto de vista regional, os anos de 1980 representaram o esfacelamento do cordão de segurança de colônias brancas que protegiam a África do Sul da “onda negra”, com a independência de Angola (1975), Moçambique (1975) e Rodésia do Sul (1980), sob o nome Zimbábue, com a liderança de Robert Mugabe “O colapso das colônias brancas que circundavam a África do Sul foi acompanhado pela intensificação da resistência interna no país, iniciada com a revolta de Soweto, em 1976” (PEREIRA, 2012, p. 111).

⁷⁶ Os primeiros registros de reconhecimento do *Apartheid* como um sistema racial abusivo foram feitos em 1948, quando Padmanabha Pillai, representante da Índia na ONU, enviou uma carta ao Secretário Geral da Organização, com reclamações acerca da maneira como os indianos estavam sendo tratados na África do Sul, onde neste mesmo ano, foi adotada a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral da ONU, fazendo referência a todos os direitos e liberdades fundamentais que toda a pessoa humana possui. Ver mais em: NASCIMENTO, Lorrane Campos. **Análise do *Apartheid* como crime contra a humanidade**. Brasília, Centro Universitário de Brasília, 2009.

⁷⁷ É preciso levar em consideração, de acordo com Braga, este mesmo contexto de surgimento de uma consciência internacional para a defesa da igualdade e da liberdade de todas as pessoas, onde a norma de igualdade racial foi um subproduto da garantia dos direitos humanos que gradativamente se autonomizou do escopo genérico de sua definição, processo este que se deve em parte às respostas da comunidade internacional ao avanço da legislação segregacionista do governo africânder na África do Sul.

⁷⁸ Por outro lado, o movimento de internacionalização do boicote econômico à África do Sul antecedeu o Massacre de Sharpeville, cuja campanha pelo boicote econômico internacional foi iniciada pelo CNA em junho de 1959 e em seguida, a Jamaica anunciou o fim de qualquer importação proveniente da África do Sul e a federação de comércio de Gana também anunciou o boicote. Em setembro, o *Pan-Africanist Freedom Movement of East and Central Africa* e o *Nothern Rhodesia Trade Union Congress* também anunciaram um boicote a todos os produtos sul-africanos. No ano de 1960, a segunda All Africa People’s Conference, em Tunis, Tunísia, reivindicou o boicote contra os bens da África do Sul e os presidentes das uniões de comércio na Finlândia, Suécia e Dinamarca decidiram apoiar o boicote (NESBITT *apud* BRAGA, 2011, p. 11).

Lembramos as relações bilaterais entre Brasil e África do Sul nesse contexto atingiam seu nível mais baixo, com a diminuição da pauta política que passou a ser de confrontação, onde o Brasil passou a elaborar críticas com mais desenvoltura ao regime sul africano, sendo a política africana desenvolvida naquele momento sua principal argumentação. Contudo, o relacionamento com o governo de Pretória já vinha sendo algo difícil de se sustentar, uma vez que a comunidade internacional, em especial, os países africanos e asiáticos, acompanhavam e condenavam os episódios e conexões envolvendo o regime do *Apartheid* sul africano (PENNA FILHO, 2013, p. 126). Não obstante, no Brasil, o movimento *antiapartheid* amadureceu nesse período, em um momento favorável à mobilização civil e ao ativismo, devido ao processo de redemocratização que decorria no país em 1985 com o fim da ditadura civil-militar, somado ao estágio de plenitude da rede de ativismo transnacional *antiapartheid* (BRAGA 2011, p. 242).

Analisando a presença do regime *Apartheid*, imerso nesse contexto desfavorável ao governo da África do Sul na Revista *Veja* durante a primeira metade dos anos 1980, este capítulo concentrou-se nas notícias que irão comunicar o início do manejo da política do *Apartheid* através da formulação de medidas liberalizantes conduzidas pelo novo primeiro ministro Pieter Botha, as ações de extrema violência praticadas pela polícia e as providências e reações da maioria da população imbuída nas organizações e movimentos da luta antirracista no território sul africano, bem como a visibilidade dos impasses do país em âmbito internacional (1980-1983).

No momento seguinte, envolve-se em materiais que discutem a continuidade da reorganização do *Apartheid* diante de uma conjuntura interna conturbada para o governo racista de Pretória sob comando do Partido Nacional, acompanhada da internacionalização do confronto frente as manifestações *antiapartheid* em vários países, que exercerão com mais desenvoltura o confronto ao *Apartheid* por meio de boicotes e sanções a África do Sul (1984-1985). Por último, unimos neste capítulo final as opiniões dos leitores diante do regime racista sul africano, apanhadas através da sessão “Cartas” (1969-1985), investigando as impressões receptoras e ligando-as com a própria ótica da revista empregada em suas narrativas a respeito dos acontecimentos na África do Sul.

3.1“ Final de festa”: manejo, violência e visibilidade sul africana (1980-1983)

O *Apartheid* em *Veja* no ano de 1980 está inscrito em notícias que irão discutir as primeiras crises que o novo governo sul africano, encarnado na figura de Pieter Botha, frente ao movimento de luta *antiapartheid*.

Na notícia intitulada “África do Sul: Crise branca / Botha enfrenta protestos e radicais do *apartheid*” da edição número 608 publicada no final de abril, o periódico narra o episódio que chama de “espetáculo constrangedor” por parte do governo de Pretória ao investir com violência policial sobre estudantes secundaristas de 16 a 18 anos, que reivindicavam melhores condições de ensino em passeatas pelas ruas de Johannesburgo e Cidade do Cabo. Centralizando e preocupando-se com as ameaças de desmantelamento ao governo sul africano, *Veja* descreve que “submetidos a golpes de bastões e a uma avalanche de bombas de gás lacrimogênio, os incidentes reacenderam os temores de distúrbios semelhantes aos ocorridos no subúrbio negro de Soweto, em 1976” (VEJA, n.608 30/04/80 p. 37), embora informa que Botha, ciente do isolamento da África do Sul que agora é o único país africano governado por uma minoria branca, tivesse pedido moderação e cautela as forças de segurança. Junto a isso, o mesmo ainda vem enfrentando segundo ela, resistência no próprio gabinete as modificações mais visíveis na política do *Apartheid*.

“África do Sul: No coração / terror golpeia o ponto fraco do regime” publicada dois meses depois no número 614, da continuidade a narrativa de descrição dos aspectos ameaçantes ao governo sul africano, e informa sobre um atentado as instalações energéticas sul africanas com uma sucessão de bombas que incendiaram sete gigantes reservatórios de combustível, por parte ao que tudo indica, dos membros do Congresso Nacional Africano (CNA). Segundo a revista tratam-se dos elementos base da organização, na maioria ex ativistas das rebeliões de Soweto, que são treinados na Líbia, Angola e Argélia e depois infiltrados no país, o atentado, entretanto, possui um significado maior do que prejuízos financeiros, fazendo o seguinte alerta:

A operação de domingo **marca, ao que tudo indica, a inauguração de um novo estágio, mais violento e decidido, na luta revolucionária negra**, restrita até agora, a ações de menor envergadura, como atentados contra policiais, greves, manifestações em ruas e atos de desobediência civil. [...] Ademais, o atentado golpeia o país em seu ponto mais vulnerável, um país que não tem uma gota se quer de petróleo e perdeu, em 1979, com a queda do xá do Irã, seu único fornecedor. [...] De uma maneira ou outra, os atentados conseguiram seus objetivo – provar que o regime racista sul africano, ao contrário da imagem que promove, não é inexpugnável. (VEJA, n.614 11/06/80 p. 34 – grifo nosso)

A mesma tendência narrativa é finalizada em “Sangue nos Guetos: No aniversário de Soweto, a violência volta a varrer as cidades da África do Sul” no final de junho publicada na edição 616, onde a revista comunica os atentados violentos policiais contra a população que se reunia para o quarto aniversário do massacre de Soweto para homenagear e lembrar dos os mortos de 1976 e igualmente protestar contra a política segregacionista no país. Além de Soweto, as explosões violentas multiplicaram-se na Cidade do Cabo, Johannesburgo e Bloemfontein, tal ação se desencadeou segundo *Veja*, após a morte de um policial branco na Cidade do Cabo onde “O que se seguiu foi um recrudescimento incontrolável da violência, com os negros, mulatos e indianos respondendo as balas da polícia com paus e pedras” (VEJA, n.616 25/06/80 p. 37), atribuindo “o turbilhão de sangue e fogo que assolou a África do Sul” não exclusivamente apenas a polícia do *Apartheid*, mas também da reação da população discriminada que estava sendo contida brutalmente pelo governo.

Associando noções de periculosidade, violência, rebeldia, ressentimento, as organizações e líderes das populações não brancas da África do Sul mergulhadas em suas mobilizações de luta contra o regime do *Apartheid*, a revista *Veja* imbuí sobre elas a ameaça da estabilidade do bastião branco sul africano, e que, portanto, possui legitimidade de ser contida. Lembramos também, como indicou Klaas de Jonge (1991, p.112) que o próprio governo de Botha, para persuadir a população branca, conduziu campanhas aterrorizantes representando o sujeito não brancos como violento, criminoso e comunista. Em outros veículos, observamos este mesmo comportamento. As notícias referentes ao *Apartheid* sul – africano publicadas pela *Folha de São Paulo* (FSP) e *O Estado de São Paulo* (OESP) no decorrer dos anos 1980 analisadas por Fabiana Vieira da Silva, apontam uma produção jornalística de um conjunto de imagens marcadamente racistas sobre os povos africanos, dada à rotineira associação entre cor e a violência,

Diante da construção, nas notícias, do “medo”, “insegurança” na região, atribuído à presença massiva de “negros”, enquanto uma “ameaça”, sobretudo aos brancos, estes jornais abarcaram as constantes notícias referentes à “violência policial” enquanto única alternativa capaz de conter aquela “massa”, apontada como “ingovernável”. [...] Estes manifestantes, quando sujeitos das ações, eram apresentados a partir do qualificativo “jovens”, o que acabava por desqualificar suas ações enquanto atos “pueris”, sem “orientações específicas”, marcados pela “imaturidade”, propagação da perspectiva de que precisavam de “tutela”, “condução” ao que seria o suposto rumo ideal, idealizado por estes jornais. (SILVA, 2013, p. 57-58).

Lembrando o problema que o “velho e explosivo” *Apartheid* influi para a população não branca, o periódico pondera tais manifestações violentas no território aproveitando para atribuir que esta onda de violência “serviu também para revelar a fragilidade e a ineficácia das tímidas medidas de liberalização interna levadas a efeito parcialmente pelo primeiro ministro Pieter Botha” (VEJA, n.616 25/06/80 p. 38). Assim, *Veja* discute que na quase cisão dentro do Partido Nacional, causada pelas discussões acerca das reformas na política de segregação, os mais conservadores levaram a melhor, já que as mudanças executadas pelo primeiro ministro não passaram de certas medidas periféricas, concluindo o periódico que houve apenas suspensão da discriminação em alguns restaurantes e uma certa abertura na escolha dos empregados pelas empresas.

As divergências nesse contexto, dentro do Partido Nacional, segundo José Francisco Pereira, refletiam uma preocupação pela própria manutenção do *Apartheid*, em o setor mais à direita do partido acusa os supostos moderados de que seus métodos acabarão levando a igualdade racial no país, e, por conseguinte, a perda da hegemonia branca. Do outro lado, o setor chamado moderado, preocupava-se com o insistente radicalismo da direita, na ideia de que suas táticas poderiam favorecer o processo revolucionário, comprometendo o meio de exploração racial que ambos aproveitavam, todavia, “A ameaça de um maior isolamento internacional do *Apartheid* preocupa e afeta interesses multinacionais comprometidos com sua econômica” (PEREIRA, 1986, p. 65), assim, esses interesses foram acionados a favor de uma maior liberalização do *Apartheid*.

Então, pela primeira vez, segundo o autor, a imprensa e outras formas de debate aberto, as divergências dentro do Partido Nacional tomaram nacional e internacionalmente caráter público, expondo os sérios conflitos que se processavam dentro do partido dominante, dos quais as reformas constitucionais mais à frente em 1984, sendo portando suas expressões mais concretas. Assim, como aponta Leonard Thompson “Eles falaram sobre a reforma do *Apartheid* fazendo alterações cuidadosamente elaboradas para apaziguar os críticos estrangeiros e domésticos e ao mesmo tempo para fortalecer a supremacia branca criando novas divisões entre os povos sujeitados” (THOMPSON, 1986, p. 223).

Contudo, essas últimas manifestações conclui *Veja*, foram politicamente mais significativas em dois sentidos, o ressentimento da população não branca que foi alimentado, em parte, pelos últimos acontecimentos no vizinho Rodésia, agora Zimbábue, cujo poder da minoria branca foi derrubado com a luta armada, e do profundo sentimento da minoria branca

reacendido pelos últimos eventos, de que lutarão até a morte antes de ceder qualquer coisa, ameaçando ainda mais as reformas propostas por Pieter Botha. Todavia, os acontecimentos do primeiro ano da nova década conformam para *Veja*, ameaças ao governo de Botha e sua continuidade de manutenção da política do *Apartheid*.

O ano seguinte, Angola, torna-se o centro das notícias sobre a África do Sul e sua política do *Apartheid*⁷⁹. O periódico já prevê e prognostica o conflito entre os dois países numa nota sob título de “África do Sul atacará guerrilheiros”⁸⁰ em metade de abril na edição número 658, e discorre acerca do ocorrido numa matéria de três páginas no início de setembro na edição 678 “Angola Ataca a África do Sul: foi a maior operação militar contra Angola desde 1975 e a tentativa mais aberta para ajudar UNITA, grupo que luta contra MPLA”.

Nela o periódico vai narrando os dias que se seguiram o ataque, levantando os pontos que influenciaram a iniciativa sul africana contra os santuários da Organização do Povo do Sudoeste Africano - UNITA, organização guerrilheira que com ajuda da Angola que luta pela independência da Namíbia, salientado pela revista como o território rico em mineiros, estrategicamente encravado na costa ocidental da África é controlado pelo governo sul-africano, mesmo com resoluções da ONU que declararam por encerrado o mandado sobre a área que Pretória obteve após a II Guerra Mundial.

Era mais ou menos previsível, que dia mais dia menos, a África do Sul tentaria ir mais fundo em suas “operações de limpeza” na fronteira Angola e Namíbia. Ou até mesmo que eclodiria uma guerra aberta e declarada entre os dois inconciliáveis vizinhos do sul da África: Angola, de um lado, com seu regime marxista pró-soviético e sua política de apoio aberto a guerrilha negra na Namíbia e na própria África do Sul; e África do Sul, com seu governo anticomunista e racista de minoria branca (VEJA, n.678 02/09/81 p. 32)

Veja explica aos seus leitores que África do Sul está se sentindo estimulada pela atual política externa dos Estados Unidos, cuja retórica do novo governo vinha refutando certo incentivo para ações de força junto aos seus aliados com problemas militares, além disso os

⁷⁹ Além das notícias analisadas dentro deste período, também foram coletados outros materiais que citam ou falam rapidamente do *Apartheid* e/ou da África do Sul encontradas nas edições 684 14/10/81 p.148; 672 22/07/81 p.61; 708 31/03/82 p.110.

⁸⁰ A nota da seção Radar traz o seguinte texto “É provável que dentro de pouco tempo o Exército da África do Sul lance um novo e poderoso ataque contra as bases de guerrilheiros namíbios instalados em Angola. Sam Nojuma, o chefe das guerrilhas pela libertação da Namíbia, acredita que os sul africanos farão um ataque ainda mais pesado que o de junho do ano passado, quando mataram centenas de guerrilheiros. Segundo ele, o governo de Pretoria ganhou coragem para atacar Angola depois da posse do presidente Ronald Reagan” (VEJA, n.658 15/04/81 p. 31).

tempos são favoráveis a África do Sul, segundo ela, pois “Desde suas eleições em novembro do ano passado, Reagan vem defendendo a necessidade de restabelecer relações construtivas com Pretória” (VEJA, n.678 02/09/81 p. 33). Juvenal de Carvalho aponta que a participação direta da África do Sul no conflito angolano em favor da UNITA aos de *Veja* tratou-se de “Apenas uma modesta ajuda para evitar a expansão comunista. A revista descreveu a UNITA, e principalmente a FLNA, como anticomunistas e pró-ocidentais. Esqueceu-se porém de dizer que suas interpretações e conclusões também o eram” (CARVALHO, 2001, p. 134). No final da matéria, ao falar da política de moderação com a África do Sul tomada pelo EUA a partir do presidente Reagan, *Veja* lembra que “Para o Brasil, a questão está fechada em brechas” (VEJA, n.678 02/09/81 p. 34) no que diz respeito as relações políticas, diplomáticas e econômicas com a África do Sul.

No ano seguinte o *Apartheid* ressurge no periódico através da notícia “África do Sul: TV para negros” que consta na primeira edição de janeiro de 1982 e anuncia a concessão do governo de Pretória o direito para a população não branca administrar um canal de televisão, tal como a que a minoria branca possui desde 1975 e que por conta do racismo oficial o restante dos sul africanos não pode participar. A concessão foi tratada como um presente do governo da África do Sul por *Veja*, salientado que este não foi bem aceito e recebido no qual “A nova TV-2 imediatamente batizada de “televisão negra” [...] soou para a comunidade negra como um robustecimento do regime do *apartheid* – talvez a maior desde a criação, em 1963, do Transkei, o primeiro batustan” (VEJA, n.696 06/01/82 p. 50).

Em julho e agosto do mesmo ano, a narrativa sobre o *Apartheid* em *Veja* ficará concentrada na questão dos presos políticos sul africanos com as notícias “África do Sul: Volta do exílio” e “África do Sul: Custódia moral” respectivamente nas edições de número 723 e 728. Na primeira, o periódico anuncia que o governo suspendeu banimento de célebre ativista, relatando o caso da sul africana branca Helen Joseph colocada sob prisão domiciliar desde 1962 devido a ações de sua luta contra a política do *Apartheid*, narrando brevemente o cotidiano de uma “morta-viva” expressão utilizada por Winnie Mandela que é lembrada no artigo como a “ativista negra sul africana que ainda prova o gosto amargo desse draconiano exílio interno, junto com aproximadamente outros 160 sul africanos” (VEJA, n.723 14/07/82 p. 40) informando que “Desde 1950, tal punição já foi imposta a cerca de 1400 pessoas, a maioria negros, na África do Sul” (VEJA, n.723 14/07/82 p. 40). Neste artigo, *Veja* realiza críticas com mais fervor ao *Apartheid*, narrativa até então não experimentada pela revista,

Essa forma **aberrante** de punição é uma criação exclusiva do arsenal de leis forjado pelo *apartheid*, a política **violenta** de segregação racial que sucessivos governos sul-africano vem ponto em prática há décadas. O *apartheid*, em essência, destina-se a preservar a supremacia e os privilégios políticos, sociais e econômicos de 5 milhões de brancos contra 20 milhões de negros e 3,5 milhões de mestiços. [...] A história, naturalmente, registra outros exemplos de regimes igualmente capazes de perseguir com ferocidade seus dissidentes. **Jamais se viu, porém, com exceção da Alemanha nazista, um currículo tão abertamente discriminatório como o da África do Sul** (VEJA, n.723 14/07/82 p. 40 – grifo nosso).

A denúncia em forma de crítica ao governo sul-africano ganha essa dimensão e compreensão por parte do periódico apenas em meados de 1980, quando ativistas brancos da luta *antirracista* na África do Sul estão sendo reprimidos, como mostra nessa e demais notícias que serão publicadas, juntamente com a maior transnacionalização do ativismo *antiapartheid* por toda comunidade internacional. Na segunda notícia, *Veja* realiza um breve balanço das mortes de alguns ativistas da luta *antiapartheid* mantidos sob prisão, informando na sua sublegenda que em 19 anos morreram 45 presos políticos, a partir do anúncio da morte do sindicalista de 21 anos Ernest Moabi Depale, resultado este, discorre o periódico conforme a polícia de Joanesburgo, de suicídio por enforcamento. Neste artigo *Veja* cita a figura de Nelson Mandela “Um dos principais Líderes do Congresso Nacional Africano, movimento nacionalista fundado em 1912 e posto fora da lei em 1960, e está condenado a prisão perpetua” (VEJA, n.728 18/08/82 p.45). Steve Biko também é lembrado e descrito pela revista como o caso mais flagrante e documentado de mortes nas prisões da África do Sul, comentando em censura que “A lei sul africana é bem mais branda quando se trata de responsabilizar autoridades na morte de prisioneiros sob custódia” (VEJA, n.728 18/08/82 p. 45).

Mandela, nas figuras de Winnie e Nelson, bem como a discussão sobre os presos políticos voltará a ser mencionado no periódico apenas em julho de 1983 na edição 775 com a notícia “África do Sul: Pedra no sapato” onde subtítulo “isolamento não dobra casal Mandela” *Veja* descreve a história de ambos frente a perseguição do governo sul africano em decorrência das atividades realizadas no âmbito da luta contra a política de segregação racial no território, concluindo que “A longa lista de infortúnios deve-se ao fato de o casal Mandela ser negro, sul africano e ocupar posição de destaque à frente do mais importante movimento de oposição ao governo exclusivamente branco da África do Sul, o CNA” (VEJA, n.775

13/07/83 p. 40-41) e finaliza que Mandela segundo as pesquisas recentes de opinião continua a ser o “líder mais popular e admirado entre os negros sul africanos”.

Contudo, a presença do *Apartheid* no ano de 1981 é finalizado com a notícia “África do Sul: a sangue-frio” publicada em dezembro na edição número 745 sobre a operação Lesoto realizada pelo governo da África do Sul na busca pela captura de inimigos do país escondidos no local. A revista informa a execução de um massacre de 41 pessoas comandado pelo general Constand Viljoen segundo ela, para “empreender uma ação preventiva” contra “militantes do Conselho Nacional Africano, organização armada negra que luta contra a minoria branca no poder na África do Sul (VEJA, n.745 15/12/82 p. 64). Ao contrário das notícias sobre os presos políticos brancos sul africanos que lutam contra o regime do *Apartheid* no país, não há nenhuma crítica por parte do periódico ao informar esta operação que dizimou esses militantes, pelo contrário, é entendida numa ótica de prevenção a instabilidade sul-africana.

A ascensão do primeiro ministro sul africano Pieter Botha, significou segundo, Analúcia Danilevicz Pereira (2014, p.111) um substancial aumento da força dos militares no poder, e, por conseguinte, uma escalada de ataques as bases do CNA nos Estados da Linha de Frente⁸¹, com o assassinato de líderes do grupo e destruição da infraestrutura destes países. Lembramos que as Nações Unidas, no ano de 1963 impôs embargo voluntario para venda de armas a África do Sul, tornando-o obrigatório apenas em 1977, cuja resposta do governo sul africano veio com a ampliação da produção interna de armamentos que desde 1968 com a criação do *Armaments Development and Production Corporation* (Cooperação para Desenvolvimento e Produção de Armamentos) já demonstrava preocupação nessa questão.

Por outro lado, de acordo com ela (p.113), a desestabilização objetivada pelo governo de Pretória baseava-se no princípio da coerção econômica e militar dos vizinhos para impor uma hegemonia sul africana, acreditando que conseguiria controlar e eliminar o apoio externo aos movimentos de resistência interna e também no Sudoeste Africano, com a expectativa de substituir governos hostis por aliados. A nação do *Apartheid*, passou a fazer incursões sistemáticas nos países vizinhos, dando assistência de combate a grupos antigovernamentais, como nos casos da UNITA e FNLA.

⁸¹ Integrada por Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, formada em 1976 para coordenar as ações conjuntas dos povos agredidos pelos regimes racistas da Rodésia do Sul e da África do Sul.

Moçambique ganha um breve destaque na narrativa sobre a África do Sul do *Apartheid*. No início de junho⁸² duas notícias são publicadas envolvendo o país nas edições 769 e 770, respectivamente “África do Sul: terro mútuo / ataque a Moçambique vinga atentado em Pretória” e “África do Sul: Com o inimigo / oficial branco pede asilo para Moçambique”. Na primeira o periódico narra o ataque e contra-ataque entre a Moçambique e África do Sul que deixou dezessete mortos e 180 feridos dada a explosão em Pretória, vingados com seis mortos em Maputo “o atentado terrorista em Pretória surpreendeu por atingir pela primeira vez civis brancos e negros” (VEJA, n. 770 08/06/83 p. 60) discorre o periódico, apontando o envio da bomba de Moçambique por um comando do CNA cujos guerrilheiros continuam lá instalados escondidos do governo sul africano.

Dando continuidade narrativa de associação entre violência e periculosidade às organizações de luta *antiapartheid*, a ação do CNA, para *Veja* marca uma nova etapa na história da organização fundada em 1912, cujo objetivo inicial consistia em mediar e conduzir ações legais e reformistas contra a política racista, entretanto, essa tática inicial foi sendo paulatinamente abandonada diante da resposta do governo, com o banimento do CNA, a prisão de seus líderes e o massacre dos manifestantes.

Na notícia segunda, *Veja* descreve rapidamente o ato do tenente branco sul-africano Gerald Andreas Eckert que se opõe ao regime do *Apartheid* ao ir pedir asilo no Moçambique “cujo governo negro de orientação marxista e não apenas um ferrenho adversário do regime racista sul-africano como também hospeda em seu território guerrilheiros que querem derruba-lo” (VEJA, n.769 01/06/83 p. 53). Descrevendo o governo moçambicano como o oposto ao modelo sul-africano, montando uma dicotomia entre o que seria a nação ideal (África do Sul) e uma nação desprezível (Moçambique), tal ação para a revista, dada a seu significado político, fere o orgulhoso governo de minoria branca na África do Sul, porém aponta ela, que deserções para o lado inimigo não são novidades, principalmente entre vizinhos ideologicamente incompatíveis.

Contudo, o ano de 1983 termina com mais três notícias relacionadas a situação e andamento da política do *Apartheid*.

Em “África do Sul: três na forca / negros ficam detidos mesmo depois de executados” na edição 771 a revista informa os enforcamentos de Simon Mongoerane, Marcus Montaung e

⁸² Antes disso, a ação informada na notícia da edição 769 já havia sido premeditada na nota “África do Sul ameaça Moçambique” (VEJA, n.649 11/02/81 p.23) na seção radar de *Veja*.

Jerry Mosolodi julgados pelos atentados contra o governo sul africano, que provocou ondas de reprovações em todo mundo “ao atenuar os crimes cometidos pelos jovens negros, o Vaticano e dezenas de outros países que apresentaram pedidos formais de clemencia, condenaram mais uma vez o regime” (VEJA, n.771 15/06/83 p. 52). Assim, sob a ótica de criminosos por *Veja*, os pedidos pela vida dos sul africanos detidos por parte organizações e instituições internacionais são observados como tentativas de atenuar os então crimes efetuados por eles.

“África do Sul: Escora de papel / Bebê põe em xeque as leis de segregação racial” da edição 778 discutirá aspectos do *Apartheid* a partir do caso de Lize Venter, uma bebê encontrada em uma lixeira próxima a um hospital de Pretória cujos funcionários que a encontraram e estão encarregados de registra-la, não souberam discriminar sua cor, deixando vago o espaço reservado a “categoria racial”. Tal formalidade do registro de nascimento na África do Sul, como descreve a revista, se tornaram desde 1950 as poderosas escoras de papel nas quais se apoiam um dos principais pilares do *Apartheid*, assim explicando aos leitores que os nascidos na nação sul-africana recebem classificações baseados em sua ascendência, e, devido a isso, a dificuldade do registro de Lize. Descrevendo o sistema como uma “confusa salada racial do país” *Veja* minimiza a organicidade e estrutura do sistema por meios políticos, econômicos, sociais e culturais, voltados para a perpetuação do domínio branco no sul da África, comentando sobre os privilégios e infortúnios destinados aos sul-africanos conforme sua cor,

Essas marcações definem com rigor, no primeiro dia de vida do cidadão, todo o resto de sua existência: se for considerado um branco poderá votar, ter melhores empregos e pagar menos imposto de renda, entre outras regalias. Se no registro de Lize for carimbado o 01 mestiço, apesar de seus aparentes traços físicos de branca, ela já pode desistir de frequentar as melhores universidades, hospitais, cinemas ou mesmo, de usar as melhores toaletes públicas. Sua vida estará, portanto, resolvida nos mínimos detalhes pelas autoridades racistas sul africanas: ela não poderá ser adotada por pais considerados brancos, nem poderá casar-se com um deles – sob pena de ir para a cadeia por transgressão da Lei de Imortalidade, que proíbe casamento de pessoas que tenham carimbos diferentes em suas certidões de nascimento. (VEJA, n. 778 02/08/83 p. 36)

O nome John Vorster retorna na última notícia do ano sobre o *Apartheid*, onde o periódico anuncia sua morte em uma nota de maior destaque na seção “Datas” da edição 785, lembrado como “primeiro ministro da África do Sul de 1966 a 1978, simpatizante nazista ao tempo da II Guerra mundial” (VEJA, n.785 21/09/83 p.106).

3.2 “Em pé de guerra”: reorganização do *Apartheid* e a internacionalização do confronto (1984-1985)

“África do Sul: Em pé de guerra” é a primeira notícia⁸³ publicada sobre o *Apartheid* em setembro de 1984 na edição n.836 anunciando que o “governo muda constituição para nada mudar” ao informar os protestos e rebeliões que iniciaram em Shaperville e logo se alastraram para outros seis bantustões, custando uma reação policial que deixou 30 mortos e 300 feridos. Segundo *Veja*, o motivo dos protestos eram o aumento de aluguéis, entretanto, havia também por traz a implementação de um conjunto de reformas idealizado pelo presidente Pieter Botha para reforçar ainda mais os alicerces do *Apartheid*, dentre elas o assento a mestiços e descendentes indianos no Parlamento da África do Sul, ressaltando que os asiáticos e os mestiços não terão voz ativa nos destinos do país, entretanto “sua simples presença no governo, fortalece a discriminação contra negros, a maioria absoluta da população do país – 22 milhões de pessoas num total de 30 milhões de habitantes” (VEJA, n.836 12/09/84 p. 46). Descortinando as mudanças na política promovida pelo governo sul-africano com a nova constituição, vista anteriormente como oportunas (1978-1979), *Veja* continua apontando e criticando que “Aos 68 anos, Botha com suas reformas, dá uma aparência de avanço às cruéis estruturas sociais de seu país, mas o que promove no fundo, é a segregação ainda maior dos negros” (VEJA, n.836 12/09/84 p. 46). Diferente das outras narrativas lidas até o momento, a ação de violência policial para com a população não branca, não é justificada pelo periódico, mas denunciada e unida as posturas e políticas do governo de Pieter Botha.

Segundo Francisco José Pereira (1986, p.78), ao ano de 1984 representou para a África do Sul, aquele de maior escalada popular na luta política interna. Viu-se grandes ações em defesa e ampliação da liberdade sindical, elevando a força ao movimento sindical no país, mobilizações populares do boicote exitoso as eleições para as Câmaras mestiças e indianas que foram acompanhadas de diversos atos e concentrações civis, e em meio a esse conjunto de ações de massa, a bandeira comum foi a do CNA, que atuou em surpreendentes atos de sabotagem a alvos militares e econômicos.

⁸³ Além das notícias analisadas dentro deste período, também foram coletados outros materiais que citam ou falam rapidamente do *Apartheid* e/ou da África do Sul encontradas nas edições 838 26/09/84 p.38; 846 21/11/84 p.107; 878 – 03/07/85 p. 45.

No final de outubro *Veja* informa pela notícia “Nobel da Paz: O racismo condenado” que “O prêmio de 1984 vai para bispo Desmond Tutu, líder da luta contra o *Apartheid* da África do Sul” da edição de número 842. Nele o periódico realiza um histórico metuculoso da trajetória do bispo anglicano destacando as suas principais ações que o fizeram receber o prêmio,

Um negro conhecido internacionalmente, respeitado e admirado, o bispo Tutu é um feroz adversário do *apartheid* [...] Uma das vozes mais potentes do nacionalismo negro africano [...] O bispo Tutu prega a quase dez anos sua mensagem de luta não violenta contra o *apartheid* [...] Mesmo discordando dos métodos dos negros em rebelião, Tutu lhes deu total apoio, as vezes arriscando-se a receber em seu próprio corpo os golpes da polícia, para proteger outras pessoas [...] Suas atitudes, segundo suas próprias explicações, são gestos mais religioso do que políticos. (VEJA, n.842 24/10/84 p. 46-47)

A revista aponta que escolha de Tutu revela um comunicado e uma intenção política por parte do comitê de cinco membros que o elegeu, angariada do desejo de chamar a atenção para a luta não violenta pela liberdade dos milhões de sul africanos que sofrem com a política racista do *Apartheid*, referindo-se assim, a causa *antiapartheid*. Diferentemente, portanto, dos últimos anos, em que a concessão do Prêmio da Paz esteve ligada a pessoas direcionadas a um certo tipo de causa, geralmente apartidária, pacífica e ligada aos direitos humanos.

O periódico ainda lembra que é a segunda vez que o Nobel da Paz foi concedido a um nacionalista africano, em que a primeira ocorreu em 1960 a Albert Luthuli, ex-presidente da organização do Congresso Nacional Africano, entretanto desta vez, a premiação a Tutu conforme narra *Veja*, estourou como uma bomba sobre a esperança do governo sul africano e seu desejo de ter uma boa imagem sobre a comunidade internacional, alimentada pelo descontentamento da maioria não branca no país em torno de suas últimas manobras na política sul africana, recordando a inédita abertura ao parlamento a um pequeno grupo de mestiços e descendentes de indianos e os acordos com os vizinhos Moçambique e Angola.

O artigo traz a imagem do vencedor do Prêmio Nobel acompanhada pela legenda “Bispo Tutu: um prêmio como reconhecimento da resistência” (VEJA, n.842 24/10/84 p. 46-47) e também um quadro com destaque a algumas falas mais feroz do bispo descrito como “um pregador que sabe cativar as suas plateias”, onde *Veja* seleciona frases mais provocativas atreladas a um lado menos pacífico de Tutu.

“Reconciliação não quer dizer paz, paz, paz, onde não existe paz. Não se pode reconciliar com quem pisa em nós. É preciso nos levantarmos primeiro” / “Nunca direi a ninguém para pegar em armas. Mas rezarei pelo homem que o fizer, rezarei para que seja o menos cruel possível, porque ele é um membro da comunidade” / “Farei tudo que puder para destruir este sistema diabólico, custe o que custar, ninguém me deterá” (VEJA, n.842 24/10/84 p. 47).

Tutu percorrerá ainda em diversos momentos da revista *Veja*, que se lançará na publicação de notícias sobre o *Apartheid* e seu escopo na comunidade internacional, que vem tomando mais corpo e visibilidade neste período. A discussão sobre o bispo premiado com o Nobel da Paz continuará com mais vigor nas notícias publicadas nas edições de número 850, 851 e 858, respectivamente “África do Sul: maré de protestos - a luta contra o *apartheid* ganha força e aliados” e “Padres e Política” ambas em dezembro de 1984 e “África do Sul: Nobel da briga - o bispo Tutu exige o fim do *apartheid*” em fevereiro de 1985.

Na primeira, o bispo é colocado por *Veja* como símbolo da luta *antiapartheid* sul africana e comenta que o Premio Nobel é uma “homenagem e reforço” a sua luta antirracista, que vem recebendo impulso de um poderoso aliado movimento surgido nos Estados Unidos envolvendo uma gama de pessoas e organizações a causa do antissegregacionismo da África do Sul. O periódico descreve a crescente repercussão que o movimento que tem realizado manifestações de embaixadas e consulados da África do Sul nos Estados Unidos e que vem se preparando para ampliar-se em outros países e frentes concluindo que “o religioso sul africano parece disposto a fazer o maior uso político de prêmio” (VEJA, n.850 19/12/84 p. 57). A segunda refere-se apenas uma nota na retrospectiva do ano de 1984 cujo pequeno paragrafo sobre o Prêmio Nobel a Tutu a revista salienta que “deu novo alento a luta *antiapartheid*” (VEJA, n.851 26/12/84 p. 85).

Lembramos conforme aponta Pablo de Rezende Braga que o ativismo do movimento negro da diáspora foi também significativo, bem como o das forças *antiapartheid* na Europa e nos Estados Unidos, regiões cujos governos eram sustentáculos do regime do *Apartheid*, haja vista a lógica geopolítica da Guerra Fria. “O movimento negro nos EUA, especialmente, e suas diversas organizações civis tiveram papel de destaque na consolidação do ativismo internacional como uma estratégia de combate ao regime segregacionista na África do Sul” (BRAGA, 2011, p. 24).

Na terceira notícia que envolve Tutu e o Prêmio Nobel *Veja* discorre sobre o discurso do bispo em sua cerimônia de entronização como bispo de Johannesburgo cujos presentes

contavam com diplomatas ocidentais e prelados anglicanos europeus e americanos. Tutu segundo ela, fez um duro sermão de 60 minutos, atacando de modo decidido o sistema de segregação racial sul africano e fez uma ameaça singular dando o prazo de dois anos ao governo para acabar definitivamente com a política do *Apartheid*, e se caso até o final deste prazo o sistema de discriminação não mudar, ele pedirá aos países estrangeiros novas e mais duras sanções econômicas contra a África do Sul.

A partir de abril de 1985 as notícias sobre o *Apartheid* em *Veja* estarão concentradas no movimento e luta para a liquidação da política segregacionista no país acompanhando de seu alastramento internacional nas diferentes esferas e países.

“*Apartheid*: crua intolerância - racistas e antirracistas boicotam músicos” publicada na edição número 865 discorrerá sobre a proibição da reprodução das músicas do cantor afro norte americano Stevie Wonder pelo governo de Pretória, que na cerimônia do Oscar em Hollywood ao receber o troféu pela melhor canção, o cantor dedicou o prêmio ao sul africano Nelson Mandela que está preso há 22 anos por suas atividades ligadas a luta *antiapartheid*. Ao narrar este fato, *Veja* discorre examinando,

A intolerância da África do Sul só encontra paralelo na do Comitê especial na ONU contra o *apartheid*, órgão da Unesco dominado por países comunistas e do Terceiro Mundo, que na impossibilidade de fazer qualquer coisa eficaz contra o racismo resolveu elaborar uma lista negra de cantores e atores que atuaram na África do Sul (VEJA, n.865 03/04/85 p. 47).

E finaliza apontando que a questão sul africana - que só no último ano fez 200 mortos vítimas da repressão - está sendo observada com atenção redobrada, salientando em exemplo que um dos maiores bancos dos Estados Unidos Morgan Guaranty Trust Co, aderiu ao boicote de um grupo de empresas multinacionais contra o *Apartheid* e anunciou que não fará mais empréstimos a África do Sul enquanto o regime não se altere. Criticando exacerbadamente a ONU e culpando igualmente os países membros por sua suposta ineficácia política com relação a África do Sul, a revista expressa como ideal de postura a estadunidense, não citando, entretanto, que os Estados Unidos davam continuidade à sua política de diálogo com o governo sul-africano.

Em outra publicação, a prisão de Amy Carter, filha do ex-presidente norte-americano Jimmy Carter, por ter participado de uma manifestação em Washington contra a segregação racial na África do Sul, foi citada brevemente em uma nota na sessão Gente da edição de 866.

Ainda em abril através da notícia na edição 868 “África do Sul: barreira caída” o periódico informe que “brancos e negros já podem se casar em si” narrando sobre a abolição por parte do presidente Botha da Lei da Imoralidade, que proíbe relações sexuais entre pessoas de raças diferentes e da Lei de Proibição de Casamentos Inter-raciais. Embora eliminará um problema de desgaste para o governo sul africano, será difícil como narra a revista, conciliar a liberalização das uniões mistas com os demais regulamentos do *Apartheid*, por exemplo aonde irão morar e em que hospitais se tratarão, preocupação esta que não foi levantada pelo presidente, que avisou que irá preservar a todo custo os direitos de identidade de cada grupo, ou seja, os privilégios constitucionalizados da minoria branca, onde *Veja* lança a preocupação “Mesmo com tão pouca disposição para mudanças efetivas, porém, o governo da África do Sul já não pode mais ignorar o avalanche de protestos contra o *apartheid* dentro e fora do país” (VEJA, n.868 24/04/85 p. 50).

No final de julho, a revista *Veja* publica o artigo intitulado “África do Sul: Tratamento de choque” de duas páginas, na seção internacional da edição de número 882 anunciando que “medidas de emergência causam mortes e prisões e aumentam a repulsa mundial contra o *apartheid*”. Contextualizando as mudanças implantadas através da nova constituição em que “na verdade, um conjunto de reformas cosméticas com os quais pretendia, de uma penada só, aplacar as críticas mundiais ao regime racista da África do Sul, e no plano interno, garantir a manutenção do sistema de *apartheid*” (VEJA, n.882 31/07/85 p. 48), *Veja* relata que este projeto de reformas engrenado por Botha, provocou uma onda incontrolável de confrontos, resultando em dezenas de mortos onde alcançou seu ponto mais agudo. O presidente apelou ao tratamento de choque, anunciando que o país estava em estado de emergência e implementando um conjunto de medidas repressivas do qual o governo não recorria a 25 anos, tal ação discorre o periódico, preocupado com a imagem sul africana, resultou numa “barragem mundial praticamente unanime de condenação ao seu regime” (VEJA, n.882 31/07/85 p. 48).

Bispo Desmond Tutu é citado pelo periódico enquanto “a voz mais enfática contra as medidas baixadas pelo governo sul africano” (VEJA, n.882 31/07/85 p. 49) onde discute também as críticas do anglicano com relação a postura dos Estados Unidos e sua política de “engajamento construtivo” em relação a África do Sul, baseada na ideia de que pressões diplomáticas e um bom relacionamento com o governo conseguirão muito mais do que condenações públicas e sanções econômicas, no esforço internacional pelo fim do *Apartheid*.

Descrevendo dois casos em que o bispo impediu pessoalmente o linchamento por parte de grupos não brancos contra os sujeitos colaboradores da polícia e do governo de Pretoria a revista elabora uma ênfase na luta não violenta pregada Tutu com relação ao *Apartheid*.

A notícia do mês seguinte “África do Sul: a luta das palavras” publicada na edição n. 885 destaca que “um discurso do presidente do país frustra a maioria negra mas não afasta as esperanças americanas” ao relatar a repercussão interna e na esfera externa do discurso de Pieter Botha em Durban, num congresso do Partido Nacional. A revista frisa que “o discurso de Botha não fizera mais do que aprofundar o já explosivo quadro sul africano e consolidar cada parte em sua respectiva posição” (VEJA, n.885 21/08/85 p. 41), e cita uma fala do descontentamento do bispo Desmond Tutu que diz que a partir de agora as chances de uma mudança pacífica na África do Sul são quase nulas, mesmo tom segundo *Veja*, de outros líderes sul africanos *antiapartheid* e igualmente da comunidade internacional onde registraram-se reações de anúncio de imediatas sanções econômicas ao governo de Pretoria.

Segundo o periódico, o discurso foi muito esperado devido ao conteúdo oriundo do encontro em Viena entre Botha e o conselheiro de assuntos de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Robert McFarlane, disperso pela imprensa norte americana, sobre possíveis mudanças no *Apartheid* com a possibilidade da construção de uma nova constituição, incluídos líderes não brancos da luta *antiapartheid*. Assim, toda expectativa que se criou em torno do discurso de Botha foi frustrada como narra *Veja*, pois o presidente da África do Sul não anunciou plano algum, nem tocou no assunto sobre a libertação de Mandela como foi esperado.

No mesmo artigo ainda *Veja* traz numa pequena nota intitulada “Sarney se irrita e ordena um pito no embaixador” contando o descontentamento do presidente brasileiro José Sarney com relação as declarações do embaixador sul africano Alexandre Van Syl, sobre a posição brasileira contra a política do *Apartheid*, ordenando uma reunião entre o diplomata e o embaixador do Itamaraty Paulo Tarso Flecha de Lima. Junto a nota, o periódico traz uma imagem de uma manifestação por parte de militantes do movimento negro com a legenda “Em Brasília: apelo ao rompimento”, cuja fotografia traz um manifestante com o escrito em cartaz “Reagan, tire sua Botha suja da África do Sul / PT – Comissão do negro” (VEJA, n.885 21/08/85 p. 42). Configura-se assim como o primeiro espaço trazendo a perspectiva da união com relação a questão do *Apartheid* nesse contexto, entretanto, tal posição não condiz com a

forma com que o país mantém suas relações econômicas com os sul africanos, tal como denuncia a revista

O presidente gosta de proclamar-se um “veterano na luta contra o *apartheid*”, tanto que sem que fosse solicitado, mencionou a questão durante a entrevista coletiva que concedeu no Uruguai. Sarney contou que, em 1961, como delegado do Brasil na ONU, pronunciou um violento discurso contra o *apartheid*, na Comissão de Política Social. Quinta feira, a posição do governo ganhou o ruidoso apoio de cerca de 300 manifestantes, que se reuniram diante da Embaixada da África do Sul, em Brasília, exigindo, além de sanções, o rompimento de relações. Esse passo, por enquanto, parece fora das cogitações do Itamaraty. “As relações com a África do Sul estão difíceis, mas formalmente preservadas”, disse o embaixador Flecha de Lima (VEJA, n.885 21/08/85 p. 40-42).

Como retratou José Maria Nunes Pereira (1987, p.32) a segregação racial institucionalizada, somada as agressões e invasões sul africanas a países vizinhos – que comungam com o povo brasileiro matriz histórico-cultural e a mesma língua, como é o caso de Angola e Moçambique, transformam o conflito da África Austral em importante questão doméstica do Brasil em meados dos anos 1980, em que, ademais condenações governamentais e manifestações populares contra o *Apartheid*, as relações diplomáticas, financeiras (em especial, os investimentos sul-africanos no Brasil) e comerciais entre Pretória e Brasília vem sendo cada vez mais questionadas por dirigentes, bem como amplo setores da opinião pública brasileira. *Veja* é um destes veículos, que no curso da internacionalização da luta *antiapartheid* passará a criticar de forma mais aguda o sistema racial sul africano.

Na notícia publicada no mês seguinte “África do Sul: Frente a frente” na edição n.888 o periódico anuncia que “conflito racial chega aos bairros brancos” relatando a invasão no bairro de Windsor Park, na Cidade do Cabo, por parte de “um bando de 100 jovens negros e mulatos. Munidos de pedras e bombas incendiárias e improvisadas, eles incendiaram as residências dos brancos, que reagiram a balas” (VEJA, n.888 11/09/85 p. 56). *Veja* narra que junto a expansão da violência para os bairros brancos, os últimos dias também registraram sinais de abalo para a “próspera e inabalável economia do *apartheid*” com o fechamento durante três dias do mercado de cambio e da Bolsa de Valores e intervenção direta do Banco Central para tentar deter a queda do rand, a moeda nacional, já abalada por um contínuo processo de fuga de capitais, somada a dívida externa de 22 milhões de dólares cujo governo anunciou o congelamento de pagamento até dezembro, o que pode retrair ainda mais os investidores e europeus e americanos. A revista traz a fala do governador do Banco Central da

África do Sul Gerhard de Kock como possível solução para o enfretamento e manutenção da economia, um dos principais privilégios dos brancos sul africanos “As perspectivas econômicas só vão melhorar se o país encontrar a solução para seus problemas políticos” (VEJA, n.888 11/09/85 p. 56) motivando alguma possibilidade de ação eficaz do governo da África do Sul.

“África do Sul: Cadeia de pressões” publicada na edição da semana seguinte confirma a especulação da notícia anterior sobre as dificuldades econômicas enfrentadas pela África do Sul “A pressão vai aumentar nos próximos dias: o congresso americano deve votar nesta semana um pacote se sanções contra o país do *apartheid*” (VEJA, n.888 11/09/85 p. 56) destacando que “Desafiado pelo Congresso, Reagan reformula sua política e adota sanções contra o *apartheid*” (VEJA, n.889 18/09/85 p. 60). O artigo discute sobre a mudança de rumo do presidente dos estados unidos Ronald Reagan com o abandono de sua “política de engajamento construtivo” como forma de pressionar o governo sul africano a reformar sua política de discriminação racial “Para driblar o Congresso, prestes a votar num projeto de lei com restrições mais drásticas ao intercambio de Pretória, Reagan foi a TV anunciar seu pacote de sanções contra o regime racista da África do Sul ” (VEJA, n.889 18/09/85 p. 60).

A revista discute que, na prática, o anúncio de Reagan, tratou-se mais de uma formalização de restrições já existentes, como por exemplo a proibição de exportação de tecnologia nuclear ao governo sul-africano, que desde o governo Jimmy Carter as vendas estão praticamente paralisadas. Contudo, a guinada norte-americana teve um peso político importante, abrindo um precedente seguido por nove dos dez países da Comunidade Econômica Europeia que também adotaram sanções contra a África do Sul. No plano interno, *Veja* narra que o presidente da nação do *Apartheid* Pieter Botha acusou Reagan de golpe qualificando as sanções do presidente dos Estados Unidos como uma tática de guerra em que nada resolverá os problemas sul africanos, entretanto segundo a revista, o mesmo anunciou em seguida uma primeira reforma com a disposição do governo em restituir a cidadania dos 23 milhões de não brancos confiscada em 1976 com a criação dos bantustões, os “países independentes”.

Junto a notícia da sanção estadunidense, Botha conforme narra *Veja*, enfrentou outra má notícia. A reunião de sete importantes industriais sul africanos com representantes do Congresso Nacional Africano “a mais importante organização nacionalista negra do país, que tem entre seus fundadores Nelson Mandela, o símbolo do movimento *antiapartheid* na África

do Sul” (VEJA, n.889 18/09/85 p. 61) contrariando a política oficial de não negociar com a oposição de Pretória. O líder sul-africano ganha um pequeno espaço no artigo intitulado “Preso, Mandela inspira a luta dos negros” onde o periódico relatando a visita familiar concedida ao militante por exceção, dada devido ao seu estado de saúde, comunicado ilegalmente dentro do país e fora pela imprensa estrangeira, resalta as peculiaridades da luta que inspira e fracassa os esforços do governo para torna-lo invisível.

Aos 67 anos, afastado de tudo e de todos (sua última fotografia é de 1966), Mandela continua a ser o poderoso e praticamente **único elemento aglutinador da fragmentada comunidade negra sul africana, em sua luta contra o regime**⁸⁴ de minoria branca. [...] Ele nunca aceitou, porem as ofertas de liberdade condicional do governo. A última delas, feita no começo deste ano, com a condição de que ele abdicasse da luta armada e se instalasse no Transkei – um “Estado negro independente” que só o governo branco reconhece – foi rejeitada na época por meio de uma carta lida pela filha mais nova, Zinzi, de 23 anos. “Não posso e não farei nenhuma concessão num momento em que eu e meu povo não somos livres. A sua liberdade e a minha não podem vir separadas”, escreveu Mandela. (VEJA, n.889 18/09/85 p. 61 – grifo nosso)

A última aparição de notícias dentro desse período sobre o *Apartheid* da África do Sul no periódico localiza-se na edição de número 894 publicada em outubro de 1985 com “África do Sul: Morte na força” onde anuncia que “governo ignora apelos e executa rebelde” relatando a execução Benjamin Moloise, integrante do CNA. Enforcado na Prisão central de Pretória, ele foi condenado pelo assassinado do policial Phillipus Selepe em 1982, tal ação do governo como comenta a revista, gerou repercussão tanto interna quanto externa na comunidade internacional, “mais um mártir a oposição negra para se juntar a longa lista dos que já enfrentam as suas faixas e cartazes na luta contra a política governamental do *apartheid*” (VEJA, n.894 23/10/85 p. 58).

Logo depois da execução segundo *Veja*, o protesto liderado por Winnie Mandela do lado de fora da prisão tornou-se violento e não tardou para que as ruas de Pretória fossem

⁸⁴ Entre os anos de 1990 a 1994, Nelson Mandela esteve presente em diversas reportagens nas páginas da revista *Veja*, que entendeu e noticiou de diferentes formas sua atuação na luta *antiapartheid* na África do Sul. No decorrer deste período, Mandela ganhou duas capas no periódico, em 1991 e 1994, ambas unindo em legenda o homem à sua nação, entrelaçando memórias e compartilhando significados. Todavia, *Veja* apresenta a luta contra o racismo na África do Sul personificado em apenas um personagem, que aparece como um político importante não apenas para seus iguais, mas para todo o país. A construção do herói e do líder tornou-se fundamental na medida em que afloraram as discussões sobre o futuro da nação sul-africana e a pressão internacional contra o fim do regime do *Apartheid* ganhou força. Ver mais em: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; SILVA, Cristiane Mare da; PACHECO, Ana Júlia. Nelson Mandela e a luta antiapartheid nas páginas da revista *Veja* (1990-1994). In: LOHN, Reinaldo (Ogr). **História das bancas de revista**. Um país impresso: entre representações sociais e cultura políticas. Editora Todapalvra, 2016.

tomadas pelos choques entre manifestantes e policiais, uma rotina para o periódico, dentro ciclo crônico de violência que já deixou em pouco mais de um ano, mais de 750 mortos no país. A revista enfatiza que a notícia do enforcamento de Moloise também gerou telegramas de protestos de vários países, e estados nórdicos como a Noruega, Finlândia, Islândia, Dinamarca e Suécia anunciaram um novo pacote de sanções econômicas contra África do Sul.

3.3 “Eles mesmos provocaram”: O que dizem os leitores de VEJA?

Prática discursiva que articula muitos sujeitos, o campo complexo do jornalismo e do meio impresso, envolve quem a produz, o jornalista, e quem a consome, o leitor. É fundamental compreender que a prática jornalística e seu produto final, a narrativa impressa em revistas e jornais, ocupa um lugar de enunciação a partir do qual está autorizado a tratar dos fatos cotidianos da sociedade, onde “os sentidos que ele deseja construir só têm alguma chance de se concretizarem se o leitor reconhecer a legitimidade e a singularidade daquele lugar de enunciação” (BENETTI; HAGEN, 2010, p. 124).

Do mesmo modo, como apontou Vanderlei Souza Carvalho (2004, p. 8-9) a veiculação de ideologias na atividade jornalista pode ser determinada pelas várias formas de fragmentação dos processos sociais e dos acontecimentos, tais como: a personalização que aborda os eventos sob a ótica de indivíduos particulares, seus feitos e suas desventuras, construindo ou retirando dos acontecimentos sua relação histórica mais ampla; o uso de formas linguísticas, como o tom oficial, o argumento de autoridade, ou mesmo o emprego de conceitos antagônicos (liberdade-totalitarismo, democracia-ditadura, atraso-modernidade) objetivando tornar evidente e inquestionável uma visão dos acontecimentos. E não menos importante, a seleção dos fatos que devem se tornar notícias é um outro elemento importante na atividade jornalística, pela qual o jornalista extrai da realidade o que interessa aos seus leitores, concede destaques ou mesmo omissões, segundo seus valores e interesses, ou de seus leitores. Nesse sentido, podemos considerar que o público leitor, consumidor e, portanto, comprador dos veículos de informação, também norteiam as escolhas temáticas destes.

Vejamos assim, através da sessão “Cartas”⁸⁵ o que nos dizem os leitores da Revista *Veja*, apontados por estudiosos⁸⁶ e pelo próprio periódico⁸⁷ como pertencentes a classe média

⁸⁵ Sessão da Revista *Veja* destinada a publicação de cartas dos seus leitores.

⁸⁶ Juvenal de Carvalho (2002), Daniella Villalta (2002). Vanderlei de Souza Carvalho (2004).

brasileira. Quais suas opiniões e impressões com relação ao cotidiano da política do *Apartheid* na África do Sul, noticiado nas páginas de *Veja* por meio da publicação dos materiais selecionados e discutidos nos capítulos anteriores.

Do primeiro período discutido no item 2.1 (1969-1974) que cobre assuntos relacionados aos efeitos do *Apartheid* na população sul africana não branca, e o papel econômico e político da África do Sul manuseado pelo governo, há apenas uma carta registrada em abril de 1974. Nela, intitulada “Racismo” pelo periódico, o leitor parabeniza o periódico pela publicação da entrevista com o tenista afro norte americano Arthur Ashe (VEJA n.290) e relata que a posição de Ashe com relação a África do Sul é a mais sensata “Nada deve ser imposto com violência” (VEJA, n.293 17/04/74 p. 9), em diálogo com o discurso que vinha sendo abordado por *Veja* de não rompermos relações com o governo sul africano e sua potencialidade econômica e financeira sustentada pelo racismo institucionalizado. Uma comparação com o Brasil também é cutucada pelo leitor, com relação a situação da população negra no país que não está sob um regime *Apartheid* por lei, porém vivencia as infâmias do racismo diariamente, como denunciado pelo leitor que diz que o negro brasileiro conhece as regras e orientações levantadas pelo tenista, entretanto “O que se conseguiu até hoje foi a tolerância de nossos arianos acabocados: negros para o futebol e negras para a cozinha” (VEJA, n.293 17/04/74 p. 9).

Do segundo recorte 2.2 (1976-1977) que discutimos os movimentos da luta antirracista sul africana marcadas pelo Levante de Soweto e assassinato de Steve Biko localizamos duas cartas sobre o assunto. A primeira denominada “África do Sul” publicada em junho de 1976 o leitor expõe sua satisfação diante de algumas concessões do governo de Pretória relacionadas a situação trabalhista dos não brancos sul africanos “Gostei de saber, em VEJA n.404, que negro já pode manejar computador, bem como exercer a gerencia de supermercado na África do Sul” (VEJA, n.411 21/07/76 p. 12) e elogia a Igreja Católica que discutirá abrir suas 192 escolas primárias e secundárias para todos os sul africanos, acompanhando e

⁸⁷ Apresentando um quadro bastante genérico sobre os leitores, cujas informações são fornecidas pelas próprias empresas em 2007, Marcia Benetti e Sean Hagen informam que 73% dos leitores de *Veja* pertencem a classe A e B. Ver mais em BENETTI, Maria; HAGEN, Sean. Jornalismo e imagem de si: O discurso institucional das revistas semanais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Ano VII Nº 1, Janeiro a Junho, 2010. Por outro lado, Daniella Villalta (2002, p.11) também aponta que na década de 1970 a publicação da Revista *Veja* foi se aperfeiçoando, ganhando força e garantindo espaço permanente nas bancas de jornais e na preferência da classe média brasileira, que a elegeu como o arauto da intelectualidade no país.

respaldando as coberturas de *Veja* sobre esse momento violento da trajetória antirracista da África do Sul, narrado como problemático para imagem e própria estrutura do governo de Pretoria. Já na segunda carta intitulada “Sul da África” o leitor de *Veja* aponta ser natural falar sobre os Smiths⁸⁸ e *apartheids*, referindo-se à situação sul-africana e rodesiana diante do poder concentrado em minoria branca, contudo, ele diz que há muita coisa por traz do jogo político entre os dois países sul africanos e assim “seria importante sabermos até onde o “Polítburo” e a “Troika” pretendem chegar” (VEJA, n.422 06/10/76 p. 10).

No item 2.3 do terceiro recorte trabalhado (1978-1979) acerca dos rearranjos políticos para manutenção do *apartheid*, temos uma carta na edição do mês de janeiro do ano de 1978 que pela primeira vez, confronta o periódico e sua narrativa localizada na matéria “África do Sul: Mais 100 Bikos?” (n.473) apontando que Vorster pretende construir uma nova constituição com o objetivo de permitir a maioria da população o aumento de sua participação política na África do Sul.

“Se me permite gostaria de perguntar: gostaria de perguntar que tipo de participação política tem caracterizado aqueles grupos? O termo “aumento de participação” implica a suposição de que os negros e demais etnias já participaram da vida política daquele rico país africano, o que é uma inverdade gritante” (VEJA, n.489 18/01/78 p. 12)

No quarto período pleiteado no item 3.1 (1980-1983) encontramos três cartas, sob o título “África do Sul”. A primeira, em junho de 1980, trata-se de um retorno do próprio embaixador da África do Sul no Brasil Johann Frederick Pretorius com relação ao artigo “Sangue nos Guetos” (n.616) publicado por *Veja*, onde ele confronta os dados da revista dizendo que esta apresenta os números de mortos e feridos quatro vezes superior à realidade, “Recentemente, providenciei um visto ao editor assistente Gabriel Manzano Filho para que visse por si mesmo que não somos racistas sanguinários” (VEJA, n.619 16/07/80 p. 6). A carta do embaixador foi respondida pelo editor da revista, dizendo que os números publicados foram registrados pela imprensa europeia e americana, além de agências internacionais de notícias. O editor também afirmou que o artigo não foi escrito por Filho e que ao contrário do que sustenta o embaixador, este não obteve visto para a África do Sul.

Nesse contexto, Pio Penna Filho evidencia que na tendência de contramão a redução das relações bilaterais apresentadas pelo Brasil, a embaixada sul-africana em Brasília, ciente

⁸⁸ Referência a Ian Douglas Smith, primeiro-ministro da colônia britânica da Rodésia do Sul entre 1964 e 1965 e primeiro-ministro da Rodésia, já independente, de 1965 até 1979.

de que no plano oficial nada conseguiria, passou a atuar de maneira independente, efetuando contatos diretos com governos estaduais e empresas privadas interessadas em fazer comércio ou obter cooperação técnica com os sul africanos. Junto a essa atividade, o autor ressalta, a embaixada também exerceu intensamente nos anos de distanciamento oficial, a prática frequente de contatos com a imprensa brasileira, onde diplomatas sul africanos, e até mesmo, o próprio embaixador “esforçavam-se por responder a eventuais críticas contra o regime do *Apartheid* ou a estimular a propaganda oficial do seu país, inclusive convidando jornalistas brasileiros para visitas a África do Sul” (PENNA FILHO, 2013, p. 128-129).

Ressaltamos também que a presença da publicação de cartas escritas por deputados, prefeitos, embaixadores, atores, cantores, entre outros é recorrente na sessão “Cartas” da revista, revelando a camada social do país que lê o periódico.

Na segunda carta desse período, o leitor saúda a família de Nelson Mandela e a luta *antiapartheid* sul-africana “Bem-aventuradas as vítimas de ignominioso martírio, condenadas pelo crime de serem negras em um lugar onde a negritude é uma ofensa política. Bem-aventuradas suas vozes de pranto e revolta” (VEJA, n.777 27/07/83 p. 10) e na terceira um leitor lamenta a situação violenta sofrida pela maioria da população “Impressionante e deprimente a forma com que o governo de minoria branca da África do Sul subjuga, humilha e massacra seus irmãos sul africanos” (VEJA, n.781 24/08/83 p. 8). Ambas as cartas conversam assim com a postura crítica ao *Apartheid* suscitada pela revista *Veja* em meados de 1980, onde concentram-se em apenas cinco anos o maior número de cartas de leitores relacionadas ao *Apartheid* na África do Sul, ao contrário da década anterior onde foram pouquíssimas as cartas que tocaram no assunto.

Por fim no último recorte (1984-1985) que discute a internacionalização da luta *antiapartheid* localizado no item 3.2 temos o maior número de cartas publicadas sobre o assunto, fato em paralelo com a crescente visibilidade da política do *Apartheid* e seu manejo pelo governo de Pretória no cenário internacional, com as crescentes sanções tomadas por outros países com relação a África do Sul e as manifestações contra o racismo institucionalizado sul africano em várias partes do mundo, em especial no Estados Unidos dada a visibilidade a esta última por parte de *Veja*.

A primeira, intitulada “Racismo”, encontra-se publicada em novembro de 1984, cujo leitor diz não conhecer o trabalho do bispo sul africano Desmond Tutu, mas pensa que os

sacerdotes deveriam dedicar-se a evangelização e não a política⁸⁹. Em seguida, elaborando uma relação com o Brasil, o mesmo afirma que “Soweto não é um gueto horrível” apontando que nele há condições de moradia que fariam os “favelados brasileiros trocarem a favela pelo gueto” (VEJA, n.847 28/11/84 p. 12) e que os sul africanos não brancos possuem a renda per capita superior à de qualquer país africano, possuindo mais bens que o restante da África. Sob este olhar, o leitor opina que a situação dos 25 milhões de sul africanos que vivem sob a política do *Apartheid* não seria tão ruim assim quanto buscou demonstrar a revista através seus artigos e notícias sobre os conflitos na África do Sul. Por outro lado, o leitor afirmando que o racismo existe e novamente relacionando com o Brasil, questiona em sua carta “onde não existe o racismo? Quantos senadores e deputados negros tem no Brasil? A imprensa brasileira é tendenciosa em relação a assuntos africanos”. (VEJA, n.847 28/11/84 p. 12)

Sob o título “África do Sul” as demais nove cartas publicadas em seis edições de *Veja* compõe diferentes opiniões de seus leitores acerca da situação sul africana no ano de 1985.

A carta publicada na primeira edição do ano dispõe a admiração do leitor com relação a participação dos filhos do falecido senador Robert Kenedy e pastor Martin Luther King na organização Transafrika no protesto nacional contra a política do *Apartheid* da África do Sul⁹⁰. Em agosto, três cartas da mesma edição, mostram opiniões de perplexidade sobre o tratamento violento com o governo sul africano tem lidado no país e na população não branca “Sei que devemos respeitar a autonomia de um país, mas não podemos deixar de sensibilizar-nos com o caso de uma nação que declara guerra a seus próprios habitantes” (VEJA, n.884 14/08/85 p. 13), na carta seguinte o leitor expõe “Nossa esperança é que, com algumas sanções econômicas e pressões internacionais, o governo sul africano desista da violência e procure uma solução pacífica e segura” (VEJA, n.884 14/08/85 p. 13). A sugestão exposta nesta última carta retoma narrativas exploradas pela revista em torno da intervenção estrangeira como solução aos problemas da África do Sul.

A terceira carta desta edição divide a mesma opinião de estranhamento de outra carta do leitor acerca da divergência da edição n.882 que dentro suas páginas publica a matéria “África do Sul: Tratamento de choque” expondo a postura violenta do governo e também uma propaganda turística do país.

⁸⁹ Referindo-se a matéria “Nobel da Paz: O racismo condenado” (VEJA, n.842 24/10/84).

⁹⁰ Noticiado no artigo “África do Sul: maré de protestos - a luta contra o *Apartheid* ganha força e aliados” (n. 850)

É interessante ler uma reportagem sobre os crimes que um governo comete oficialmente contra seu povo e, na mesma revista, ler uma propaganda turística convidando as pessoas a visitar “um mundo novo e fascinante... um país desenvolvido e civilizado... de charme e encanto” (VEJA, n.886 28/08/85 p. 23)

Nas últimas cartas que se seguem, percorrem entre a solidariedade dos leitores com relação a situação da população não branca sul africana - tratamento este também visível nas notícias de *Veja* durante a primeira metade de 1980 - e interpretações diferentes sobre a qualidade de vida destes diante do manto político racista que os cobrem.

A carta da edição de setembro o leitor compartilha da opinião já expressa anteriormente sobre a vida dos sujeitos não brancos sul africanos comparadas com as demais africanas. “[...] o negro naquele país, tem muito melhores condições que em seus vizinhos ditos socialistas” (VEJA, n.888 11/09/85 p. 11), apontando que o capitalismo da África do Sul sustentado pela política do *Apartheid* tem possibilidade melhores condições que a de países como Namíbia, Angola, Moçambique de regime socialista. O mesmo leitor direciona a culpabilidade em relação a violência exercida pelo governo de Pretória aos que são vítimas dela “Nem poderia deixar de observar que os negros mortos foram vítimas inevitável repressão contra distúrbios que eles mesmos provocaram” (VEJA, n.888 11/09/85 p. 11), associando ainda a explicação “negros contra negros” adotada em diversos momentos pela revista para narrar os conflitos entre os próprios sul africanos.

Em duas edições dois leitores expressam sua indignação com relação ao *Apartheid*, “É inacreditável que em pleno final do século XX a discriminação de cor e raça vigore de forma tão cruel e abominável como na política de *apartheid* da África do Sul” (VEJA n.898 20/11/85 p.11), “Na África do Sul, estamos presenciando a deterioração e a degradação da raça humana através do regime separatista. O *Apartheid* nada mais é do que a opressão econômica e social de um povo [...]” (VEJA n.899 27/11/85 p. 18). Nesta última, a mesma edição traz uma segunda carta cujo leitor explica expondo seu ponto de vista, que o problema central sul africano não é o de segregação racial, mas o das diferenças ideológicas, onde o governo vem se levantando contra a ameaça comunista em que “os meios de divulgação em sua quase totalidade, limitam-se a divulgar o apoio “vermelho” que a Frente Democrática Unida recebe para derrubar, com a foice e o martelo, o regime de Pretória” (VEJA n.899 27/11/85 p. 18). Tal opinião, exerce respaldo e legitima as ações sul africanas com relação aos seus vizinhos da África Austral, e ao mesmo tempo transfere o foco da política do *Apartheid*,

que está sendo amplamente discutido nos fóruns internacionais, para as questões relacionadas dos blocos em disputa da Guerra Fria.

As cartas publicadas pelo periódico *Veja* demonstram, tal como quaisquer notícias impressas em suas páginas, que não se encontram ali ao acaso, mas foram selecionadas a partir de uma política editorial e institucional adotada. As opiniões, portanto, foram escolhidas para compor aquele espaço e seguem em sua grande maioria, conforme observamos, o cunho de concordâncias das opiniões e posições políticas nas narrativas apresentadas sobre o *Apartheid*, acompanhando e amparando, portanto ao que é noticiado sobre a África do Sul. São retornos favoráveis e poucas vezes contrários e críticos as matérias, artigos e notícias que a revista publica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos de Victor Civita não estavam restritos à formação do maior império gráfico da América Latina, iam além disso, pois para sustentar esse investimento era preciso ampliar o mercado leitor brasileiro. Essa empreitada incluía “trabalhar duro para exercer um papel renovador, não somente no panorama editorial, mas também e, sobretudo, **na formação de novas atitudes, influenciando hábitos da nação, aguçando curiosidade, avivando seus interesses, aprofundando sua cultura e lhe dando verdadeira dimensão do seu papel no mundo**”. Nas palavras de Victor Civita: “Eu tinha convicção absoluta de que tudo iria dar certo. O Brasil era um país muito grande que não estava lendo. Havia um universo a ser explorado. O que eu precisava era de idéias. Pelo menos duas boas idéias por dia. E sempre viria a tê-las...” (CARNEIRO apud VILLALTA, 1986 p.14 – grifo nosso).

A história da fundação e do desenvolvimento da Revista *Veja*, igualmente aos demais veículos de mídia impressa no Brasil, está atrelada das narrativas sociais que orientaram a compreensão dos processos culturais e políticos no Brasil contemporâneo. Por meio destas instâncias discursivas, que atribui significados articulando e organizando o meio social, a narrativa jornalística angaria legitimidade como uma das estruturas definidoras do que deve ser lembrado ou esquecido.

Diante da compreensão do papel da mídia, especificamente, dos meios midiáticos impressos e da produção da narrativa jornalística no Brasil do final dos anos 1960 até a primeira metade dos anos 1980, este trabalho buscou mapear e discutir as representações unidas ao sentidos políticos acerca do regime de segregação racial da África do Sul, o *Apartheid*, na Revista *Veja*, nas edições publicadas durante 1968 a 1985, cobrindo um contexto de intensas mudanças político-culturais no Brasil sob regime civil-militar, em África recorrente aos processos de descolonização e independências, e em África do Sul pelos eventos subsequentes ao emprego do regime do *Apartheid*.

A presença africana no periódico é ampla, diversa e numerosa. Ao colher 945 materiais localizados em 903 edições, observamos em sua maioria assuntos tocantes as questões internas dos países recém independentes, em especial, os da região da África Subsaariana, tendo um maior número de notícias sobre a África do Sul, o qual este trabalho se debruçou, e não menos importante, também há uma certa frequência aos acontecimentos das nações localizadas na África do Norte. Todas dividindo diferentes espaços temáticos do periódico, sendo as seções “Internacional” e “Brasil” as mais contempladas ao tratar do cotidiano africano.

Como uma das regiões que ganhou atenção da diplomacia brasileira militar em meados da década de 1970, o continente africano se tornou promissor ao país, na medida que se pretendia ampliar canais de comércio com os países situados na faixa tropical. Assim, durante a implantação do “Pragmatismo Responsável” do governo Ernesto Geisel, o Brasil, autodenominado agora como “Brasil potência emergente”, adaptava-se à nova realidade da ordem internacional, conduzindo a busca de maior autonomia na cena internacional com a diversificação os recursos para o desenvolvimento interno.

O conjunto de debates acerca dessas novas articulações comerciais e diplomáticas com América Latina, Oriente Médio e Ásia e principalmente os países do continente africano estavam presentes nas pautas noticiadas nas páginas de *Veja*, vistas, tal como pelo governo militar⁹¹, como proveitosas possibilidades para a desenvoltura das relações e política externa brasileira, embora alguns sob contexto de luta anticolonial, como Angola e Moçambique, é pautado como um obstáculo pelo periódico, cujas narrativas orientam para o país evitar misturar os interesses relacionados ao aumento de mercados comerciais na África com interesses nas lutas anticoloniais que estavam se desenvolvendo por todo o continente. No seio deste discurso, a África do Sul na ótica de *Veja*, sob regime do *Apartheid*, aparece como a real parceira vantajosa para o Brasil, sempre lembrando em suas narrativas que a nação do *Apartheid* se apresentava como o maior parceiro africano comercial do governo brasileiro na década de 1960, onde destinava de mais de 50% das exportações para o país.

No contexto sul africano da década de 1970, marcado por um ambiente de estruturação e busca pela preservação do regime de hegemonia branca, acompanhado pela luta antirracista dentro da África do Sul, *Veja* publiciza os efeitos do *Apartheid* sobre a maioria da população não branca, ressaltando o papel econômico e político da África do Sul manejado pelo governo, os movimentos da luta antirracista marcados pelo Levante de Soweto e a morte de Steve Biko e os rearranjos políticos para manutenção do sistema racista.

⁹¹ Relacionado a essa questão do jornalismo produzido por *Veja* alinhado com as premissas dos governos militares, temos, num estudo acerca dos temas de futebol e política na Revista *Veja* dos anos 1970, realizado por Lívia dos Santos Chagas, a constatação através da leitura das edições do ano de 1970, de que foi possível perceber algumas das bases do discurso da *Veja* relacionadas com os ideais do discurso estruturado pelo governo, tão pouco, não foram encontradas nestas mesmas edições reportagens que divulgassem a repressão a presos políticos, assim, o governo tentava transmitir a imagem de consenso social na sociedade brasileira. Para ela a censura, a propaganda, a estruturação de um discurso, incidiram na atuação da imprensa do período. As relações dos veículos de comunicação e da revista com os militares eram influenciadas por aspectos estabelecidos pelo regime para controlar a divulgação da informação “A ação dos jornalistas incide nas representações sociais e são fundamentais para a construção de memória e identidades. Ao tutelar a imprensa, os governantes controlavam essas construções”. Ver mais em: (CHAGAS, Lívia dos Santos. Brasil, modelo 70: Futebol e política na Revista *Veja* em 1970. **VII Encontro Nacional de História da Mídia**. 19 a 21 de Agosto, 2009.

As relações com outros países para manter vigente a política que sustenta o bastião branco sul africano, não são condenados pela revista, que ao longo de suas narrativas destaca de forma encantada e convidativa o papel econômico da África do Sul indicando as profícuas possibilidades financeiras que a República sul-africana, sustentada pela discriminação racial, tem a oferecer. Outrossim, as populações nativas da África do Sul foram mostradas em suas notícias como elementos de uma mesma cultura, cujas dinâmicas internas ao serem apresentadas acontecimentos conflituosos entre as diferentes populações que ocupam o mesmo território, não serão confrontados pela revista, mas naturalizados, alojados dentro de uma enunciação de matriz racial e biologicamente construída, que reduzem e as classifica como “tribos”, percepções estas do mesmo imaginário colonial que permitiu hierarquizar, dividir, e animalizar os sul africanos. Nesse mesmo viés, a permanência do *Apartheid* e da situação de vulnerabilidade socioeconômica da maioria da população da África do Sul é atrelada a suposta falta de organização política desta própria população discriminada legalmente, banalizando a trajetória de luta *antiapartheid* e o contexto de absoluta repressão violenta.

Ao congregar toda uma diversidade de populações a um bloco único e homogêneo, carregada de valores e percepções coloniais sobre os africanos, *Veja* atrela as diferentes determinações legais do *Apartheid*, como os bantustões, enquanto solução viável do suposto problema sul africano que caracteriza a população, considerando o sistema *Apartheid* enquanto uma política legítima para a nação sul africana.

Em meio a esse olhar, o periódico aloca os sul africanos dentro de um único conceito que os homogeneiza - negros – e constrói uma narrativa de crueldade das políticas segregacionistas do *Apartheid* personificando em seus condutores, desagregado do entorno político angariado pelo bastião branco sul africano para a sustentabilidade do seu poder. Por outro lado, seus discursos realizam sempre um examine das ameaças, frente ao contínuo descontentamento da população sob regime do *Apartheid*, uma “onda negra” que podem vir a dismantelar o governo branco dos africâneres, e, portanto, a prosperidade econômica da nação. Todavia, o assassinato de centenas de pessoas causadas pelo ataque violento dos policiais sob ordem do governo racista, é explicada pelo periódico enquanto uma ação justificável.

Assim, ao narrar os acontecimentos violentos no território sul africano, *Veja* menospreza os movimentos da luta *antiapartheid* e mostra-se preocupada com a imagem

interna e externa sul africana, apontando que estes conflitos provocados pela própria população não branca, prejudica o governo de Pretória diante de seus objetivos pautados no horizonte de suas relações externas. O assassinato de Steve Biko, por exemplo, torna-se na visão da revista, um aspecto negativo para a imagem do governo sul africano tanto dentro do território, quanto na comunidade internacional.

Algumas notícias no final da década de 1970 endossam a perspectiva de *Veja* em torno de um diálogo com os sul-africanos, financeiramente oportuno, num momento em que as relações comerciais brasileiras e sul-africanas estão sendo modificadas, com o desestímulo do regime militar a qualquer tipo de relacionamento entre os dois países, devido a intensificação da crítica contra o *Apartheid* no campo das Nações Unidas e o intuito brasileiro de assumir uma atitude política mais vigorosa e inflexível no âmbito da comunidade internacional. Outras apresentam a intervenção estrangeira, especificamente a estadunidense, como um caminho possível para solucionar a situação da África do Sul sem comprometer seu futuro e sua política do *Apartheid*, logo, a estabilidade branca da África Austral, num discurso de inviabilidade e incapacidade dos próprios africanos desenharem o projeto de país que se deseja.

Ao selecionar as falas de testemunho para tratar de determinado assunto ou acontecimento, a revista na maioria dos seus materiais deixa de lado e omite a perspectiva da população não branca, dando visibilidade e colocando o ponto de vista apenas dos sujeitos brancos sob o poder e visibilizando aos personagens que estão atuando dentro do governo Pretória, logo, a perspectiva dos Afrikaans. Em outros momentos, a revista opina sobre a qualidade de vida dos sul africanos não brancos, em especial da localidade de Soweto, que mesmo em regime *Apartheid*, ela a coloca como melhor que a dos demais grupos espalhados no território da África do Sul, e da própria África, suposição essa também presente nas impressões dos leitores de *Veja*.

Ações da luta *antiapartheid* e as reações contra as medidas repressivas empregadas pelo governo vão sendo pouco a pouco associadas noções de periculosidade e violência às organizações e sujeitos adversários do governo racista sul-africano.

No final dos anos 1970 ao narrar sobre as punições que passaram a atingir também com severidade aos brancos descontentes com o *Apartheid*, o periódico passa a justificar o uso da violência, que foi vista até então, ao noticiar as manifestações anteriores que produziram pela repressão policial os massacres as populações sul-africanas, como reações de

descontentamento das massas não brancas da África do Sul que agravavam o quadro financeiro e político do governo.

Neste mesmo contexto, ao tatear as mudanças na política do *Apartheid* pelo novo primeiro ministro Pieter Botha, *Veja* indica as novas medidas enquanto desgoverno em relação a perspectiva da minoria branca com a perda de privilégios, ao passo que, as vê como liberalizantes e pragmáticas, no qual orienta a classe empresarial do país que promova os trabalhadores não brancos. Entretanto, o periódico enxerga as medidas de Botha como promissoras, tendo em vista as articulações de fracasso efetuadas nos territórios do Sul da África para manutenção do poder branco, indicando de modo positivo a arquitetura do Botha como saída para aliviar as tensões no país, sem, contudo, abolir o *Apartheid*.

Durante a primeira metade dos anos 1980, as narrativas dão continuidade a construção descritiva dos aspectos ameaçantes ao governo sul africano, agora mais fortemente vinculadas a articulação de noções de periculosidade, violência, rebeldia, ressentimento, às organizações e líderes das populações não brancas da África do Sul em torno de suas mobilizações de luta contra o regime do *Apartheid*, passando a ser vistas também como inimigas e ameaça comunista que deveria ser combatida pelo governo de Pretória. Imbuindo sobre elas a ameaça da estabilidade do bastião branco sul-africano, *Veja* atribui legitimidade as ações para o movimento *antiapartheid* ser contido.

Por outro lado, é também em meados dos anos 1980 que *Veja* passa a descrever a situação africana em suas páginas em forma de denúncia, elaborando críticas mais palpáveis ao governo sul africano, ganhando esta nova dimensão e compreensão por parte do periódico apenas quando ativistas brancos da luta *antirracista* na África do Sul estão sendo reprimidos, juntamente com a maior transnacionalização do ativismo *antiapartheid* por toda comunidade internacional. Neste primeiro aspecto destacado, entretanto, ao contrário das notícias sobre os presos políticos brancos sul africanos que lutam contra o regime do *Apartheid* no país, não há nenhuma crítica por parte do periódico ao informar as operações do governo da África do Sul nos territórios vizinhos socialistas em busca das organizações consideradas criminosas, ações estas que dizimaram centenas de militantes, e são entendidas por *Veja* numa ótica de prevenção a instabilidade sul-africana.

Nos anos 1984 e 1985, as notícias giram em torno do descortinamento das mudanças do *Apartheid* promovida pelo governo sul-africano com a nova constituição, vista anteriormente até então como oportuna solução. Assim, ao narrar ações de violência policial,

Veja assume uma posição diferente das outras narrativas lidas até o momento, em que a medida de violência do governo para com a população não branca, não é justificada pelo periódico, mas denunciada e unida as posturas e políticas do governo de Pieter Botha. Nesse momento, suas narrativas darão espaços aos personagens ligados a luta *antiapartheid* como Desmond Tutu, Winnie Mandela, Nelson Mandela entre outros, e aos eventos concentrados nas manifestações em diferentes lugares no mundo para a liquidação da política segregacionista no país. Assim, no cenário internacional de condenações governamentais ao regime do *Apartheid* e manifestações civis em diversos espaços no mundo, somada visibilidade das invasões sul africanas a países vizinhos, fizeram com que as relações entre Pretória e Brasília viessem a ser cada vez mais questionadas por dirigentes e opinião pública brasileira, sendo *Veja* um destes veículos.

Do mesmo modo, na perspectiva de seus leitores, por meio da leitura e análise das cartas publicadas pelo periódico *Veja*, tendo em vista que foram selecionadas para compor aquele espaço, seguem em sua grande maioria, manifestações de concordâncias com relação as questões e posições políticas presentes nas narrativas sobre o *Apartheid* na África do Sul.

Diante dessas compreensões sobre a maneira como *Veja* interpretou os acontecimentos relacionados a política de segregação sul africana, entendemos os intuitos e lugar da veiculação dessas imagens e representações acerca do cotidiano da África do Sul aliada as perspectivas de construção de um projeto de Brasil engenhadas pelos governos militares, onde “ideia integracionista de “democracia racial” se transforma numa ideologia oficial” (GUIMARÃES, 1999, p.110). Buscando estabelecer constante diálogo com alguns setores da sociedade e ao mesmo tempo participar de empreendimentos governamentais e privados, a revista optou por um olhar capitalista, liberal, colonial e ocidental, congregando um conjunto de valores e crenças construídos e desenvolvidos nacionalmente, emaranhado em suas narrativas compreendidas em notícias, artigos e matérias a respeito não tão somente a África do Sul, mas igualmente a situação e dos países da África Austral, e as próprias populações africanas no geral. Apresentando modelos explicativos para dar lógica aos compassos sul africanos, omitindo e excluindo alternativas, ressaltando e dando ênfase em outras, por meio da seleção personagens e eventos, *Veja*, veículo de jornalismo impresso, propôs dar ritmo às mudanças operadas dentro e fora do contexto político do *Apartheid* da África do Sul conforme ideais e vislumbres nacionais governamentais do período.

REFERÊNCIAS

ABC, Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação Sul-Sul**. Brasil: *website* Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 21 de fevereiro de 2018.

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Os perigos de uma história única**. 2010. Disponível em <https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>> Acesso em 30 de março de 2017.

AZEVEDO, Amailton Magno. 2013. Imagens da África: entre a violência discursiva e a produção da memória: **Revista Eletrônica do Tempo Presente**, ano 3, n. 3, 2013.

BAPTISTA, Íria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer. A História das Revistas no Brasil: um olhar sobre o segmento mercado editorial. **Plural**: revista do programa de pós-graduação em sociologia, v. s/n, p. 01-23, 2010.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. **História cultural da imprensa**. Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

_____. História do jornalismo no Brasil: um balanço conceitual. **Verso e Reverso: Revista da Comunicação**. v. 23, n. 52, 2009.

BENETTI, Maria; HAGEN, Sean. Jornalismo e imagem de si: O discurso institucional das revistas semanais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Ano VII Nº 1, Janeiro a Junho, 2010.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

_____. África do Sul: ocupação e apartheid. In: MORAES, Leandro Eliel Pereira de; POMAR, Valte; BUENO, Adriano. (Org.). **África e Brasil**: história, cultura e educação. Campinas-SP: editora 13, 2015.

BRASIL, Henrique Gerken. **Relações Externas Brasil-África**: Da política Externa Independente ao Governo Lula. São Paulo, 2016.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; SILVA, Cristiane Mare da; PACHECO, Ana Júlia. Nelson Mandela e a luta antiapartheid nas páginas da revista *Veja* (1990-1994). In: LOHN, Reinaldo (Ogr). **História das bancas de revista**. Um país impresso: entre representações sociais e cultura políticas. Editora Todapalvra, 2016.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **A luta contra a apatia**: estudo sobre a instituição do movimento negro antirracista na cidade de São Paulo. Itajaí: NEAB; Casa Aberta Editora, 2012.

CARVALHO, Juvenal de. **Veja**: Um olhar sobre a independência de Angola. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia: Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

CARVALHO, Vanderlei Souza. **Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998)**: o posicionamento da revista *Veja* no primeiro governo FHC. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2004.

- CHAGAS, Livia dos Santos. Brasil, modelo 70: Futebol e política na Revista *Veja* em 1970. **VII Encontro Nacional de História da Mídia**. 19 a 21 de Agosto, 2009.
- CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, Vozes, 2003.
- CHANAIWA, David. A Africa Austral. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe (Org). **História geral da África**, VIII: África desde 1935. UNESCO, 2010.
- CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. 2ªed. Lisboa: DIFEL, 2002.
- COSTA E SILVA, Alberto. Relações diplomáticas entre o Brasil e a África. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (orgs). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, ABA Publicações, 2014.
- COSTA, Ana Carolina Costa; COUTO, Gustavo Belisário; CIRNE, Michelle; LIMA, Natascha de Abreu; VIANA, Talita; PATERTIANI, Stella Z. Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 30 Número 2 Maio/Agosto 2015.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez, 2007.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- DOMINGUES, Petrônio José. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil. **Dialogos Latinoamericanos**, Dinamarca, v. 10, n.10, p. 117-132, 2005.
- DÖPCKE, Wolfgang. Uma nova política exterior depois do apartheid? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 – 1998. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.41 no.1 Brasília Jan./June, 1998.
- ELAIGWU, J. Isawa. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe (Org). **História geral da África VIII: África desde 1935**. UNESCO, 2010.
- ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com o Última Hora: O jornal e a pesquisa histórica1. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 67-90, dez. 2012.
- FERREIRA, Wallace. A África na política externa brasileira: análise de distanciamentos e aproximações entre as décadas de 1950 e 1980. **Revista Acadêmica de Relações Internacionais (RARI)**, v. II, p. 125-152, 2013.
- FERRETI, Sergio Figueiredo. **Repensando o Sincretismo: Estudo sobre a Casa das Minas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, São Luiz – FAPEMA, 1995.
- FONSECA JR, Gerson. **Legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FRANÇA, Renné. “A cor da esperança”: as representações de Nelson Mandela na revista *Veja*. **Observatório (OBS) Journal**, v. 4, n. 1, 2010.

FREIXO, Adriano de; VENTAPANE, Jacqueline Freitas. A Imprensa Brasileira e o Reconhecimento da Independência de Angola. **Tensões Mundiais** v. 7, p. 235-259, 2011.

GERHART, Gail M. **O Julgamento de Rivonia**. 2007. Disponível em <<http://psimg.jstor.org/fsi/img/pdf/t0/10.5555/al.sff.document.ae000164.pdf>> Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

GOES, Fernanda Lira; SILVA, Tatiana Dias. O regime internacional de combate ao racismo e à discriminação racial. In: IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Texto para discussão**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Combatendo Racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14 n.39, fev, 1999.

GLOBO, Karla Lisandra. **Década de 1970**: a política externa e o papel do Itamaraty. São Paulo, 2007.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 67-92, jul. 2016.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, p. 211-246. 1999.

HALL, Stuar. **Sin garantías**: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Envión editores, 2010.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula**: visita a história contemporânea.

HOURANI, A. **The history of Arab peoples**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

JONGE, Klaas de. **África do Sul**: apartheid e Resistencia. São Paulo: Cortez, EBOH, 1991.

LOHN, Reinaldo (Ogr). **História das bancas de revista**. Um país impresso: entre representações sociais e cultura políticas. Editora Todapalvra, 2016.

LOPES, Marta Maria. **Apartheid**: a ideologia do apartheid, as perspectivas da África do Sul, as lideranças negras. São Paulo: Atual, 1990.

KI-ZERBO, J. **História da África Negra**. Volume II. Lisboa: Europa-América, 1991.

MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MAFEJE, Archie. The Ideology of 'Tribalism'. **The Journal of Modern African Studies**, Vol. 9, No. 2 (Aug., 1971), pp. 253-261

MANZUR, Tânia Maria P. G. A Política Externa Independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. **Lua Nova**, São Paulo, 93: 169-199, 2014.

MAZRUI, Ali A. Introdução. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe (Org). **História geral da África VIII**: África desde 1935. UNESCO, 2010.

- MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. **Entre ferro e fogo: os noticiários da imprensa sul-riograndense sobre o governo Agostinho Neto em Angola (1975-1979)**. Dissertação de Mestrado. PPG de História UFRGS, 2011.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **A História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MATTOS, Fernando Preusser de; LEÃES, Ricardo Fagundes. Relações Brasil-África do Sul: Cooperação Sul-Sul e Multilateralismo. **I Seminário Internacional de Ciência Política**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Set. 2015.
- MIGUEL, Luis Felipe. História e política, cultura e mídia. In: LOHN, Reinaldo (Org). **História das bancas de revista**. Um país impresso: entre representações sociais e cultura políticas. Editora Todapalvra, 2016.
- MOURA, Ranielle Leal. História das Revistas Brasileiras- informação e entretenimento. In: **8º Encontro Nacional de História da Mídia**, 2011, Guarapuava. Mídia e Memória. Guarapuava - Parana, 2011.
- MUDIMBE, V. Y. **A ideia de África**. Portugal: Edições Pedagogo, 2013.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira)**. UFF, Rio de Janeiro, n.5, p. 15-34, 2004.
- M'BOKOLO, Elikia. África Negra. **História e civilizações**. Do século XIX aos nossos dias. Tomo II. Salvador: UFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.
- M'BOW, Amadou- Mahtar. Prefácio. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe (Org). **História geral da África**, VIII: África desde 1935. UNESCO, 2010.
- NASCIMENTO, Lorrane Campos. **Análise do Apartheid como crime contra a humanidade**. Brasília, Centro Universitário de Brasília, 2009.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. Notícias sobre a África: representações do continente africano na revista *Veja* (1991-2006). **Afro-Ásia**, n. 38, 2008.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). **Historiae: Revista de História da Universidade Federal do Rio Grande**, v. 2, p. 125-142, 2011.
- _____. **A parceria africana: as relações Brasil - África do Sul**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.
- OLIVEIRA, Ricardo Soares. A África desde o fim da Guerra Fria. **Relações Internacionais** dezembro, 2009.
- PEREIRA, Amilcar Araújo. **“O Mundo Negro”**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Brasil e África do Sul: dois caminhos rumo ao pós-Guerra Fria (1985-1994)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2007.

_____. **A Revolução Sul Africana:** classe ou raça, revolução social ou libertação nacional? São Paulo: Editora Unesp, 2012.

_____. As Relações entre África do Sul e Brasil: do impacto da globalização à constituição do IBAS. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 1, nº1, jan-dez 2010.

_____. Apartheid: apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994). In: MACEDO, Jose Rivair (org.). **Desvendando a história da África** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PEREIRA, José Francisco. **Apartheid:** o horror branco na África do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PEREIRA, José Maria Nunes. O Apartheid e as relações Brasil-África do Sul. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, CEAA/ UCAM, n. 14, 1987.

_____. As raízes do Apartheid. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, CEAA/ UCAM, ano 1, n. 1, jan-abr de 1978.

PERES, Bruno Mandelli. **A Abril e a Naspers:** Um estudo de caso da entrada do capital estrangeiro na mídia brasileira. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e Representações, uma trajetória. **Anos 90**, Porto Alegre, v.13, n.23/24, p.45-48, jan/dez 2006.

PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África as origens da política africana do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 39, jan/jun, 2007.

PENNA FILHO, Pio. **O Brasil e a África do Sul:** O arco atlântico da Política Externa Brasileira (1918-2000). Porto Alegre: FUNAG/MRE, 2008.

_____. África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). **Rev. bras. polít. int.** vol.44 no.1 Brasília Jan./June, 2001.

_____. **A parceria africana:** as relações Brasil – África do Sul. Belo Horizonte, MG: Fino Traco, 2013.

POCOCK, John. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

REVEL, Jaques. “Cultura, Culturas: uma perspectiva historiográfica”. In: IDEM. **Proposições:** Ensaios de História e Historiografia. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil:** repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984 [livro eletrônico] Londrina: Eduel, 2013.

RIDENTU, Marcelo. Cultura. In: REIS, Daniel Aarão. **Modernização, Ditadura e Democracia**. Objetiva: Rio de Janeiro, 2014.

RIZZI, Kamila R. Brasil - Angola: estabelecimento das relações e início da política africana do Brasil (1975-1990). **Revista África e Africanidades**, Ano 3, n.10, agosto, 2010.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Claudia. **A História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

SAHO, South African History Online. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/>> Acessos contínuos de Setembro de 2017 a Março de 2018.

SANSONE, Lívio. Da África ao Afro: uso e abuso da África entre os intelectuais e na cultura popular brasileira durante o século XX. **Afro-Ásia**, 27 p. 249-269, 2002.

SANTOS, Vanicléia Silva. Brasil e Moçambique nos anos 1974-1986: economia e política externa no diálogo Sul-Sul. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 14, n. 2, p. 277-301, jul./dez. 2014.

SARAIVA, Miriam Gomes; VIGEVANI, Tullo. Política externa do Brasil: continuidade em meio à descontinuidade, de 1961 a 2011. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (organização). (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVA, Cristiane Mare da. **A poética da Esperança: Sentidos Políticos nas Memórias de Nelson Mandela.** São Paulo: PUC-SP, 2016.

SILVA, Cristiani Bereta da. A invenção do futuro do Brasil: usos políticos do passado na Veja (1968-1978). In: AREND, Silvia (Ogr). **Um país impresso: História do tempo presente e revistas semanais no Brasil 1960-1980.** Curitiba: Editora CRV, 2014.

SILVA, Fabiana Vieira da. **Notícias do apartheid: o racismo nos espaços dos jornais FSP e OESP na década de 1980.** Universidade Católica de São Paulo, 2013.

_____. Imprensa e práticas racistas: mobilização negra, *apartheid* e violência nos jornais paulistas dos anos 1980. **Espaço Plural**, Ano XIV, nº 28, 1º Semestre 2013.

SILVA, Sônia de Menezes. **A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação - A folha de São Paulo e o Golpe de 1964.** Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, André Luiz Reis da. PILLA, Bruno. O Oriente Médio na política externa brasileira (1947-2011): aproximação, distanciamento e engajamento. **Ciências & Letras, Porto Alegre**, n. 51, p. 111-133, jan./jun. 2012.

SOARES, Filipe Noberto Ribeiro; CAMARGO, Celi. A editoração gráfica e a comunicação visual no jornalismo impresso de revista: um estudo de caso das capas de veja no período eleitoral de 2010. **Iniciacom: revista brasileira de iniciação científica em comunicacao social**, v. 6, p. 1-17, 2014.

SCHIOCCHET, Leonardo. Extremo Oriente Médio, Admirável Mundo Novo: a construção do oriente médio e a primavera árabe. **Revista tempo do mundo**, v. 3; n. 2, 2011.

SCHLICKMANN, Mariana. **A introdução dos estudos africanos no Brasil nos anos 1959 - 1987.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

_____. Brasil e África do Sul no contexto do *apartheid*: relações e rupturas. In: Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia.** Brasília: ANPUH, 2017.

TELES, Bárbara Caramuru. **Egito na encruzilhada da secularização**: desde Gamal Abd al-Nasser até a Primavera árabe. Um olhar local. Curitiba, 2014.

THOMPSON, Leonard. **The History Of South Africa**. Yale University Press: Online book, 2001.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Racism and apartheid in southern Africa**: South Africa and Namíbia. Paris, 1974.

VELASQUEZ, Muza Clara Chaves; Beatriz Kushnir. *Veja* (Verbetes). In: CPDOC/FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/veja> Acesso em 21 de fevereiro de 2018.

VILLALTA, Daniella. O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2002, Salvador. **Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Intercom**, 2002.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **África do Sul**: História, Estado e Sociedade. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.20, n.1 p. 134-154, 1999.

_____. **A África na política internacional**: o sistema interafricano e sua inserção mundial. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**. São Paulo, n. 4, jun. 1985